

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

RODRIGO DOS SANTOS NUNES

**A RELAÇÃO ENTRE SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA
E O PODER LOCAL: protagonismo ou passividade?**

Porto Alegre
2013

RODRIGO DOS SANTOS NUNES

**A RELAÇÃO ENTRE SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA
E O PODER LOCAL: protagonismo ou passividade?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa: Serviço Social e Processos Sociais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jane Cruz Prates

Porto Alegre

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Joaquim Clotet

Vice Reitor: Evilázio Teixeira

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Diretor: Beatriz Gershenson Aginsky

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Coordenador: Jane Cruz Prates

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Brasil.

N972r Nunes, Rodrigo dos Santos
A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local [manuscrito] : protagonismo ou passividade? / Rodrigo dos Santos Nunes ; orientador Jane Cruz Prates – 2013.
119 f. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2013.

1. Processos de rualização 2. Populações em situação de rua
3. Participação e protagonismo 4. Política de assistência social
5. Poder local I. Prates, Jane Cruz II. Título

CDD – 361

Ficha catalográfica elaborada por Denise Machado, CRB 10/2238.

Faculdade de Serviço Social

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Av. Ipiranga, 6681, Prédio 15, sala 330 – Bairro Partenon,

CEP: 90619-900 - Porto Alegre - RS

Telefone: (51) 3320-3539

Fax: (51) 3320-3606

E-mail: servico-social-pg@pucrs.br

RODRIGO DOS SANTOS NUNES

**A RELAÇÃO ENTRE SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA
E O PODER LOCAL: protagonismo ou passividade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa: Serviço Social e Processos Sociais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Jane Cruz Prates (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof.^a Dra. Idília Fernandes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Porto Alegre
2013

DEDICATÓRIA

Aos meus pais por terem dedicado suas vidas a mim
e por terem incentivado meus estudos, também
dedico à minha esposa pela parceria nesta
busca. Pelo apoio que me ofereceram,
assim dedico-lhes esta conquista
como gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida e pelas pessoas que fazem parte dela. Aos meus pais e meus irmãos por todo o apoio e parceria. À minha esposa pelo perdão aos meus desassossegos e por ser uma grande aliada na luta pela justiça social. A todos os familiares e amigos que de certa forma auxiliaram na minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e seus ótimos professores e funcionários. À Prof.^a Dra. Idilia Fernandes por fazer parte da banca examinadora de Mestrado.

À ULBRA/Gravataí (2006 – 2010) e seus bons mestres. À Prof.^a Ms. Simone Sanghi e à Prof.^a Dra. Vanessa Panozzo, que me instruíram para a profissão de Assistente Social, além do Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira que sempre esteve presente nas minhas conquistas acadêmicas e ainda por fazer parte desta banca de Mestrado.

Em especial à Prof.^a Dra. Jane Cruz Prates pela orientação durante todo o processo de aproximação com o objeto deste estudo e para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao Programa de Bolsas de Mestrado e Doutorado da PUCRS – PROBOLSAS pela concessão de bolsa para custeio do Curso de Mestrado.

Por fim não poderia deixar de agradecer ao Secretario Municipal de Assistência Social de Alvorada/RS, Airton Alminhana, e demais gestores, conselheiros e técnicos. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, ao Centro de Referencia Especializado de Assistência Social - CREAS e aos usuários que acreditaram no meu trabalho e contribuíram para a finalização deste estudo.

"De nada valem as ideias sem homens que possam pô-las em prática."

Karl Marx

RESUMO

Este estudo busca investigar e aprofundar o debate acerca do processo de rualização e problematiza o protagonismo dos sujeitos que vivenciam esses processos. A participação dos usuários está prevista nas políticas sociais pós Constituição Federal de 1988, com vistas a contribuir para o fortalecimento de processos sociais emancipatórios. Este é um desafio a ser consolidado, na medida em que a história do Brasil foi marcada por longos períodos de escravismo, colonialismo e ditadura que dificultaram a constituição de um espaço público onde o protagonismo dos sujeitos pudesse ser exercitado. O presente estudo foi realizado no município de Alvorada, no estado do Rio Grande do Sul, cujos dados do Censo IBGE (2010) mostram que 3,1% da população encontra-se em extrema pobreza, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Apesar disso, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, os recursos investidos na Política de Assistência Social no município alcançaram apenas 1% (um por cento) do orçamento total. O enfrentamento dos processos de rualização pelo poder local compõe os objetivos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e visa ofertar um conjunto articulado de iniciativas para garantir a proteção social no âmbito de cada território a famílias e sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social. Diante desta realidade, esta pesquisa buscou desvendar as contradições histórico-estruturais que perpassam o processo de rualização, mediando os aspectos da universalidade com aspectos locais. Neste sentido, pretende-se disponibilizar os resultados para o conjunto dos agentes de modo que contribua com subsídios para o aprimoramento de iniciativas que se orientem por uma perspectiva emancipatória. O ciclo investigativo foi pautado pelo referencial dialético crítico e caracterizado como do tipo misto, uma vez que articulou o uso de dados quanti-qualitativos de modo complementar, mesmo que, em alguns momentos fossem enfatizados um ou outro. Nesta pesquisa privilegiou-se o uso da Triangulação de técnicas, de instrumentos e de fontes no intuito de melhor contemplar descrições e explicações acerca do tema estudado. Desta forma, o estudo buscou dar visibilidade a tensão entre a viabilização de possíveis rupturas que favoreçam o protagonismo dos sujeitos *versus* condicionantes materiais que a interdita, na perspectiva de superação dos limites do instituído, e reafirmação da necessidade de garantia e ampliação dos direitos sociais, aportando os dados sobre as múltiplas determinações que conformam os processos de rualização e as possibilidades de protagonismo vivenciado pelos sujeitos em situação de rua.

PALAVRAS-CHAVE: Processos de rualização. Populações em situação de rua. Participação e protagonismo. Política de assistência social. Poder local.

ABSTRACT

This study aims to investigate and deepen the debate about the homelessness process and discusses the protagonism of individuals who experience these processes. The user participation is expected in social policies after the 1988 Federal Constitution, in order to contribute to the strengthening of emancipatory social processes. This is a challenge to be consolidated to the extent that the history of Brazil was marked by long periods of slavery, colonialism and dictatorship that hindered the creation of a public space where the protagonism of the subjects could be exercised. This study was conducted in the city of Alvorada, in the state of Rio Grande do Sul, whose IBGE Census data (2010) shows that 3.1% of the population is living in extreme poverty, with household income below R\$ 70.00. Nevertheless, according to the Ministry of Social Development and Fight against Hunger - MDS, the resources invested in Social Welfare Policies in the municipality reached only 1 % (one percent) of the total budget. The coping processes of homelessness by local authorities compose the goals of the Unified Social Assistance System - SUAS and aim to offer a coordinated set of initiatives to ensure social protection within each territory to families and individuals in situations of vulnerability and social risk. Given this reality, this study sought to uncover the historical-structural contradictions that underlie the homelessness process, mediating aspects of universality with local aspects. In this sense, the intention is to make the results available to the group of agents so that subsidies are provided for the improvement initiatives that follow an emancipatory perspective. The investigative cycle was marked by a critical and dialectical framework and characterized as being of the mixed type, once it articulated the use of quantitative and qualitative data in a complementary way, even if, at certain moments, one or the other was emphasized. In this research we focused on the use of triangulation of techniques, instruments and sources in order to better contemplate descriptions and explanations on the subject studied. This way, the study sought to give visibility to the tension between the viability of possible disruptions that favor the protagonism of the subjects versus material constraints that interdict it, in the perspective of overcoming the limits imposed, and reaffirmation of the need to assure and expand social rights, contributing data on the multiple determinations that constitute the homelessness process and possibilities of the protagonism experienced by subjects in the streets.

KEYWORDS: Homelessness process. People in the streets. Participation and protagonism. Social assistance policy. Local government.

LISTA DE SIGLAS

ABMP	Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CentroPOP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
FSS	Faculdade de Serviço Social
GTEMPP	Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização não governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Unidade da Federação/Estado - Rio Grande do Sul
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O CONTEXTO EXCLUDENTE E O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO.....	26
2.1	OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO PRECÁRIA E A RUA.....	26
2.2	BREVES REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO.....	33
3	PROTAGONISMO OU PASSIVIDADE?.....	41
3.1	A CONQUISTA DE DIREITOS E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO.....	41
3.2	OS SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA, O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE PROTAGONISMO.....	48
3.2.1	O poder local e as alternativas de enfrentamento aos processos de rualização.....	69
3.3	COTIDIANO DE RUPTURAS X CONDICIONANTES MATERIAIS NA PERSPECTIVA DE PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATORIOS.....	74
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
6	APÊNDICES.....	90
	APÊNDICE A: Síntese (mapa) de Entrevistas – Gestores e Conselheiros..	90
	APÊNDICE B: Síntese (mapa) de Grupo Focal – Gestores e Técnicos.....	93
	APÊNDICE C: Síntese (mapa) de Grupo Focal – Usuários.....	95
	APÊNDICE D: Síntese (mapa) de Entrevistas – Usuários.....	99
	APÊNDICE E: Roteiro de Análise Documental.....	101
	APÊNDICE F: Roteiro de Grupo Focal – Gestores e Técnicos.....	102
	APÊNDICE G: Roteiro de Grupo Focal – Usuários.....	103
	APÊNDICE H: Formulário de Entrevistas – Trabalhadores da Assistência Social: Gestores, Técnicos e Conselheiros.....	104
	APÊNDICE I: Formulário de Entrevistas – Usuários.....	105
7	ANEXOS.....	106
	ANEXO A: Avaliação da Comissão Científica – FSS/PUCRS.....	106
	ANEXO B: Parecer da Comissão Científica – FSS/PUCRS.....	107
	ANEXO C: Comprovante de Envio do Projeto ao Comitê de Ética.....	109
	ANEXO D: Projeto enviado ao Comitê de Ética via Plataforma Brasil.....	110
	ANEXO E: Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética.....	119

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado *A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local: protagonismo ou passividade?*, é uma Dissertação de Mestrado, resultado de um processo de formação pós-graduada que se realizou no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGSS/PUCRS e vincula-se a linha de pesquisa Serviço Social e Processos Sociais.

A escolha do tema surge a partir da experiência obtida ao longo de mais de cinco anos de trabalho na Política de Assistência Social, experiência que se tornou ainda mais desafiadora quando da realização de estágio curricular efetivado na Proteção Social de Alta Complexidade, passando também pela abordagem social de rua. Atualmente realiza-se trabalho profissional como assistente social no Acolhimento Institucional, cujo objeto de intervenção tem como uma de suas principais expressões o processo de rualização.

Os desafios cotidianos e a necessidade de desfetichizá-los motivaram o mestrando a realizar estudo investigativo com vistas a aprofundar o debate sobre o tema da rualização e problematizar o protagonismo dos usuários no intuito de contribuir para o fortalecimento dos processos emancipatórios que tem como base a participação dos sujeitos.

As políticas sociais, a partir da Constituição Federal de 1988, em especial as que compõem a seguridade social destacam a relevância da participação dos sujeitos usuários nos processos de gestão, no entanto, este é um desafio a ser ainda consolidado, na medida em que a história do Brasil foi marcada por longos períodos de escravismo, colonialismo e ditadura que dificultaram a constituição de um espaço público onde o protagonismo dos sujeitos pudesse ser exercitado.

Nesse sentido problematizar a participação e o protagonismo dos sujeitos através de estudos e pesquisas pode contribuir para dar visibilidade ao que precisa ser superado e fortalecer processos sociais emancipatórios.

Este estudo foi realizado em Alvorada, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (IBGE, 2013), Alvorada teve seu marco inicial com a sesmaria entregue a João Batista Feijó em maio de 1776 da qual

deu origem ao primeiro povoamento. As famílias Feijó, Barcellos, Souza, Garcia, Malta, Dihl e Godoy foram as que participaram deste início de povoamento.

A formação deste município se inicia com o povoamento denominado Passo do Feijó que a partir da Lei Municipal n. 216, de 22 de setembro de 1952 passa a ser um Distrito subordinado ao município de Viamão. Em 17 de setembro de 1965 é elevado a categoria de município denominado Alvorada pela Lei Estadual n. 5026 sendo desmembrado de Viamão.

A origem do nome de Alvorada está relacionada a uma prática diária dos habitantes da cidade que todos os dias acordavam cedo para trabalhar, tendo que sair do município ao nascer do sol; principalmente para trabalhar na capital do Estado. Assim, ficaram conhecidos como os trabalhadores que vêm da Alvorada.

De acordo com os dados do Censo IBGE 2010, a população de Alvorada, até o ano de 2010 era de 195.673 habitantes com uma taxa de ampliação de 0,64% ao ano, conforme os censos demográficos de 2000 e 2010. Esse índice é superior ao do Estado que apresentou uma taxa de 0,49% de crescimento populacional ao ano.

Em 2013, a estimativa do IBGE é de 204.750 habitantes em Alvorada. O município conta com uma área territorial de 70,81 km².

O Documento intitulado Panorama Municipal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013), mostra que a população urbana no município de Alvorada representa 100% dos habitantes. Outro dado importante para fins deste estudo é sobre a faixa etária de 15 a 59 anos que representa 64,8% da população, ou seja, 126.757 habitantes tem idade economicamente ativa. Quanto ao perfil social, os dados do Censo revelam que 3,1% da população encontram-se em situação de extrema pobreza, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Situação intensificada pela taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais somando 3,7% da população.

Em relação aos aspectos econômicos, segundo o IBGE (2013), o Produto Interno Bruto municipal cresceu 50,6% entre 2005 e 2009, passando de R\$ 788,9 milhões para R\$ 1.187,8 milhões, crescimento este superior ao verificado no Estado que foi de 49,7%.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 74,7% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 17,5% em 2009 contra 15,7% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 15,7% em 2005 para 25,6% em 2009 (MDS, 2013 p. 4).

Relacionado à estrutura econômica municipal, outro dado que demonstra esta participação é o que se refere aos setores da indústria e o de serviços que somados representavam 49,9% do total de empregos formais do município. Ainda, segundo o IBGE (2013), a receita orçamentaria passou de R\$ 85 milhões em 2005 para R\$ 161,2 milhões em 2009 sinalizando um aumento de 17,34% ao ano. A proporção das receitas próprias geradas a partir de atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentaria total foi de 16,06% em 2009.

Mas apesar de um crescimento econômico que pode ser constatado a partir dos dados anteriormente apresentados, segundo os índices municipais do boletim do MDS (2013), os recursos investidos em Assistência Social no município de Alvorada alcançaram apenas 1% do orçamento total. Esse valor foi inferior à média de todos os municípios do Estado, de 2,61%. Por outro lado, as despesas com a administração municipal somaram 22,6%, enquanto com saúde foram gastos 16,7%. Com a política de educação a despesa foi de 35,7% no mesmo período.

Os dados do Boletim do Plano Brasil Sem Miséria (MDS, 2013), mostram repasse de mais de 11 milhões de reais aos beneficiários do Programa Bolsa Família em 2012 com cobertura de 7.712 famílias até julho de 2013.

De acordo com as informações do Cadastro Único de junho de 2013 e com a folha de pagamento do Programa Bolsa Família de julho do mesmo ano, Alvorada conta com 13.363 famílias registradas no Cadastro Único, sendo 7.722 famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família, ou seja, 14,76% da população do município. O Cadastro prevê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, buscando saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

O Boletim do Plano Brasil Sem Miséria apontou necessidades da gestão do Cadastro Único municipal, a partir das estimativas municipais referentes à quantidade de famílias que devem ser incluídas no cadastro, considerando todas as famílias do município com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. De acordo com esta avaliação, Alvorada apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais. Isto sinaliza a necessidade de alcançar todas as famílias que fazem parte do público-alvo através de Busca Ativa¹ para incluir mais 4.324 famílias.

¹ Uma das funções da vigilância social é realizar a Busca Ativa: A Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias pobres, assim como o encaminhamento dessas

Segundo a gestão do Cadastro Único, o poder local é o responsável pelo registro das famílias no Cadastro e tem papel de destaque no funcionamento da rede de serviços socioassistenciais, essenciais para a superação da extrema pobreza. O cadastro único é a porta de entrada para o Brasil Sem Miséria.

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em junho de 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que, a despeito dos avanços sociais e econômicos do país nos últimos anos, continuavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70 por pessoa (MDS, 2013, p. 1).

A extrema pobreza pode se manifestar de múltiplas formas, portanto, o Plano foi estruturado em eixos como, garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. O MDS coordena o Plano que envolve 22 ministérios.

O município de Alvorada, até julho de 2013 tinha 82,82% de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família do total estimado de famílias com perfil de renda para inserir-se neste programa. Este universo representa uma transferência de R\$ 1.138.028,00 às famílias beneficiárias do Programa em julho de 2013.

O Plano Brasil Sem Miséria requer uma rede focada no público mais vulnerável, assim a rede do Sistema Único da Assistência Social - SUAS se apresenta como referencia para iniciar um processo de enfrentamento às situações de vulnerabilidade que tem na pobreza seu núcleo central. Para tanto, o plano demanda o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre secretarias envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza.

É importante reconhecer que a pobreza entendida a partir de uma visão multidimensional não pode ser enfrentada apenas a partir do repasse de renda, contudo, o acesso a uma complementação financeira incide sobre as condições materiais de existência dos grupos mais vulnerabilizados e, em que pese os limites da iniciativa, tem logrado impactos significativos na vida das famílias beneficiárias.

O enfrentamento dos processos de realização compõem os objetivos do SUAS que visa ofertar um conjunto articulado de iniciativas para garantir a proteção

famílias aos serviços da rede de proteção social. A Busca Ativa se desdobra em três estratégias: (1) Busca Ativa para inclusão no Cadastro Único: trata-se de localizar as famílias extremamente pobres, incluí-las no CadÚnico e manter suas informações sempre atualizadas; (2) Busca Ativa para Acessar Benefícios: incluir no Bolsa Família, no Bolsa Verde, no Fomento a Atividades Produtivas, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e no Benefício de Prestação Continuada todas as famílias que atendam os critérios de elegibilidade; (3) Busca Ativa para Acessar Serviços: nesse caso, o Estado assegura que as famílias extremamente pobres tenham acesso aos serviços sociais básicos de saúde, saneamento, educação, assistência social, trabalho e segurança alimentar e nutricional, entre outros. (Brasil, 2011 – Brasil Sem Miséria, caderno técnico) (BRASIL, s/d, p. 30-31).

social no âmbito de cada território a famílias e sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Este estudo pretende desnudar as contradições histórico-estruturais que perpassam o processo de rualização, mediando os aspectos da universalidade com aspectos locais. O estudo tem como *lócus* Alvorada/RS, local de residência e domicílio do pesquisador. Trata-se de um município com mais de 3% da população em extrema pobreza conforme os dados já explicitados. Portanto, pretende-se contribuir com subsídios para o aprimoramento de iniciativas que se orientem por uma perspectiva emancipatória, na medida em que se pretende disponibilizar os resultados para o conjunto dos agentes, ofertando um aporte de dados que desvende algumas particularidades locais. Nesse sentido espera-se que algumas medidas possam ser viabilizadas para a superação dos limites do instituído.

Considerando a extrema pobreza que se manifesta de múltiplas formas e a necessidade de superação através de uma rede de serviços socioassistenciais, o ciclo investigativo se constituiu no caminho utilizado para realizar este estudo sobre a situação de rua e sua relação com o poder local. O método escolhido aporta os principais valores que orientaram a pesquisa e o modo como se apreende a realidade.

Pretendeu-se no presente estudo contribuir com subsídios que qualifiquem a política social para proteção de sujeitos em situação de rua e a prevenção/intervenção junto a processos de rualização. Nesse sentido o estudo se propôs a contribuir para a superação de desigualdades e para o fortalecimento dos sujeitos vulnerabilizados, enquanto cidadãos de direitos, no caso, adultos em situação de rua.

A escolha do método dialético, portanto, se justifica em razão de seu caráter transformador, da necessária relação teoria-prática e do compromisso com a superação das desigualdades que são fruto da questão social, cuja raiz esta na contradição entre capital e trabalho.

O método dialético prioriza o desvendamento da realidade, à luz da sua contextualização histórica, para que seja possível captar as conexões e o movimento, a partir da totalidade concreta, que não se revela a um primeiro olhar, mas necessita ser desvendada em suas tramas constitutivas e contraditórias (PRATES; REIS; ABREU, 2000).

Uma das características do método dialético é exatamente a não separação entre fato e valor, objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade. A partir dessa perspectiva utilizou-se o tipo de pesquisa caracterizada como estudos mistos, quanti-qualitativos ou multimetodológicos (CRESWELL, 2010; SAMPIÉRE, LUCIO e COLLADA, 2006) que trabalham com ambos os dados de modo complementar, mesmo que, em algum momento se enfatize um ou outro.

No caso do estudo que ora se apresenta foi de fundamental importância identificar os locais onde há maior concentração de sujeitos em situação de rua e a caracterização deste processo de rualização no município, mesmo que de modo aproximado, o que contempla principalmente dados quantitativos, mas também a escuta de sujeitos usuários, gestores, técnicos, educadores e conselheiros, articulando dados qualitativos.

Os estudos mistos podem ser efetivados a partir de etapas ou da coleta concomitante (CRESWELL, 2010). No caso do presente estudo efetivou-se de modo concomitante. Numa primeira se identificou os locais de maior concentração de sujeitos em situação de rua considerando a orientação dos próprios trabalhadores da política municipal e numa segunda etapa foram realizadas entrevistas diretas e grupo focal com o conjunto dos agentes. Além das coletas diretas foi realizada a análise documental da Política Nacional da Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos Boletins de Informações do MDS, IBGE e IPEA, o que caracterizou o uso da técnica de triangulação.

Os autores que trabalham com estudos mistos enfatizam a relevância do uso desta técnica.

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social (TRIVIÑOS, 2007, p.138).

A triangulação é uma estratégia destacada por Cresweel (2010) e conforme Triviños (2007) esta técnica abarca ampla descrição, explicação e compreensão do tema estudado. Neste caso, o tema são os processos de rualização considerados como fenômenos sociais que não poderão ser explicados sem o desvendamento das contradições histórico-estruturais que os perpassam.

No caso do presente estudo além de se contemplar a escuta dos sujeitos, a leitura de documentos e leis e a análise do contexto, conforme aponta Triviños (2007) foi também contemplada a triangulação de fontes orais (técnicos, educadores, gestores, usuários e conselheiros) e a triangulação de técnicas (entrevistas, grupo focal e análise documental) conforme destacam Sampiére, Lucio e Collado (2006).

Ainda quanto ao método dialético destaca-se que as categorias contradição, totalidade, historicidade e mediação foram transversais ao estudo que, assim, puderam contribuir para a explicação de categorias da realidade explicitadas nos fundamentos teóricos deste estudo. Sendo elas: os processos de rualização e a situação de rua, a participação e o protagonismo, a política de assistência social e o poder local. Para fins deste estudo os conceitos e aprofundamentos teóricos serão trabalhados nos capítulos seguintes.

Destacar e desvendar a contradição significa mostrar os opostos em luta e movimento. De acordo com Kosík (1976), a contradição se apresenta no movimento e no tensionamento entre superação, ruptura e continuidade dos processos sociais e é por meio dela que se inscreve o caráter inacabado do método dialético. A totalidade, nas palavras de Prates (2000), significa um “todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo”. Já a historicidade significa o reconhecimento do movimento que é inerente ao homem e aos fenômenos sociais que se transformam reconhecendo-se a processualidade do seu desenvolvimento e da realidade que só pode ser apreendida por cortes históricos. Esta categoria teórica fundamental ao método dialético crítico nos leva a inferir que conhecer um fenômeno a partir da reconstituição de sua gênese, ou seja, do conhecimento de sua história.

O problema do presente estudo foi assim formulado: **Como a política de assistência social em âmbito municipal tem ofertado alternativas para o enfrentamento dos processos de rualização e garantido a participação e o protagonismo dos sujeitos em situação de rua, em Alvorada?**

Para melhor respondê-lo, formularam-se as questões norteadoras que seguem:

- Como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) preveem o enfrentamento aos processos de rualização e situação de rua?

- Como os sujeitos percebem sua participação e protagonismo na sua vida e mais especificamente na relação com o poder local?
- Como os gestores, técnicos e conselheiros percebem e estimulam o processo de participação e protagonismo dos usuários?
- Como a política de assistência social municipal tem ofertado serviços para prevenção/enfrentamento dos processos de realização e estimulado os sujeitos para que possam ampliar sua participação e protagonismo?

As problematizações realizadas tinham a intenção de responder o objetivo de caracterizar o protagonismo e participação dos sujeitos em situação de rua atendidos pela política de assistência social no município de Alvorada-RS, com vistas a contribuir para a ampliação desses processos emancipatórios.

Para tanto foi necessário:

- Verificar o modo como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) expressam o direito de participação e protagonismo dos sujeitos em situação de rua.
- Conhecer o significado que os sujeitos em situação de rua dão ao processo de participação e ao protagonismo vivenciado.
- Verificar de que forma os gestores, técnicos e conselheiros percebem as estratégias de enfrentamento aos processos de realização e estimulam o processo de participação e protagonismo dos usuários.
- Analisar o estabelecimento das seguranças na Política de Assistência Social municipal e sua materialização para o atendimento de sujeitos em processos de realização.

O estudo foi composto por adultos que habitam circunstancialmente ou permanentemente as ruas do município de Alvorada/RS, técnicos, educadores e gestores da Proteção Especial na Política de Assistência Social Municipal e também, conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social no período entre junho de 2013 a setembro de 2013, quando a coleta de dados foi realizada.

A amostra foi caracterizada como não probabilística e dirigida, ou seja, intencional, conforme a defini Triviños (2007). Em relação aos sujeitos em situação de rua ou em processos de realização buscou-se contemplar a amostra subdividindo em pequenas regiões do município onde há concentração de pessoas que vivenciam o processo de realização em Alvorada. Considerando que não existem dados que dimensionem a população adulta em situação de rua disponíveis em Alvorada-RS, para os recortes de amostra foram utilizados a experiência dos trabalhadores do CREAS, único equipamento da gestão pública para atendimento

na proteção especial da política de Assistência Social no município, cujos técnicos estimam que no centro da cidade exista cerca de 40 sujeitos nessa condição.

“[...] Então, se nós fossemos para as periferias da cidade nos seus 70km², aí em cada canto nós teríamos uma demanda exponencial [...] e nós temos aí um número em proporções geométricas, a cada mês, só no quadrante central da cidade que vai da parada 46 à parada 50 em média [...]” (fala do sujeito F - Técnico).

Cabe ressaltar que não há Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CentroPOP² no município.

Fizeram parte da amostra o secretário municipal de assistência social, o diretor municipal de assistência social, a coordenadora do CREAS, um técnico e dois educadores que abordam e atendem a população em situação de rua no município. Também foram entrevistados três conselheiros de assistência social, sendo um representante dos usuários, um de entidade que compõe a rede socioassistencial e outro representante do governo. Fizeram também parte da amostra dez sujeitos em processos de rualização entrevistados no próprio espaço da rua, totalizando dezenove (19) sujeitos pesquisados, dos quais 50% usuários da política. Conforme Gaskell (2004), o número adequado de entrevistas para que o aprofundamento seja viável é de 14 a 25. Portanto, o número de 19 contempla o apontado pelo autor.

Em Alvorada, existe um secretário e um diretor de Assistência Municipal, uma coordenadora de média complexidade que responde pelo CREAS (único equipamento que atende os sujeitos em situação de rua no município), um técnico assistente social do Serviço Especializado de Abordagem Social e dois educadores. Sendo assim, a amostra contemplou 100% dos sujeitos trabalhadores da proteção especial de atendimento para este público no município e ainda contemplou a técnica da triangulação. Em relação aos conselheiros, também foi contemplada a triangulação uma vez que foram entrevistados representantes do governo, de usuários e de entidades, além da presidência do CMAS. Este órgão contava, na

² O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em uma unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (MDS, 2011, p. 41). As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida.

época das entrevistas, com 20 sujeitos, ou seja, a amostra de conselheiros representou 20% do total.

Já os usuários em situação de rua entrevistados no espaço da rua totalizaram 10 sujeitos, sendo 50% na praça central e 50% localizados na periferia da cidade. Para estes não existe um dimensionamento oficial. Estima-se 40 indivíduos na área central do município. Diante desta amostra pode-se afirmar que a técnica de triangulação foi contemplada. Houve triangulação também no que tange as técnicas de entrevista, grupo focal e análise documental. Os documentos analisados foram triangulados nas diversas instâncias e órgãos oficiais.

Entendendo que a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional, e particularmente no caso do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e tendo o objetivo de comprometer-se com a ampliação dos processos emancipatórios, Bourguignon (2008) relembra a preocupação com a garantia da centralidade ao sujeito que, como participante, tem contribuído para o avanço da produção de conhecimento da área.

A aproximação ao sujeito que participa de nossas pesquisas se faz através da busca da compreensão da sua experiência, do conhecimento gerado a partir desta experiência e da sua vivência cotidiana, que, tomadas em relação ao nosso objeto de estudo, compõem um dos elementos a serem apreendidos na sua relação com as múltiplas determinações de natureza econômica, social, política e cultural (BOURGUIGNON, 2008, p. 305).

Assim, as entrevistas com os sujeitos-usuários, gestores, e conselheiros e mais um grupo focal com coordenação, técnico e educadores e, outro também com usuários, tiveram o objetivo, além de embasar a pesquisa com todos os seus propósitos, de ser um instrumento de problematização e mobilização, necessárias, embora não suficientes, para uma parte da transformação social. O desafio foi também estimular vivências pedagógicas críticas e provocar a participação ativa e consciente, tanto dos profissionais, quanto dos usuários da política de Assistência Social.

Segundo Freire (1996), “é neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”. O autor explica que os “sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 23).

Por esta razão, as experiências de vida dos atores da ação devem sim ser levadas em consideração no espaço de formação de ideias. O ponto de partida encontra-se no próprio conhecimento dos sujeitos participantes da pesquisa. Estes contém o saber que possibilita uma ressignificação, ou uma crítica ao senso comum. E conforme aponta Gentili (1995), esse trabalho de propagação de perspectivas pedagógicas é a arena onde se condensam as grandes contradições em torno da justiça social.

As experiências de vida correspondem a saberes que foram construídos na particularidade de cada ator social. Portanto, tais saberes são reveladores também do senso comum, e por trás deste, uma defesa, consciente ou não, de um projeto de sociedade. Por isso, acrescenta Freire (1996): “quem tem o que dizer deve assumir o dever de motivar, de desafiar quem escuta, no sentido de que, quem escuta diga, fale, responda” (1996, p. 116).

Sendo assim, o esforço deu-se na direção de procurar escutar e problematizar estes saberes, como nos chama a atenção Carrano (2007), com vistas a despertar a possibilidade de crítica para:

Aprender a trabalhar com as experiências prévias [...], aliás, que estes sejam entendidos como sujeitos culturais e portadores de biografias originais e não apenas [...] de uma dada instituição. O mito da intencionalidade pedagógica como a viga mestra da educação não permite a emergência dos acasos significativos, das surpresas reveladoras, da escuta do outro e nem permite que [...] corram o risco da experimentação (CARRANO, 2007, p. 10).

Surpresas e experimentações que são capazes exatamente da problematização possível para o pensamento crítico que podem levar às “rupturas”³. Em cada entrevista individual ou coletiva foi provocada a reflexão acerca da realidade social. Destarte, neste estudo buscou-se a superação do instituído através da problematização e mobilização.

O estudo foi realizado em etapas, embora não lineares. Uma delas se efetivou com a análise documental onde foram esmiuçados e aprofundados aspectos relacionados à participação, protagonismo dos usuários, proteção especial

³ Ruptura é uma das categorias centrais do marxismo que tem como objetivo maior a transformação do modo de produção capitalista, para a instauração de uma sociedade livre de todo domínio de classe, assim como, em sua concepção dialética do desenvolvimento humano-social, tem na ruptura um dos momentos mais importantes: diante de uma **tese**, a possibilidade de negação, de ruptura e sobre esta, a possibilidade de construção de uma **antítese**, e, processualmente, rompendo estruturas, concepções e contradições, a constituição de uma nova **síntese**. Tal procedimento favorece o conhecimento crítico da realidade, visualizando as contradições e sobre elas o poder construir novas alternativas” (LUIZ, 2011, p. 110).

e situação de rua nos documentos da PNAS e do SUAS. Também, foram esmiuçados os dados do Censo IBGE (2010) e Boletim do Plano Brasil Sem Miséria, dentre outros Boletins de Informação do MDS (2013), sobre o município.

A análise documental consiste, em princípio, na análise de um ou vários documentos que não foram produzidos pelo pesquisador, ou seja, documentos acerca da política, normativas, planos, projetos, entre outros pré-existentes a investigação (BARDIN, 1977; MENGA e ANDRÉ, 1986; CHIZZOTTI, 1991; GIL, 1995, entre outros).

Destaca-se que nestes documentos buscamos informações factuais orientadas pelos elementos que norteiam este estudo.

A coleta direta foi realizada a partir da técnica de entrevista semi-estruturada.

A entrevista é um dos instrumentos que possibilita a tomada de consciência pelos assistentes sociais das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos. [...] Se de fato vivida, e não apenas cumprida, pode se transformar em um intenso momento de proliferação de análises, reflexões e experiências de vida, do qual tanto o entrevistado quanto entrevistador sairá transformados pelo intercâmbio, pelos embates e interfaces ocorridas. (LEONTIEV, 1978, p. 262).

Segundo Triviños (2007), a entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados. “Dados será aquilo que procurará, fundamentalmente, em torno do fenômeno que pensa estudar” (2007, p.40). Ainda conforme Triviños:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (Idem).

Para melhores resultados, da teoria que alimentou o estudo, mas, também, de toda a informação que o pesquisador coletou, se trabalhou com diferentes grupos de pessoas. Bourguignon (2008, p. 309) nos lembra que “garantir o protagonismo destes sujeitos depende, também, de uma pesquisa comprometida ética e politicamente com mudanças sociais, e um conhecimento que em seu processo de construção subsidie políticas públicas”.

Para a realização do processo de coleta junto a técnicos, educadores, gestores e conselheiros foram previamente agendadas entrevistas e grupo focal realizados nos locais de trabalho.

Os processos de coleta coletiva se constituem em estratégias para a obtenção de dados a partir da realização simultânea da coleta com muitos elementos do mesmo universo. Como vantagens, apresenta a redução do período de coleta, a possibilidade de construções e reflexões grupais, e especialmente o desenvolvimento de processos sociais, pois a reflexão coletiva possibilitada por processos desse tipo viabiliza ao grupo ampliar sua leitura de realidade, realizar construções coletivas, superar limitações, capacitar-se ao longo do processo, ampliar consciência acerca de determinada realidade ou fenômeno. No caso específico do grupo focal, espera-se que o coletivo tenha algum conhecimento acerca do tema que será abordado e procura-se trabalhar com no máximo 12 sujeitos, com vistas a aprofundar o debate (PRATES, 2003).

Quanto às abordagens com a população em situação de rua, tanto o grupo focal, quanto as entrevistas foram no próprio espaço da rua, nos locais identificados a partir da indicação dos trabalhadores da Assistência Social.

Durante os processos de abordagem os sujeitos foram informados sobre os objetivos do estudo, confirmando o seu interesse em participar e, a partir do seu consentimento foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido conforme determinam os procedimentos éticos em pesquisa.

Depois de coletados, os dados foram elaborados e classificados de forma sistemática, a partir da seleção, codificação e tabulação. Com isso, conforme Marconi e Lakatos (1996), foram analisados de forma a explicar o fenômeno e estabelecer relações com as questões norteadoras, aportando novos conteúdos ao tema trabalhado.

Os dados quantitativos a partir da tabulação foram tratados estatisticamente e mediados com as teorias que fundamentam o presente estudo. Para os dados qualitativos utilizou-se a técnica de análise de conteúdo cujas etapas contempladas por Bardin (1977) foram a pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial.

Conforme o autor, este conjunto de técnicas consiste na organização de conteúdos aportados na coleta, sob a forma de um *corpus de análise*, sobre o qual nos debruçamos visando identificar categorias, relações, frequências, juízos valorativos, entre outras possibilidades de mediação para a efetivação do processo

de análise propriamente dito. Reitera-se que todo o conjunto é orientado pelas categorias analíticas que emanam do método e do tema deste estudo, que puderam ser complementadas por categorias empíricas que surgiram da expressão dos sujeitos e/ou dos documentos.

Destarte, organizou-se o material para a revisão bibliográfica articulando-os aos dados sinalizados pela pesquisa. Na etapa seguinte foram analisados com profundidade os documentos a partir de um roteiro norteador.

Durante o processo de abordagens foi estabelecida a interação e o ambiente de confiança. O pesquisador se apresentou e explicitou os objetivos, importância do estudo, a relevância da colaboração do estudo, a relevância da colaboração do entrevistado. O entrevistado teve seu direito de participar ou negar-se, assegurado. A linguagem foi simples, clara e objetiva a fim de estabelecer uma comunicação efetiva com todos os sujeitos da amostra. Manteve-se uma postura atenta a significados atribuídos.

O projeto passou pela Comissão Científica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Logo após, foi encaminhado para o Comitê de Ética – CEP via Plataforma Brasil para, então, serem encaminhados os devidos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido à Secretaria Municipal de Assistência Social, para o Conselho Municipal de Assistência Social e aos gestores, técnicos e educadores do CREAS e nas abordagens, apresentados aos sujeitos em situação de rua no município de Alvorada.

Pretende-se devolver os resultados através de entrega de cópia desta dissertação à Prefeitura Municipal de Alvorada/RS, também há proposta de realização de um seminário ou oficina para técnicos, educadores, conselheiros, gestores, aberta à rede e ao público/usuário e através da publicação de artigos em revistas e eventos científicos. Destaca-se que para a perspectiva dialética a devolução dos dados é fundamental e para o Serviço Social um compromisso ético.

A presente dissertação é composta por esta introdução que constitui o primeiro capítulo, por um segundo capítulo intitulado *O contexto excludente e o processo de rualização* onde se aborda os processos de exclusão e inclusão precária que mascaram as condições de vida extremamente precárias e o aprofundamento das desigualdades sociais, abarcando dados da realidade local. Aporta ainda que de forma breve algumas reflexões sobre a constituição da

Assistência Social como política pública de direito e sua contribuição no enfrentamento das necessidades sociais.

Dando prosseguimento apresenta-se o terceiro capítulo que versa sobre a conquista de direitos e a importância da ampliação da participação nos processos emancipatórios e de enfrentamento da realidade social. Desta forma, o capítulo traz o protagonismo que está diretamente associado a estes processos. Diante da questão: *Protagonismo ou passividade?* explicita-se o cotidiano de rupturas x condicionantes materiais na perspectiva de processos sociais emancipatórios. Assim, reafirma-se a necessidade de garantia e ampliação dos direitos sociais para o alcance de alguns avanços, através da construção de consensos provisórios, limitados pelo modo de produção capitalista, pois não há consensos possíveis quando se reconhece o antagonismo de classes. Portanto, aporta-se dados sobre as múltiplas determinações que conformam os processos de realização, sua relação com o poder local e as possibilidades de protagonismo vivenciadas pelos sujeitos em situação de rua.

Como apêndices apresentam-se recortes da síntese de entrevistas e dos grupos focais, ressaltando as falas importantes que dão visibilidade ao assunto problematizado, além dos formulários de entrevistas, grupo focal e roteiro da análise documental. Em anexo, a avaliação e os pareceres da Comissão Científica e do Comitê de Ética em relação ao projeto apresentado e a autorização para a pesquisa social.

2 O CONTEXTO EXCLUDENTE E O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO

O presente capítulo aporta dados sobre as condições precárias de vida de grande parte da população brasileira e os processos de inclusão precária ofertados para mascarar a desigualdade social. Traz informações estatísticas extraídas dos documentos oficiais sobre o município de Alvorada/RS e possibilita, assim, dar visibilidade a realidade local. Dando prosseguimento, o capítulo aborda o processo de conquista dos direitos sociais brasileiros e a importância da participação para a sua garantia e ampliação no território.

2.1 OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO PRECÁRIA E A RUA

O processo de rualização como expressão da questão social⁴ aparece em processos combinados de mudanças no mundo do trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais. Estes processos, que ao mesmo tempo aumentaram o desemprego e retraíram as políticas públicas de proteção social para a classe trabalhadora sem trabalho, ampliam cada vez mais a presença de pessoas em situação de rua nos centros urbanos do país. No Brasil, 40% do total dos trabalhadores “ocupados”, encontram-se na faixa de rendimento de até um salário mínimo mensal, “somente dois de cada dez trabalhadores estão vinculados ao sistema de proteção social e trabalhista” (POCHMANN, 2012, p. 87).

Pode-se inferir que o processo de rualização que possui múltiplas determinações imediatas à trajetória de vida de cada pessoa atingida por ele, tem origem na base estrutural da sociedade capitalista⁵. Processo que pode ser caracterizado como processo social, político e econômico excludente.

⁴ A questão social é apreendida como expressão das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea (IAMAMOTO, 2004, p. 10-11). Este tema será aprofundado no capítulo 3 desta dissertação, com IAMAMOTO, NETTO e YASBEK, 2001.

⁵ Neste trabalho o termo capitalismo e a expressão sociedade capitalista são utilizados para designar um modo de produção e também uma fase histórica, que tem como característica central a existência de classes sociais, com interesses antagônicos, cuja divisão é determinada pela propriedade dos meios de produção, controle do

A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente sob marquises [...] ou pode constituir-se em um modo de vida, para os que já têm na rua o seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações. O que unifica esses processos é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. O que diferencia esses processos é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 2004, p. 93-94).

Esses processos são caracterizados pelas condições de vida extremamente precárias, tendo na base estrutural capitalista sua origem e também são resultantes de uma trajetória econômica e social historicamente desconectada do compromisso político com as políticas de trabalho e com a distribuição da renda nacional.

No Brasil, a histórica concentração da riqueza e do poder político passou por vários ciclos econômicos, como pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café e industrialização. Passou também por diversos regimes políticos, como colônia, império, república, ditadura e democracia. Toda esta trajetória econômica teve a “prevalência de um verdadeiro paraíso da improdutividade de ricos rentistas montados em cima da profunda desvalorização do trabalho no Brasil” (POCHMANN, 2010, p. 8).

Este cenário formou uma incontestável crise no mundo do trabalho e uma limitada capacidade de enfrentar o problema. Em países como o Brasil, os resultados de um êxodo rural bem maior do que a atratividade da economia das cidades agravaram as possibilidades de inserção na vida urbana. Nesse contexto, novas formas de miséria surgiram, modificando as antigas conformações da pobreza.

É na década de 1980 que o mundo conhece um processo de renascimento de velhas ideias liberais, agora não mais como doutrina, mas sim como ideologia, como assinala Anderson (1995). Os britânicos, liderados por Margaret Thatcher, se valeram das experiências neoliberais implantadas no Chile de Pinochet com a orientação de Milton Friedman, da Escola de Chicago. Promoveram um radical processo de desestabilização da economia, num país onde mais de 50% do PIB estava nas mãos do Estado. Privatizaram e até mesmo desnacionalizaram indústrias, como a automobilística, e repassaram concessões de serviços públicos à iniciativa privada (BURSZTYN, 2000, p. 33).

O poder público torna-se cada vez menos capaz de oferecer um contraponto às “falhas do mercado”, em virtude do avanço das práticas direcionadas pelo

trabalho e apropriação da riqueza produzida socialmente por uma das classes (dos capitalistas) e pela propriedade e venda da força de trabalho, como garantia de sobrevivência da outra (trabalhadores) (SILVA, 2009).

referencial neoliberal⁶, que mesmo nos países de governos populares é restringida a natureza e o alcance das políticas públicas. Graves impasses vêm enfrentando todo o arcabouço institucional de proteção social que começou a ser edificado desde o final do século passado.

Mesmo a França socialista de Mitterrand se envolveu no sedutor jogo do neoliberalismo. Ainda conforme Bursztyn (2000), a década de 1980 foi também o marco do surgimento de um novo ator social, nos países ricos: o novo-pobre. Num quadro agravado pela revolução tecnológica que automatiza o sistema produtivo sem gerar novos postos de trabalho e o desmoronamento do sistema de proteção social, esse “novo-pobre”, de acordo com o autor, vai materializar uma inesperada e imprevisível reprodução, no mundo desenvolvido, do problema da desigualdade social que até então era tão comum no terceiro mundo.

Esse novo ator social é cada vez mais a expressão do fenômeno crescente da exclusão social. Não é mais um indivíduo que está à margem, mas sim fora do sistema econômico e social prevalente. Este agravamento do problema do desemprego representa uma forte pressão sobre as políticas de seguro social e de renda mínima que, diante de uma crise fiscal e da hegemonia neoliberal, servem para justificar a redução da universalidade e da magnitude das políticas de proteção social.

Diante disso, aumentam as desigualdades sociais e com elas o contingente de destituídos de direitos. Sendo assim, “os investimentos especulativos são favoráveis em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2010, p. 143).

Porém, os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2012) felizmente alteram a perspectiva acima. Segundo dados da PNAD 2011 a desigualdade da renda entre ricos e pobres diminuiu no Brasil entre os anos de 2009 e 2011. Assim afirmou Maria Lucia Vieira, gerente da PNAD:

A gente observa que os maiores aumentos aconteceram, de forma geral, nas classes de rendimento mais baixo. Isto é, as pessoas que recebiam menos tiveram mais ganhos do que aquelas que recebiam mais. Isso tem um reflexo direto no índice de concentração de rendimentos, que a gente

⁶ O neoliberalismo dirige uma ofensiva avassaladora contra os trabalhadores, reduzindo seus direitos e suas possibilidades de acesso a bens e serviços socialmente produzidos revelando claramente que a velha e injusta base em que se sustenta o sistema capitalista, a extração da mais-valia, continua a mesma (PRATES, 2011).

mede por meio do índice de Gini⁷. Quase todas as regiões do país tiveram redução desse índice.

Durante este período, o rendimento médio mensal real do trabalhador brasileiro cresceu 8.3%. A parcela dos 10% mais pobres da população teve o maior aumento (29,2%) enquanto o 1% mais rico teve 4,3% de crescimento. A diferença entre ricos e pobres caiu, apesar de continuar grande. De acordo com a pesquisa, a média dos rendimentos dos mais ricos era 87 vezes maior do que a dos mais pobres, em 2011. Em 2009, a proporção era 107.

Ainda assim, o agravamento da questão social se expressa de uma forma perversa. As expressões que se revelam nas múltiplas manifestações do processo de pobreza com as diferentes formas de exclusão, o que configura um novo fenômeno com a característica da multidimensionalidade, cuja origem é, nitidamente, determinada por condicionantes de natureza econômica e sócio-ocupacional, mas com significativas e complexas interfaces. “O caráter multidimensional de pobreza leva à necessidade de indicadores que tenham uma correspondente abordagem multidimensional e que levem em consideração como o indivíduo percebe sua situação social” (YASBEK, 2012, p. 291). Ainda conforme a autora:

São pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens sociais. Entre eles estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não tem possibilidades de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão-de-obra que, possivelmente não será absorvida (YASBEK, 2009, p. 73-74).

Abordar este universo é contemplar a subalternidade e suas inúmeras estratégias de sobrevivência.

No Boletim Diagnóstico Socioterritorial do município de Alvorada/RS, gerado em 18 de outubro de 2013 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome / Plano Brasil Sem Miséria, são apresentados dados do Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego que possibilitam conhecer a inserção, ou não, das pessoas no mercado de trabalho. Como, por exemplo, nos permite saber que “o

⁷ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda ou rendimento, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

percentual de pessoas de referencia do domicilio desempregada no município é de 3,7% e é maior que a do estado” (MDS, 2013 p. 10). No estado do Rio Grande do Sul, segundo o IBGE (2010) é de 2,1%. O índice municipal ainda é maior que a média brasileira que é de 3,0% e que a média da região sul de 1,9%.

Os jovens de 15 a 29 anos representam 36,8% da população economicamente ativa no município de Alvorada. Dos 31.488 jovens com ocupação 28,9% ganhavam até um salário mínimo, em 2010. O valor do rendimento médio mensal entre jovens é de R\$ 767,25 e fica pior entre os jovens negros, com R\$ 698,42. O rendimento médio mensal da população economicamente ativa é de R\$ 966,06. Entre os jovens negros, são 599 em situação de extrema pobreza e correspondem, conforme o boletim do MDS sobre vulnerabilidade social e juventude negra (2013), a 2,6% do total de jovens. “Em relação à população de 16 anos ou mais em situação de informalidade, o percentual observado foi de 17,7%. Já em relação à população de 10 a 13 anos ocupada, o percentual observado foi de 1,7%” (MDS, 2013, p. 11). Nesta faixa etária a taxa de analfabetismo constatada era de 2,1%.

As razões da grande vulnerabilidade dos pobres não decorrem, na sua essência, do não emprego, mas do emprego que se faz em condições deterioradas de remuneração. Também por razões econômicas, as crianças pobres frequentam menos assiduamente a escola e a busca de atividades para garantir a sobrevivência das famílias mais vulnerabilizadas no curto prazo torna-se necessária. Conseqüentemente a proteção sanitária se reduz e a nutrição torna-se insuficiente, incapacitando muitas vezes a capacidade de se sair do ciclo de pobreza para certo número de famílias, mesmo após a saída da crise financeira pelos estados nacionais.

Esse fenômeno de *histerese*⁸ se explica assim essencialmente pelo aumento das desigualdades quando da crise, cujos efeitos são multiplicados em relação aos países desenvolvidos em razão da fraca proteção social da maior parte da população (SALAMA, 2012 p. 26).

O Estado, muitas vezes, com o objetivo de equilibrar o orçamento reduz as despesas com os serviços públicos de assistência social, educação e saúde.

⁸ A histerese é a tendência de um material ou sistema de conservar suas propriedades na ausência de um estímulo que as gerou. Podem-se encontrar diferentes manifestações desse fenômeno. A palavra "histerese" deriva do grego antigo, que significa 'retardo', que foi cunhada pelo Sir James Alfred Ewing em 1890.

Em Alvorada, considerando a população ocupada com mais de 16 anos, a distribuição segundo a posição na ocupação mostra que 60,2% tinham carteira assinada, 17,5% não tinham carteira assinada, 18,5% atuam por conta própria e 1,1% são empregadores. Servidores públicos representam 2,2% e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 0,6% do total ocupado (IBGE, 2010). Em que pese o fato de 60,2% da população economicamente ativa ocupada ter carteira assinada é importante observar o dado anterior citado que mostra os baixos níveis de salários obtidos. A inserção no emprego formal não garante a superação da precarização do trabalho e do baixo rendimento.

A parcela de 63% dos ocupados trabalhava de 40 a 48 horas e 15,2% tem uma jornada superior. Dado que reitera nossa análise quanto à precarização do trabalho e sua relação com a pobreza.

Siqueira (2013), em sua *leitura marxista sobre a pobreza*, destaca a exploração do homem pelo homem,

[...] como o processo de progressivo aumento da distância entre o valor produzido pelo trabalhador e a parcela dessa riqueza produzida da qual este se apropria. Ou seja, a riqueza produzida pelo trabalhador se divide numa parte cada vez maior de mais-valia (apropriada pelo capital), e outra parte, proporcionalmente cada vez menor, que corresponde ao seu salário (parte da riqueza produzida que fica com o trabalhador). Assim, sendo, mesmo podendo algum trabalhador ter um salário que lhe permita condições boas ou ótimas de vida (elevado poder aquisitivo), a parte de valor por este produzido que permanece com ele é cada vez menor em relação ao total de riqueza produzida (ou da mais-valia pelo capitalista apropriada) (2013, p. 174).

Exploração esta que, por um lado provoca a acumulação e por outro a pauperização.

Ainda conforme Siqueira, “a pobreza só pode ser explicada na sociedade capitalista em relação à contradição de classes”. Ainda complementa afirmando a necessidade de se conhecer as determinações impostas que “constituem a realidade concreta na qual os sujeitos históricos se movem”. (SIQUEIRA, 2013, p. 163).

Retornando à pesquisa do IBGE, no município de Alvorada/RS, com relação ao tempo das pessoas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para o seu domicílio diariamente, os dados apontaram que 24,4% perdiam mais de uma hora com o deslocamento.

A taxa de desocupação municipal foi de 7,7% e entre os ocupados 24,5% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das

pessoas ocupadas era de R\$ 1.007,61. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.178,21 e entre as mulheres de R\$ 819,62, “apontando uma diferença de 43,75% maior para os homens” (MDS, 2013, p. 08). Este dado vem ao encontro do estudo do IPEA (1993) que apontava 3,3 milhões de crianças e adolescentes que faziam parte de famílias chefiadas por mulheres. O estudo apontava que a cada 4 adolescentes em extrema pobreza, um se encontrava nessa configuração familiar.

A pesquisa nacional realizada em 2008 (IBGE) aponta que 44,7% das pessoas ocupadas são mulheres. 30% delas sustentavam as despesas da casa e 50,6% viviam sem cônjuge e com filhos⁹. 37,4% dos lares são chefiados por mulheres, em diferentes arranjos familiares – com e sem cônjuge, com ou sem filhos, mas a maior parte das famílias chefiadas por mulheres são constituídas pela mãe com filhos. (Síntese de Indicadores Sociais. IBGE, 2011).

Em Alvorada, das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 467 não sabiam ler ou escrever, o que representa 15,7% dos extremamente pobres nessa faixa etária. “Entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 156 estavam fora da escola” (30,9% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária). (MDS, 2013 p. 2). O Censo revelou ainda que no município havia 1.355 jovens em situação de extrema pobreza, correspondendo a 2,6% do total de jovens.

Ainda em relação aos dados de pesquisa, a questão da inserção produtiva e o significado do trabalho, mesmo reduzido a emprego tem uma importância central para a grande maioria dos trabalhadores empregados, desempregados e subempregados. Os sujeitos em situação de rua almejam o trabalho, pois vem na oportunidade de inserção produtiva a melhoria de suas condições de vida. Isto é o que mostram diversos estudos que fazem a escuta daqueles que vivem nas ruas das grandes cidades. Porém em tempos de desemprego estrutural, a possibilidade de inserção para aqueles que sequer têm um endereço para informar é bastante restrita, é o que mostra a expressão dos pesquisados no estudo nacional realizado pelo MDS.

“A gente procura emprego, ai você tem que ter uma referência, assim dizer onde você mora, tem que ter um telefone para contato, E ai você vai dizer: “moro na marquise”? Ai você já é excluído, porque tem uma discriminação, ninguém vai dar emprego para morador de rua! Este cara deve ser um drogado, um ladrão, sei lá...” (sujeito da pesquisa MDS, 2008).

⁹ Conforme dados apresentados no painel Demandas de Acesso à Educação Infantil, no Seminário Regional ABMP Sul (Porto Alegre, 2013), pelo Dr. Vital Didonet. Análises destas questões no Comunicado IPEA n. 65: PNAD 2009. Primeiras Análises: Investigando a chefia feminina da família.

A ideia de perda do trabalho é relacionada à perda de identidade, perda de condições de vida e de autoestima, “não ter trabalho é estar pesado, morto”. (Abreu et al, 1999, Brasil , MDS, 2008).

Em estudo de mestrado realizado para avaliar as possibilidades de inserção produtiva de pessoas em situação de rua, a pesquisadora recebeu as seguintes respostas das agências de emprego em Porto Alegre:

“ – (...) e eles trabalham?”

“ – Como posso referenciar uma pessoa sem domicílio?”

“– Até poderia trabalhar como doméstica, mas sem endereço (...) e a aparência deles não é boa, melhor não perder o tempo deles nem o meu (...)” (FARIAS, 2007, FSS/PUCRS).

Estes dados surpreendentes mostram o quanto as políticas públicas são insuficientes e o quanto os trabalhadores que atendem a população estão despreparados para garantir a sua acessibilidade em sentido ampliado, não reiterando processos de estigma e discriminação, como se verifica nas respostas dadas a pesquisadora que explicitamos anteriormente.

A partir dos dados expostos, outro aspecto que merece a abordagem por este estudo, ainda que sucintamente, é a trajetória da Assistência Social no Brasil. Ressalta-se que no município de Alvorada, as despesas nesta política alcançaram 1% (um por cento) do orçamento total, valor esse inferior à média do conjunto dos municípios do Estado do RS, que é de 2,61% de investimentos nessa política.

2.2 BREVES REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO

A assistência ao outro é uma prática antiga da humanidade como um ato de benesse ou aprovação divina (SPOSATI, 1988). No Brasil, historicamente encontramos uma área que não foi concedida como campo de definição política dentro do universo das políticas sociais em torno do Estado, construídas entre relações ambíguas e contraditórias. Salientam-se os marcos da política de assistência social, que se inicia no começo do século passado de forma patriarcal, vivenciado por décadas até o início da década de 1990, quando ganha status de

política pública, com princípios de acesso a partir das necessidades (YASBEK, 2007). Assim, a política contribui com o enfrentamento das necessidades sociais.

A política de assistência social foi um dos caminhos contraditórios, conquistados pela classe trabalhadora, para dar conta das necessidades sociais, destacadas por alguns autores.

Acredita-se que a expansão ou a inibição do fenômeno população em situação de rua é condicionada por um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais. É provável que, no Brasil, essa condição de absoluta exclusão da cobertura e abrangência das políticas sociais tenha contribuído para a reprodução [...] A aposta é que o fenômeno pode ser inibido pela ação das políticas sociais, ainda que as condições que lhe dão origem permaneçam, pois as políticas sociais não são capazes de eliminar a estrutura de classes da sociedade capitalista, de onde se originaram as causas estruturais do fenômeno (SILVA, 2009, p. 256).

A trajetória histórica da política de Assistência Social está enraizada em práticas clientelistas, patrimonialistas e segmentadas. Apesar dos avanços dessa política pós-Constituição Federal de 1988 quando passa a compor o tripé da seguridade social muitas dessas práticas continuam presentes, mesmo após a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993) o que demonstra as dificuldades de superação desta visão conservadora. Nesse sentido são necessárias constantes avaliações em relação ao papel e formas de operação da política, as quais levaram a um repensar da estrutura de seu funcionamento e da organização do financiamento.

Há um tensionamento na trajetória da construção de direitos e na formação histórica do Brasil, enraizada na herança colonial de escravatura, grandes propriedades territoriais e nas relações de poder delas decorrentes, associada ainda a dependência, o compadrio e a ideologia do favor. Herança esta que favorece os interesses privados, incluindo o uso privado de recursos públicos e torna frágeis os processos de participação social e a construção do espaço público.

Essa herança como mencionado anteriormente não foi totalmente superada, apesar da luta dos trabalhadores por seus direitos. Com essa tradição político-cultural segundo Chauí (apud COUTO, 2004), a doutrina neoliberal “*cai como uma luva*” e faz emergir o predomínio do interesse cada vez mais privado em detrimento dos interesses públicos impedindo a constituição de uma cidadania sólida e universal.

Esse processo acaba por dificultar a elevação da política de Assistência Social à perspectiva de direito, apesar de sua formulação legal. A assistência social

ainda se materializa, muitas vezes, na ótica do assistencialismo, do favor e da concessão.

Segundo Couto (2004, p. 29) a assistência social foi a última política social regulamentada no século XX.

[...] por ser a última política social regulamentada no século XX, possibilita decifrar as heranças presentes na compreensão da efetivação dos direitos, especialmente os sociais. Ou seja, a forma como essa política foi incorporada no Brasil permite, além da compreensão de como foram concebidos e gestados os direitos, a reflexão sobre os desafios no sentido da construção de um sistema de proteção social que leve em consideração de fato o amplo espectro da cidadania.

O tema da assistência social vem associado à discussão do direito que foi referendado nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 e posteriormente pela lei n. 8742/93, a LOAS. Direito este construído como produto histórico, resultado de tensionamento na sociedade brasileira.

[...] representado pela ideia de que os direitos são resultados do movimento histórico em que são debatidos, correspondendo a um homem concreto e às suas necessidades, delimitado pelas condições sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade (COUTO, 2004, p. 34).

Os direitos sociais, conforme afirma a autora, são exercidos com intervenção do Estado, que tem o dever de provê-los. Busca-se enfrentar as desigualdades sociais por meio dos direitos sociais no âmbito do Estado, ancorando na ideia de igualdade.

Foi com a consolidação do capitalismo, e na relação contraditória entre as demandas do capital e as dos trabalhadores que se criaram as condições objetivas para a identificação das lutas das classes trabalhadoras para ver incluídos nas suas pautas de reivindicações o acesso a esses direitos (COUTO, 2004, p. 37).

Os direitos se caracterizam como tais em momentos diferentes e de forma gradual, de acordo com as lutas em defesa da classe trabalhadora na medida em que ganhavam legitimidade em razão do aumento das contradições entre capital e trabalho. Neste movimento contraditório se faz necessário “pensá-los como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais” considerando o movimento social, mas também utilizados para a manutenção do capitalismo.

O fundamento central dos direitos sociais são as necessidades reais do homem. Necessidades que podem ser básicas, objetivas, universais e históricas e transitam da ótica da consciência individual para a consciência coletiva. Ótica da caridade e do assistencialismo ou amarrada à relação contratual.

Compreender este produto social histórico e, portanto, inacabado é compreender as determinações econômicas, políticas e sociais para sua materialidade no enfrentamento das mazelas geradas pelo sistema capitalista. O capitalismo apresenta uma lógica que engendra as condições para que a exploração do trabalho pelo capital possa ser exercida.

Tal lógica apresenta-se pautada no referencial do liberalismo que defende a assertiva de que o mercado apresenta as condições objetivas para garantir o autodesenvolvimento humano.

Nessa lógica, o papel da juridificação dos direitos é apenas reforçar o controle do Estado, resguardando a hegemonia do capital. Por esse motivo só é possível pensar na questão dos direitos sociais a partir do Estado social, onde o campo jurídico também se transforma num campo contraditório de disputa de projetos da sociedade [...] (COUTO, 2004, p. 54).

Uma das concepções que entra nesta disputa é a de retomada do processo de acumulação de capital inspirada na tese liberal, portanto um “novo liberalismo”, denominado de neoliberalismo.

A estratégia neoliberal de desenvolvimento pode ser entendida a partir de três componentes: (1) a estabilização macroeconômica (controle inflacionário e das contas públicas) é uma pré-condição; (2) reformas estruturais pró-mercado são necessárias para construir um ambiente econômico que promova a livre iniciativa e os investimentos privados; (3) retomada dos investimentos privados garantem um novo processo de crescimento/desenvolvimento da economia. De fato, a estabilização macroeconômica é um pré-requisito, mas não exige nenhum tipo específico (ortodoxa ou heterodoxa) de política econômica; o que se requer é o controle dos preços e dos gastos públicos, pois isto seria uma pré-condição para o segundo componente (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 12).

Os liberais apregoam a constituição de políticas residuais, fragmentadas, realizadas a partir da ótica do mercado ou da filantropia para substituição das ações do Estado social na contramão das concepções universal, igualitária e de sistema de proteção social como direito. Com a ótica de mercado ou livre iniciativa as atribuições do Estado ficam limitadas à garantia da propriedade privada e de contratos, basicamente.

A desregulamentação dos direitos sociais além de desonerar o Estado, também desonera o mercado dos efeitos da desigualdade social e os sistemas jurídicos formais do apelo da população empobrecida. Assim, as necessidades são encaminhadas do direito formal para a órbita da filantropia. No contraponto encontra-se a proposta de Estado social, implementador de políticas sociais com princípios de direitos sociais universais, igualitários e solidários, precursor do Estado de bem-estar social.

No Estado social, a resposta às necessidades das classes trabalhadoras, vem em forma de políticas sociais.

Essas políticas são um campo privilegiado de concretização das demandas postas pelos trabalhadores ao Estado. Suas características estão atreladas à forma de constituição desse mesmo Estado, tendo papel importante no processo de reprodução da força de trabalho (COUTO, 2004, p. 60).

Esse processo se caracteriza pela manutenção da acumulação e reprodução da força de trabalho e, contraditoriamente, dá visibilidade às demandas dos trabalhadores e sua disputa por ampliar direitos sociais.

A exploração da mão de obra e a reafirmação do Estado na regulação da economia contradizem o sistema de proteção social previsto. A peculiaridade do Brasil é que os direitos se constituíram de forma particular e as políticas de proteção social, na maioria de suas ações, foram vinculadas a legislação trabalhista.

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes (CARVALHO, 2002, p. 45).

Retomando-se a origem desse processo é possível constatar que a estrutura centralizada no Estado e nas grandes propriedades até meados do século XIX dificultava a organização coletiva. No Brasil, o governo destaca a relevância à independência econômica, porém mantendo o trabalho escravo e sem discussão sobre direitos. Qualquer tipo de movimento diferente sofria a repressão militar. Em razão de todos esses processos o Brasil entrou tardiamente no sistema de produção capitalista.

É possível afirmar que tivemos políticas com forte apelo popular. Por outro lado, houve a consolidação de direitos trabalhistas e a pretensão universalizante na Constituição Federal, ou seja, a responsabilidade do Estado brasileiro no sentido de garantia de direitos por meio da seguridade social.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS foi aprovada em 1993 como um dos caminhos na tentativa de criação de uma cultura de direito em relação à assistência social. A construção da política de assistência social como direito no Brasil passou por uma trajetória de relações ambíguas e contraditórias.

A questão social durante muitos anos não foi analisada para a formulação das políticas no país. Conferida pela primeira vez como condição de política pública na Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social ainda se encontra em construção.

Mesmo com o avanço constitucional a Seguridade Social é extremamente condicionada e limitada pela condição do mercado de trabalho no Brasil. Esta reflexão é destacada por Boschetti (2005, p. 10) quando afirma que [...] “apenas a saúde incorporou o princípio da universalidade, enquanto a previdência destina-se apenas aos contribuintes e a assistência social é restrita aos pobres em situações de extrema pobreza e indigência”.

Ainda estão em jogo processos de mudança do entendimento de favor e benemerência para o direito à cidadania. Como se vê a Seguridade Social, contraditoriamente, não é capaz de assegurar proteção social aos trabalhadores pobres e excluídos do acesso ao trabalho e ao emprego e sua forma de organização é injusta, provocadora e reprodutora de desigualdades sociais (SPOSATI, 2005 in: MDS, 2005).

Com a LOAS (1993), a principal mudança foi a exigência de implantação de Conselhos, Planos e Fundos de Assistência Social, nos três níveis de governo, enquanto instrumentos básicos da descentralização e democratização, que possibilitaram o acesso ao financiamento público (NOB/SUAS, 2005). Como observa Sposati (2006), o SUAS tem “a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania” (SPOSATI, 2006, p. 111).

Nesse sentido o Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios inseriram-se no processo na condição de protagonistas responsáveis por sua construção, à medida do desencadeamento de um debate com a participação de todos, para que, se efetivasse a corresponsabilidade dessas três esferas de governo.

Contudo, o sentido de proteção social extrapola as possibilidades de uma política social e requer o estabelecimento de um conjunto de políticas públicas que garantam direitos e respondam a diversas e complexas necessidades básicas (PEREIRA, 2000).

Destarte, a assistência social no Brasil vive um momento de transformações, passando pela aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, e pela Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS/2005), atualizada pela NOB 2012. As matrizes conceituais fundamentam um sistema público de proteção social e enfatizam significativas mudanças em seus fundamentos teórico-práticos.

Nesse sentido a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros. Marcado pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (PNAS, 2004, p. 26).

Para a conquista de direitos que se materializam através da instituição de políticas são de fundamental importância os movimentos coletivos de resistência e tensionamento por meio da participação e do protagonismo dos sujeitos como respostas dos atores sociais à questão social. No caso dos sujeitos em situação de rua são exemplos de resistência as Comissões de rua, o Movimento de moradores de rua, e o Jornal Boca de Rua.

É preciso apostar na capacidade de resistência, crítica e proposição de movimentos participativos, embora de composição heterogênea, em face dos mecanismos reprodutores da barbárie social, que incluem a mercantilização das políticas sociais.

Por outro lado as diretrizes de descentralização, municipalização e participação popular foram estabelecidas na Constituição Federal de 1988. O modelo de gestão de políticas públicas instaurado foi constituído por conselho, plano e fundo, representando a possibilidade de avanços significativos na democratização das decisões e ações locais.

A valorização do território “como espaço vivido” e como *lócus* para a identificação de vulnerabilidades a serem cobertas e potencialidades a serem estimuladas é outra marca inovadora que atravessa os novos documentos da política. Contudo, todos esses aspectos são também atravessados por contradições que precisam ser problematizadas e desocultadas.

Entre elas se destaca: o território vivido x territórios de risco (estigmatizados); descentralização x prefeiturização, somente para mencionar alguns dos processos que merecem aprofundamento. A municipalização tem representado a transferência para os governos municipais de programas articulados nas esferas federal e estatal, sob exigências de contrapartida orçamentária.

A assistência social se constituindo em forma de sistema de proteção social afirma a municipalização das ações. Para o município de Alvorada, O MDS disponibilizou recursos para o fortalecimento da agenda municipal da Assistência

Social. Em junho de 2013 o poder local tinha em seu território cinco (5) CRAS e um (1) CREAS, todos cofinanciados pelo MDS.

A municipalização afigura-se como um processo permanente de luta política em torno do fortalecimento do poder local nas dimensões legal, administrativa, financeira fiscal e política. Portanto, a materialização da assistência social à luz do SUAS está na base da concretização de direitos sociais por meio das diversas políticas sociais.

É no território local que a coesão social e a fonte emancipatória devem ser promovidas. O poder local é constituído pela estrutura privilegiada que ocupa o espaço na vida dos indivíduos. No território se desenvolvem processos, relações e se encontram as instituições que tem relevância no cotidiano de vida da população. Esses poderes precisam ser organizados de modo a estimularem a criação de laços de pertencimento e identidade sociocultural e política. Mas, o território também pode ser o espaço da estigmatização da reprodução de violência e violação de direitos.

Considera-se, neste estudo, o poder local constituído por instâncias legislativas, executivas, judiciárias e da sociedade civil no município de Alvorada/RS.

3 PROTAGONISMO OU PASSIVIDADE?

O presente capítulo pretende aportar reflexões sobre o protagonismo dos sujeitos usuários, dando visibilidade às contradições entre a intenção explicitada nas políticas de garantir e estimular a participação da população usuária e como contraponto a inexistência de condições materiais que viabilizem o seu desenvolvimento.

3.1 A CONQUISTA DE DIREITOS E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

Segundo Pinsky (2003), ser cidadão é ter direitos. Assim cidadania, neste sentido, se caracteriza como direito de posse, de propriedade e de contratos, conforme a concepção liberal. O liberalismo foi um posicionamento assumido pela burguesia contra os privilégios feudais. Isso nos permite dizer que existe um processo de evolução que marcha da ausência de direitos para sua ampliação ao longo da história. Corroborando com este pensamento, Castel (1998) afirma que antes de 1848 não havia debate público expressivo sobre a indignação e sobre as condições de trabalho ocasionadas principalmente pela Revolução Industrial e seu esquema de acumulação capitalista. Por força das manifestações operárias é que existiu uma tomada de consciência sobre a miséria reinante na classe trabalhadora *versus* o desenvolvimento da riqueza e do progresso. Assim Luiz (2011) afirma configurar-se a Questão Social.

A constituição da Questão Social esta vinculada à emergência da classe operária e das contradições das condições de trabalho e das relações de dominação do capital sobre o trabalho, em especial na segunda metade do século XIX. Essa questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos 1830 (LUIZ, 2011, p. 47).

A partir disso, a burguesia passou a lutar pela manutenção do capitalismo e o liberalismo que, no discurso, ressaltava valores de liberdade e igualdade e passou a aceitar a existência de instâncias para o funcionamento das instituições capitalistas que garantem a reprodução do capital. O resultado se configurou com as intensas batalhas da classe trabalhadora. Muitas lutas foram travadas para que se ampliasse

o conceito e a prática que hoje chamamos de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Pinsky (2003) esclarece que sonhar com cidadania plena em uma sociedade pobre, em que o acesso aos bens e serviços é restrito, seria utópico. Contudo, os avanços da cidadania, se têm a ver com a riqueza do país e a própria divisão de riquezas, depende também da luta e das reivindicações, da ação concreta dos indivíduos.

A posição de Carlos Nelson Coutinho acerca da efetiva cidadania vai além. A democracia, segundo o autor (1997), é sinônimo de soberania popular. Podemos “defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social.” (COUTINHO, 1997, p. 145). A democracia, desde Rousseau é concebida “como a construção coletiva do espaço público” (ROUSSEAU apud COUTINHO, 1997), entendida por ele como soberania popular. Conforme Coutinho, o conceito que melhor expressa a democracia é a concepção de cidadania, entendida como:

A capacidade conquistada por alguns indivíduos (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as possibilidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1997, p. 146).

E aqui o autor ressalta a importância da historicidade, porque a conquista da cidadania, dos direitos, da democracia são produções históricas socialmente construídas, logo não alcançadas de uma vez por todas, sem que este processo exija uma luta permanente por sua manutenção e ampliação, especialmente porque os interesses de classe, embora sistematicamente e estrategicamente negados, permanecem antagônicos, nos marcos do capitalismo.

Os direitos, ressalta Coutinho (1997, p. 148), se expressam inicialmente “sob a forma de expectativas de direito, ou seja, demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais.”

Os direitos que foram conquistados historicamente através dos trabalhadores sofrem hoje um desmonte por conta do processo de mercantilização de todas as relações sociais. A política de recorte neoliberal propõe a redução no investimento do Estado em políticas sociais, o que resume suas funções na repressão e coerção, perdendo, segundo Prates (2011), a substância política. Isto reduz os direitos da

classe trabalhadora e as possibilidades de acesso a bens e serviços socialmente produzidos se mostrando como uma injusta sustentação do sistema capitalista.

Conforme destaca Iamamoto (2001), a questão social vista a partir da teoria crítica “é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto da classe trabalhadora” (2001, p. 11). Portanto, é fundamental desocultar os componentes materiais da riqueza, ou seja, “a natureza do valor de troca e os fetichismos que o acompanham, não os destituindo de sua historicidade” (p. 12).

Logo, destaca a autora, a partir de Marx, pensar o trabalho e a questão social no modo de produção capitalista significa reconhecer dois aspectos fundamentais que o caracterizam:

- 1) A mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos.
- 2) A mais-valia (exploração/lucro) é a finalidade direta e o móvel determinante da produção.

Dando continuidade problematiza a gênese da Questão Social e destaca: “[...] a acumulação produz uma população relativamente supérflua [...] a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo” (IAMAMOTO, 2001, p. 14).

A autora também destaca a relevância da democracia de base para ampliar a democracia representativa, para o cultivo e reconhecimento dos direitos “sustentados na socialização da política, da economia e da cultura” (2001, p. 30).

Para José Paulo Netto (2001), a pobreza ao invés de manter-se na “condição passiva de vítima do destino” na metade do século XIX começou a rebelar-se “configurando-se numa ameaça às instituições existentes”. É a partir dessa pressão que o pauperismo torna-se “questão social”.

Destaca o autor, também com base em Marx, que uma análise mais aprofundada da Questão Social irá mostrar que ela contém relações e condicionantes mais complexos que não podem ser reduzidos à manifestação do pauperismo. E explicita, “o capitalismo produz a questão social e diferentes estágios do capitalismo produzem diferentes manifestações da questão social”. (2001, p. 45).

A questão social está determinada pelo laço próprio da contradição capital/trabalho – a exploração. Contudo, ela assume características diversas em diferentes contextos históricos, geográficos, políticos, culturais. (NETTO, 2001, p. 46).

Seguindo nosso pensamento, Yazbek (2001) aporta importantes contribuições acerca da questão social, a partir da relação com a concepção de pobreza. Para a

autora, a pobreza “é uma face do descarte de mão de obra barata que faz parte da expansão capitalista”. O capitalismo contemporâneo com seus impactos destrutivos traz como marcas à população empobrecida, entre tantas mazelas, o desemprego, a saúde precária, a moradia insalubre, a alimentação insuficiente, “os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados [...]”, o que também expressa “o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la” (p. 35). Destaca em relação ao pensamento liberal e as ações dele decorrentes que “os liberais entendem necessária a filantropia [...] o dever moral de assistir aos pobres, desde que este não se transforme em direito ou em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade” (YASBEK, 2001, p. 35).

Na contramão dessa perspectiva, destaca a autora que a redução do mundo público despolitiza o reconhecimento da Questão Social como expressão de relações de classe, reduzindo-a a um “dato a ser administrado tecnicamente”, o que esta na base do atual “sucateamento dos serviços públicos, da desqualificação das políticas sociais e da privatização e refilantropização na abordagem da questão social” (2001, p. 36).

Yasbek (2001, p. 37) ressalta ainda que “cresce o abismo entre o país legal e o país real” e conclui afirmando que:

A regressão neoliberal ao impor-se como lógica do capitalismo atual, consolida a dissociação entre mercado e direitos, aprofunda a cisão entre o econômico e o social, separa a acumulação da produção, instala desregulações públicas e a desigualdade [...] (2001, p. 37)

Por fim conclui a autora que o desafio é apreender:

Esse homem comum que se apresenta diante de nós com fome, analfabeto, sem trabalho ou na informalidade, alvo de violências [...] pobre de liberdade, de esperanças, de oportunidades [...] (e) reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania” (YASBEK, 2001, p. 39)

Articular lutas populares para a conquista de direitos das quais foram resultado de conquistas trabalhistas e previdenciárias atingidas por medidas de ofensiva neoliberal. Ainda, conforme Prates:

Uma característica comum a todos os países que adotaram e adotam as políticas de recorte neoliberal tem sido a redução drástica do padrão de vida dos trabalhadores [...]. A elevação dos níveis de desemprego, bem como o desmanche da rede de seguridade social e a degradação das condições de trabalho são também características que marcam essa etapa do modo de produção capitalista que tem por objetivo a ampliação dos lucros independente dos impactos que possam ter na vida social (2011, p. 1).

No capitalismo, os sujeitos destituídos da propriedade dos meios de produção perdem o poder de organização coletiva e estão cada vez mais dependentes do mercado. Por sua vez, o mercado restringe e seleciona quem produz o equivalente aos meios de sobrevivência. Por outro lado existem movimentos coletivos de resistência por meio da participação e do protagonismo dos atores sociais. A participação é um processo social que se expressa na própria realidade cotidiana dos sujeitos.

A participação passa a ser questão social à medida que as próprias contradições sociais desafiam o homem como ser criador e este toma consciência da sua realidade social e assume posições de desafio e enfrentamento (SOUZA, 1993, p. 82).

Nesta realidade contraditória, para o enfrentamento das desigualdades é preciso à inserção do sujeito no mercado de consumo. Entretanto, este processo social requer antes de tudo, participação nas tomadas de decisões da vida social.

Contudo, como destaca Couto:

O Brasil, como demonstram os dados históricos trabalhados desde o tempo da Colônia, era um país refratário à participação popular, e o período que antecedeu a ditadura militar foi marcado, intensivamente, por manifestações populares que buscavam sustentação para as reformas necessárias à melhoria da qualidade de vida da população. Essas manifestações foram os ingredientes que contribuíram para que o golpe fosse realizado com o apoio das classes médias, das forças conservadoras e dos interesses do capital estrangeiro no país (COUTO, 2004, p. 119).

Os processos de enfrentamento são afetados em razão das dificuldades vivenciadas por muitos sujeitos nas lutas cotidianas pela busca dos bens básicos de sobrevivência, como alimentação, moradia, roupas, dentre outros. Lutas estas que são captadas e transformadas em ações a favor da legitimidade da dominação de alguns grupos sobre a maioria da população.

O processo de participação, segundo Souza (1993), implica em outros processos sociais. Para a autora “os interesses e preocupações que se revelam no cotidiano são em geral parcial e mecanicamente percebidos” (1993, p. 84).

A ultrapassagem na compreensão da realidade cotidiana e nas ações sobre ela requer que se tenha uma posição inequívoca sobre a participação. Para tanto, pode ser trabalhada através de um processo educativo. Processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta.

A conscientização é um processo contínuo de compreensão crítica da realidade. Processo que pressupõe e tem como consequência a organização social.

Nesse sentido, se considera que as ações individuais se tornam contribuições importantes para o desencadeamento da participação social. Contudo, ante as implicações contraditórias da realidade social a participação social supõe ações coletivas articuladas conscientemente enquanto força social em função de objetivos claros definidos pelo grupo social.

Conscientização é organização, pois supõe tomada de atitude que implica a compreensão da força social da população quando articulada e organizada. Por sua vez, organização é conscientização, pois a população projeta avalia e confronta sua força social com a dinâmica da realidade social. As novas atitudes tomadas, as novas alianças que vão garantindo, reforçando e ampliando a força social são, ao mesmo tempo, conscientização e organização (SOUZA, 1993, p. 93).

Percebe-se que a organização supõe conscientização e, por sua vez, é meio para que o processo se amplie. Portanto, é através das articulações coletivas que se chega às formas concretas de enfrentamento da realidade.

Também como processo pedagógico, o processo de capacitação aparece na forma de resposta à necessidade da população no seu próprio processo de conscientização e organização que a torna capaz de estender sua experiência ao todo social, penetrando na essência e na contradição dos problemas.

O processo de capacitação supõe meios para a população de apreender continuamente a realidade social. Também supõe instrumentalização da população para reforçar seus projetos de reivindicações e arregimenta suas bases em algumas estruturas de apoio do tipo associações, ONG's ou outras entidades representativas do poder local.

Segundo Gohn (2008, p. 96), o processo educativo que ocorre nos movimentos sociais busca “aprender a descobrir direitos, agregar interesses, reconhecer os opositores, conhecer os caminhos por onde passam as demandas dentro da máquina burocrática. São escolas de cidadania e de aprendizagem política”. Sempre processos em que as experiências realizadas servem de base para a implementação das novas.

Nas ONGs, usualmente, seus objetivos são diferentes dos movimentos. Para começar, elas se estruturam como organizações, possuem quadros hierárquicos; ainda que haja trabalho voluntário, há assalariamento, trabalham segundo projetos etc. [...] Nas ONGs que prestam ou desenvolvem um serviço, o caráter educativo de suas ações é dado pela forma diferenciada em que este serviço é feito: [...] ela atua sobre as consequências sem nunca indagar ou tocar nas causas [...] o paradigma de ação social baseia-se em premissas compensatórias (GOHN, 2008, p. 96 - 97).

Mas há muitos pontos positivos também, como a troca de experiências e a circulação de ideias e ainda a autora sinaliza que, sem dúvida, há uma aprendizagem no dia-a-dia das ONGs.

Não obstante, não podemos reduzir a sociedade civil as ONGs. A sociedade civil tem como atores, além das ONGs, os movimentos sociais, as comissões, grupos e entidades de direitos e de defesa, inúmeras associações e entidades com perfis variados, redes comunitárias e de solidariedade, empresas e fundações, e muitos outros atores sociais. Portanto, voltando ao processo de instrumentalização da população, a conscientização, a organização e a capacitação são elementos de um mesmo processo que no todo formam o processo de participação.

O protagonismo está diretamente associado a estes processos na medida em que protagonizar é ser autor, é conduzir com autonomia sua própria vida, sem coerção, manipulação ou dependência. Nesta perspectiva o protagonismo aparece como instrumento para a transformação de atores sociais em sujeitos de poder.

O desejo de mudança, de transformação social, o desenho de cenários que se almeja chegar, são sonhos de liberdade e de resistência, que os projetos políticos formatam. [...] e outras ações expressas no agir político de um movimento demarcam, profundamente, sua capacidade de transformar atores sociais em sujeitos sociopolíticos, coletivos, construtores de suas histórias (GOHN, 2008, p. 38).

Os sujeitos coletivos com força sociopolítica organizativa podem desempenhar um papel central no rumo das práticas sociais definindo novos significados às políticas culturais. Estas políticas são centrais na própria constituição dos sujeitos.

Neste conjunto de inovações inserem-se as de caráter universal. No entanto, afirma Gohn, que “transformar estas inovações em políticas sociais competentes é tarefa dos gestores públicos preocupados com a ética na esfera pública e com a transformação dos Estados nacionais em sistemas realmente democráticos” (2008 p. 38).

O poder local deve primar pelo estímulo à participação dos usuários na vida pública do território, com a perspectiva de se desenvolver competências para o enfrentamento coletivo da situação vivenciada, para a ressignificação de vivências e para a construção de novos projetos de vida, pautados na compreensão crítica da realidade social. Nesse sentido, o MDS destaca nas orientações relativas ao CentroPop que:

O incentivo à mobilização e participação social pode contribuir para instrumentalizar os usuários no que diz respeito ao conhecimento e à defesa coletiva de seus direitos, representando, portanto, elementos essenciais para o exercício do protagonismo. Ações direcionadas a este incentivo não devem ser tomadas em momentos estanques, mas permear todo o trabalho social desenvolvido com os usuários. Nesse ínterim, é fundamental que se estimule, inclusive, a participar de movimentos sociais e populares, conferências, conselhos de direito e de outras políticas públicas (MDS, 2011, p. 74).

Considerar as diferentes culturas na construção de consenso implica em combinar princípios de territorialidade com as ideias da participação, informação e poder nas decisões coletivas.

Aqui a menção a consensos refere-se a consensos provisórios para o alcance de alguns avanços, limitados pelo modo de produção capitalista, pois não há consensos possíveis quando se reconhece o antagonismo de classes.

3.2 OS SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA, O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE PROTAGONISMO

Através de estudos realizados sobre sujeitos em situação de rua verifica-se que o fenômeno se constitui como um processo que se conforma a partir de múltiplos condicionantes.

Considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento analisado, no espaço da rua, e esta pode ser uma situação contingente. Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central. Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. Visto como determinação, uma situação social pouco apresenta em termos de perspectivas de superação (PRATES, 2011, p. 194).

Prates também aponta que outra confusão frequente que se verifica na caracterização desse segmento populacional é referenciá-los como mendigos, ou seja, pessoas que praticam a mendicância e que esmolam. Confusão porque o estudo do tipo Censo realizado em Porto Alegre com sujeitos adultos em situação de rua (REIS; PRATES; MENDES, 1995) mostra que de um total de 222 moradores de rua, na ocasião, viviam na cidade, 47,5% costumavam esmolar, 50,2% recebiam alimentos na comunidade e 47%, outros auxílios como roupa, cobertores, dinheiro –

o que foi reiterado por estudo, de mesmo tipo, realizado 5 anos depois no mesmo município (ABREU et al., 1999).

Estes dados vêm ao encontro dos dados obtidos em Alvorada. Em relação a receber auxílio da comunidade, os dados deste estudo mostram que:

Cada um consegue alguma coisa. Tu tendo conhecimento [...] Aqui nós estamos no paraíso, meu. Tem que chegar humilde pra poder conquistar. A gente já tem os contato certo quando precisa [...] Começando assim, ninguém rouba nada de ninguém. É só curtição né, mas ao mesmo tempo o cara sempre tem trabalho né. Tem que tá correndo atrás disso, daquilo, daquele outro (Sujeito I - Usuário).

Em relação à mendicância, outro sujeito diz: “Passa um ali, um desdobra um real ali outro desdobra cinquenta. E tá todo mundo feliz. Naquelas!” (Sujeito C - Usuário).

Já a pesquisa de abrangência nacional explicita que muitos dos sujeitos que habitam as ruas não praticam a mendicância e o percentual de sujeitos que pedem dinheiro para sobreviver é de apenas 16% (MDS, 2008).

Mesmo o objetivo da pesquisa não sendo a caracterização da população em situação de rua no município e tampouco sua inserção no mundo do trabalho, quando realizada a coleta surgiram destaques em relação às estratégias de sobrevivência no espaço da rua, como o exemplo na fala do sujeito da pesquisa, participante do grupo focal: “um cuida de carro ali [...]” (Sujeito J - Usuário). Enquanto isso o segundo emenda apontando para um terceiro participante: “Assim como ele sabe fazer artesanato, eu tenho o dom de vender. Ele faz artesanato e eu vendo” (Sujeito L - Usuário). O outro responde: “A maneira mais fácil é cuidando de carro. E aqui é todo mundo *profí*. [...] Vendedor é esse cabecinha aí. O mano aqui trabalha em construção” (Sujeito I - Usuário).

No estudo de nível nacional, os dados mostram que embora 48% tenham afirmado que nunca tiveram a carteira de trabalho assinada, 59% dos pesquisados afirmam ter profissão, principalmente relacionado à construção civil, ao comércio, ao trabalho doméstico e ao serviço de mecânica (BRASIL, 2008).

No entanto, não é só o desemprego que tem sido fator determinante para condicionar processos de rualização, mas a centralidade do trabalho aparece na expressão dos sujeitos de modo significativo. A presença de trabalhadores temporários, por tarefa e a precarização das relações de trabalho apontam para a racionalização de contratação e o aumento dos excluídos da sociedade burguesa, isto é, fora do mercado de trabalho, com alto índice de desemprego, etc.

[...] expandem-se as formas de alienação dos que se encontram à margem do processo de trabalho. Contraditoriamente à interpretação que vê a transformação tecnológica movendo-se em direção à idade de ouro de um capitalismo saneado, próspero e harmonioso, estamos presenciando um processo histórico de desintegração, que se dirige para um aumento do antagonismo, o aprofundamento das contradições do capital (ANTUNES, 2004, p. 348).

Este processo histórico de desintegração segregadora leva ao isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de guetos de setores excluídos, até as formas mais ousadas de explosão social que, entretanto, não podem ser vistas meramente em termos de coesão social da sociedade como tal, isoladas das contradições da forma de produção capitalista.

Um exemplo de vulnerabilidade social no município de Alvorada é a ocorrência de 132 homicídios no ano de 2011, sendo 85 jovens de 15 a 29 anos, de acordo com os dados do sistema de informação sobre mortalidade do Ministério da Saúde (2013). Na última década, os homicídios no município aumentaram representando uma variação de 3,3% no total de homicídios por ano.

Dando prosseguimento aos dados do Ministério da Saúde, como mais um exemplo de vulnerabilidade social e reiterando a necessidade de integralidade nas ações realizadas pelo poder local, destaca-se a infeliz marca de segundo lugar em casos de HIV/Aids, entre os municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes. Alvorada tem uma incidência de 81,8 casos por 100 mil habitantes. Este dado chama a atenção no Boletim Epidemiológico DST-AIDS, divulgado pelo Ministério da Saúde em coletiva de imprensa em Brasília, na manhã do dia 25 de novembro de 2013. Na estatística o Estado do Rio Grande do Sul é o que mais registra casos de Aids, são 27,7 por 100 mil habitantes. No ranking por capitais, Porto Alegre se destaca com 99,8 casos por 100 mil habitantes, enquanto Florianópolis, segunda na lista, registra 57,9 casos por 100 mil habitantes. Os dados se referem a 2010.

Neste sentido, entende-se que todos os fatores sinalizados desde a ausência de trabalho e renda, consequência de um desemprego estrutural até a submissão e naturalização de níveis extremos de violência e degradação da vida podem fazer parte também dos processos em que uma população vivencia a partir também da utilização das ruas como espaço principal de sobrevivência e de reordenação de suas identidades.

O processo de rualização impacta na constituição de subjetividades e abarca aqueles que têm na rua uma referencia. É sempre importante reiterar que nenhum fenômeno social se origina de uma única causa, mas de múltiplas determinações.

Destarte, a articulação entre Estado e sociedade para a superação de estigmas e preconceitos junto ao imaginário social, a partir de socialização de pesquisa, realização de debates, incluindo os processos de participação já abordados neste trabalho se faz necessária.

Neste sentido, também se fazem necessárias iniciativas que deem visibilidade aos sujeitos em processo de rualização como sujeitos de direitos.

Iniciativas como o Movimento de População de Rua e o Jornal Boca de Rua mostram que os sujeitos buscam alguma forma de organização para lutar por seus direitos e dar visibilidade às suas condições de vida e o modo como esses direitos são violados. Um exemplo desta organização se deu no ano de 2003 quando o Movimento Nacional da População de Rua foi acolhido de forma histórica (pois até então não tinha sido debatido o tema de forma tão ampla nacionalmente) pela Presidência da República no Palácio do Planalto. De forma organizada levaram a pauta de reivindicações por direitos e foi determinada a criação de um Grupo de Trabalho com membros do governo e da sociedade civil para estudar, financiar pesquisas e condições para construir uma política nacional especificamente para garantir direitos para estes cidadãos que vivenciam os processos de rualização e a situação de rua. Primeiramente, foi alterada a LOAS (2005), contemplando o público em situação de rua e posteriormente criou-se a Política Nacional de Inclusão para Populações em Situação de Rua (2008).

Foi um processo de construção coletiva que é destaque no cenário internacional justamente pela discussão participativa e democrática, ainda em construção e adesão pelos municípios brasileiros. Óbvio considerar que algumas situações são limitadoras do processo de participação, como o sofrimento psíquico.

Participação e protagonismo que estão previstos na Constituição Federal (1988), na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS, 2005) e para este público mais especificamente, na Política Nacional de Inclusão Social para a População em Situação de Rua (2009).

Os processos de estigma e discriminação estão muitas vezes relacionados à limitação dos processos de participação. Na discriminação, conforme Flavio Prates (2010), existe uma invisibilidade de condutas pela ausência de um critério que

justifique a exclusão de direitos. Ainda, afirma o autor que tal fator pode acontecer tanto consciente quanto inconscientemente.

Já na estigmatização, um grupo pode ser distinguido por características como laços de identificação, a história, a linguagem, a tradição e a experiência comum que os diferencia do grupo geral e pelas quais, muitas vezes, é discriminado. Ainda no estudo realizado é destacado:

[...] que não só a comunidade em geral, mas também lideranças públicas e técnicos, segundo a percepção desses sujeitos, os veem de modo estigmatizante, reiterando os processos de interdição de seus direitos, o que acaba por impactar na avaliação que fazem das políticas de atendimento [...] (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

Questões destacadas e que são reiteradas por pesquisas institucionais e outros estudos que relatam a precariedade com que são atendidos esses sujeitos, por conta da falta de capacitação das equipes de trabalhadores públicos (BRASIL, 2008). Estudos que avaliam a relação da Política de Assistência Social com outras políticas reiteram a dificuldade de efetivação do atendimento integrado, onerando serviços, retardando ou impedindo os processos de participação social e protagonismo dos sujeitos e perdendo com isso alcance e efetividade. Dificuldade histórica das políticas sociais que contribuem para o estigma e que faz com que esses sujeitos em processo de realização sejam invisibilizados, ou tratados como lixo, objeto de ações higienistas.

Em que pese o fato deste segmento social ter sido contemplado com o avanço de políticas para o seu atendimento a partir da lei n. 11.258/2005 que altera o art. 23 da LOAS instituindo a obrigatoriedade de criação de programas dirigidos a esta população. A assistência social vive um momento de avanço continuado dirigindo-se para o funcionamento de um Sistema Único Nacional, efetivando-se com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Para tanto, o SUAS configura a Proteção Social em Básica e Especial de acordo com as ações preventivas, de convivência, socialização, inserção e acolhida, voltadas prioritariamente para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A proteção social especial¹⁰ refere-se a programas e serviços mais especializados, dirigidos às famílias e indivíduos que se encontram em

¹⁰ A Proteção Social Especial refere-se a programas e serviços, mais especializados, dirigidos a família e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social. Há duas modalidades de proteção social especial, média complexidade e alta complexidade.

situação de risco pessoal e social. A proteção especial pode ser de média e alta complexidade¹¹ (NOB/SUAS, 2005).

Além do SUAS, visando fazer frente as necessidades dos sujeitos em processo de rualização, a recente Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua destaca como princípios: a dignidade da pessoa humana, a garantia da cidadania e direitos humanos, o direito ao usufruto da cidade, a não discriminação e a supressão de qualquer ato violento ou vexatório, de estigmas e preconceitos - o que pressupõe a capacitação do conjunto de trabalhadores que atuam nas mais diversas políticas para melhor compreensão dos múltiplos fatores que são transversais aos processos de rualização. Isto inclui a participação do usuário na gestão da política pressupondo o enfrentamento a muitas resistências para o avanço significativo da articulação em áreas e instâncias tão diversas e complexas para a inclusão desta população.

Finalmente, é importante destacar a relevância de trazer para o debate o modo como vem sendo estimulado o protagonismo destes sujeitos que vivenciam os processos de rualização em âmbito local, à luz de todos esses aspectos que constituem a totalidade. Como no exemplo da fala de um trabalhador da Assistência Social de Alvorada onde afirma que “no processo que eles estão hoje no município, eles não são protagonistas. [...] pela falta de recurso não se permite que eles tenham toda essa autonomia aí” (Sujeito G - Técnico/Educador).

Ao encontro desta afirmação, o usuário da política e participante da pesquisa quando questionado sobre sua participação é taxativo em relação ao poder local, enfatizando que “o problema é que eles [...] começando não dão nem espaço. Participação: podia ser um espaço pra gente poder da uma palavra do que falta, tipo um auxílio pra gurizada [...] Ah, mas não tem espaço” (Sujeito L - Usuário).

A rualização é um fenômeno tipicamente urbano que dá visibilidade para a desigualdade e a exclusão social que se caracteriza pela existência de pessoas em

¹¹ Para a Proteção Especial de Média Complexidade são considerados os serviços que ofertam atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados em maior grau que os de proteção básica, cujos vínculos familiares e comunitários, embora fragilizados, não foram rompidos. Serviços, estes, realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Já a Proteção Especial de Alta Complexidade prevê assistência integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou sob ameaça, necessitando a sua retirada do núcleo familiar ou comunitário (PNAS, 2004, p. 37).

situação de rua, mendigos ou moradores de rua¹². Este fenômeno, apesar de existir desde a antiguidade, adquiri características próprias no momento atual (REIS, PRATES e MENDES, 1996).

A exclusão está dada e se faz presente intrinsecamente ao modo de produção capitalista maduro no qual vivemos, onde produz e reproduz mecanismos para manutenção da concentração de renda, gerando imensas desigualdades sociais, tendo no ápice do capital fetiche inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando novas determinações e relações sociais historicamente produzidas (IAMAMOTO, 2007, p. 107).

Com base na análise de dados coletados em diversos estudos (ABREU et al, 1999; BULLA et al, 2004; PRATES et al, 2012; PRATES, REIS e ABREU, 2000; REIS, PRATES e MENDES, 1995; ROSA, 1995; SCHUCH et al., 2008; SNOW e ANDERSON, 1998; VIEIRA et al, 1992; YASBEK, 1992; 1993, entre outros.) verifica-se que a fragilidade de vínculos familiares é fator preponderante para o agravamento da vulnerabilidade apresentada pelos sujeitos que enfrentam o processo de rualização. Chama-se de processo porque “parte de uma concepção oposta à visão estática na medida em que a reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, *num continuum*” (PRATES; PRATES, MACHADO, 2011, p. 194).

Esta percepção e entendimento é ressaltado na fala de um gestor da Política de Assistência Social de Alvorada quando, sobre o processo de rualização no município, diz que:

[...] começa a perder muito o vínculo com a família e tal e começa a ir para o espaço da rua, espaço lúdico da rua, começa a ir pra rualização, ou seja, a gurizada começa a ter um vínculo com a rua. [...] porque tinha uma decepção amorosa ou uma decepção familiar, alguma coisa que levou a pessoa pra rua. Enfim, uma decepção. [...] começa por algum motivo ter um problema ou alcoolismo ou alguma coisa ou a perda da esposa ou do marido. Alguma coisa que mexeu com a pessoa e a pessoa começa a se desvincular das pessoas conhecidas (Sujeito A - Gestor).

Considerando estas situações de fragilidade familiar, as intervenções a partir da matricialidade sociofamiliar são vistas como centralidade na Política de Assistência Social, que reconhece a oferta de serviços contemplando o direito à convivência familiar e comunitária, conforme determinado desde a Constituição Federal de 1988.

¹² Pessoas em situação de rua: terminologia utilizada pela Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua. Mendigos: sujeitos que praticam a mendicância para sobreviver, alguns habitam as ruas e outros apenas a utilizam como espaço de sobrevivência. Moradores de rua: sujeitos que habitam as ruas das grandes cidades utilizando-se de espaços como prédios abandonados, praças, viadutos, etc. Os três conceitos dialogam, porém não têm o mesmo significado.

Verifica-se, portanto, na análise mencionada que as relações familiares têm centralidade nos processos de realização ou são condicionantes importantes, cujo reconhecimento é fundamental para a proposição de estratégias múltiplas de enfrentamento. Para tanto, a PNAS destaca o direcionamento a sujeitos que vivenciam processos de subalternização e violação de direitos quando procura definir seu público usuário.

O SUAS busca normatizar a materialização da política de Assistência Social no território nacional a partir de níveis de proteção contemplando os sujeitos em situação de rua no nível da proteção especial. Estudo recente de mestrado (MACHADO, 2012) problematiza a falta de alternativas no âmbito da proteção básica para atendimento desta população.

O avanço nas políticas de inclusão social destaca a participação de múltiplas áreas, entendendo a multicausalidade dos processos de realização prevendo ações integradas de saúde, assistência, cultura, educação, etc., na busca pela integralidade do atendimento. A própria Política de Assistência Social prevê o atendimento em rede socioassistencial incluindo processos de participação da população usuária, com vistas a estimular o protagonismo.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS 2004, p. 35).

À população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos. (PNAS 2004). O município de Alvorada não conta com uma rede socioassistencial para o atendimento desta população. Atualmente conta só com um Serviço de Abordagem conforme se pode verificar na expressão de um dos entrevistados: “É, não temos ações pra estes moradores de rua [...] Estamos fazendo as abordagens com a equipe que tem no CREAS, o SEAS adulto que tá fazendo estas abordagens” (Sujeito B - Gestor).

Em relação às pessoas em processos de realização os desafios ainda são muitos e requerem o engajamento do poder local, em um esforço coletivo envolvendo o poder público e a sociedade civil organizada, com a participação

fundamental dos representantes desse segmento. Nas orientações para o Centro Pop, o MDS reitera a importância dessa parceria a partir do trabalho em redes.

Trabalho em rede pressupõe definição de competências e articulação entre instituições e agentes que atuam em um território e compartilham objetivos e propósitos comuns. Para que haja sinergia e a dinâmica necessária para manter vivo o trabalho articulado em rede, é importante que exista um processo contínuo de circulação de informações, com abertura para o diálogo permanente, capacidade para rever processos e fluxos de trabalho, compromisso com o fazer coletivo e postura de cooperação individual e institucional e de superação de vaidades (MDS, 2011, p. 72).

Conforme Machado (2012), há de se reconhecer que os processos vivenciados pelos sujeitos que enfrentam a situação de rua e que os contextos territoriais apresentam diversidades que precisam ser contempladas ao longo do processo de implantação de um sistema único, de modo a corrigir reducionismos ou mesmo a reedição de formas de controle da pobreza, mascaradas por novas nomenclaturas.

Fruto de uma urbanização realizada a partir dos interesses do capital, as cidades brasileiras, em especial as grandes metrópoles, são marcadas pela segregação social e pela diferenciação hierarquizada de participação de grupos e classes sociais (MACHADO, 2012, p. 32).

Mesmo que no Brasil, segundo dados do IPEA (2012), se verifique nos últimos anos um aumento nas ofertas de emprego, para a inserção dos sujeitos em processo de rualização ainda há muitas dificuldades. Os dados animadores do IPEA mostram que no país houve crescimento econômico, diminuição da taxa de desemprego e elevação da informalidade. As iniciativas do Governo Federal contribuíram para a expansão do consumo com as ações para ampliar a base do mercado interno, incentivando e facilitando, via bancos públicos, a expansão do crédito, as políticas de transferência de renda, bem como o poder de compra do salário mínimo (IPEA, 2012).

Contudo, a base da desigualdade não foi atingida, medidas de cunho mais radical, tais como a reforma agrária, a taxação progressiva de fortunas, entre outras iniciativas ainda estão longe de serem implementadas, por fim a ampliação de empregos em muitos casos precários, mascaram a chamada inclusão precária. Com isto se afirma que, é importante reconhecer as iniciativas de um governo popular que implementa ações para enfrentamento das desigualdades, mas do mesmo modo é preciso também reconhecer a existência de contradições, fruto da disputa entre projetos políticos diversos que atravessam o próprio governo e a insuficiência do alcance das medidas até então implementadas.

Logo, a partir dessas ações pouca coisa mudou em relação aos sujeitos em processo de rualização, na medida em que seu cadastramento no Cadastro Único do Governo Federal, exigência para recebimento de benefícios e inserção em programas é muito recente. Não se cadastravam sujeitos em situação de rua por sua própria condição de fazer do espaço da rua sua moradia.

Por outro lado, o trabalho com sua relevância significativa no imaginário social que compõe a identidade para estes sujeitos que enfrentam o processo de rualização é destacado pelo preconceito em relação ao perfil e aparência dessa população e ainda, uma forte culpabilização pela condição de estarem na rua.

Na sociedade contemporânea o recrudescimento da questão social é resultado deste processo. A miséria, o desemprego estrutural, a fragilidade de vínculos familiares, a exclusão e a violência não podem ser explicadas de forma deslocadas desde contexto e de seus nexos causais (MACHADO, 2012, p. 38).

No contexto contemporâneo onde as metamorfoses e exigências do mundo do trabalho requerem um trabalhador polivalente e multifuncional impostas pelo modo de organização capitalista, se acentua a exclusão e se restringe a possibilidade de inserção para os sujeitos em situação de rua. Daí decorre, muitas vezes, os sentimentos de fracasso, sentimento de menos-valia, baixa autoestima, revolta ou conformismo, apatia e vergonha vivenciados por estes sujeitos.

Segundo Silva (2009), estes sentimentos decorrem de:

[...] relações marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Para essa população, o trabalho assalariado é a principal referência material, psicológica e cultural, simbolizando possibilidades de desenvolvimento, acesso a melhores condições de vida, felicidade e realização pessoal. A esse perfil acrescenta-se que grande parte faz uso frequente de álcool e outras drogas (2009, p. 263).

Algumas situações podem se materializar em doenças mentais, violência, drogadição, prostituição, abandono e rompimentos que acabam por agravar o processo. De acordo com o Censo 2010, no município de Alvorada/RS, havia 96 indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental.

Novas frustrações, violência, revoltas, depressões, suicídios, resultam dos desejos fetichizados e inalcançáveis para uma grande maioria da população (PRATES, 2013).

O processo de rualização vivenciado por alguns sujeitos conduz a um estado, chamado por Paugam (2003), de “desqualificação social” apresentando diferentes

níveis que podem se materializar a partir da fragilidade dos vínculos estabelecidos até as rupturas com os vínculos sociais.

O primeiro censo realizado em Porto Alegre sobre populações adultas em situação de rua, ocorreu em 1994-95 e foi efetivado a partir de parceria entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Fundação de Assistência Social e Cidadania e a Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Na ocasião foram constatados 222 moradores de rua na cidade de Porto Alegre. Neste estudo apareceram como principais motivos para a busca da rua com espaço e sobrevivência os problemas familiares (28,8%) e a dependência de álcool/drogas (22,5%). O estudo aponta também a existência de 30% da população pesquisada como portadora de sofrimento psíquico (REIS; PRATES, MENDES, 1995).

Neste estudo se destaca entre a grande maioria dos entrevistados as sucessivas perdas, da casa, da família, do emprego, de referência e da própria autoestima. Os motivos da quase totalidade estão associados a problemas de ordem econômica que desencadeiam além da impossibilidade de custear alimentação e moradia, a fragilização dos vínculos familiares. Outro fator significativo que pode condicionar os processos de realização é o abuso de álcool e outras drogas.

Em relação ao estudo nacional realizado entre agosto de 2007 e março de 2008, parceria do MDS com UNESCO que incluiu 71 municípios, sendo 48 com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, foram identificados 31.922 adultos em situação de rua. Os índices mais relevantes mostram que 82% dos sujeitos são do gênero masculino, 53% encontram-se entre 25 e 44 anos, ou seja, contingente de jovens adultos, em idade economicamente ativa.

A imensa maioria, 95% não estuda, porém, 74% sabe ler. Pessoas jovens que não são analfabetos, potencialmente aptas ao mercado de trabalho, sem programa de capacitação ou profissionalização, visto que a maioria não estuda. Dados que sinalizam a necessidade de potencializar habilidades e possibilitar retorno ou inserção no mundo do trabalho.

Segundo os dados da pesquisa nacional (2007), em conformidade com as já realizadas na cidade de Porto Alegre, grande parte da população em situação de rua é composta por trabalhadores, 70,9% exercem alguma atividade remunerada, apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência; portanto, rompem com a ideia de que estes sujeitos vivem da mendicância.

Outro dado importante: 24,8% não possui qualquer documento de identificação. Conforme estudo e pesquisa de mestrado realizado por Machado (PUCRS, 2012, p. 44):

Em relação a essa questão pode-se sugerir que os acolhimentos, que se referem à produção de encaminhamentos para a realização de documentos de identidade, podem ser feitos junto às redes de proteção social básica, na medida em que os CRAS são centros destinados para oferta desse tipo de serviço, assim envolveria os sujeitos nos serviços voltados à prevenção de situações de riscos sociais.

A pesquisa identificou que 88,5% não recebem cobertura dos programas governamentais justamente pela frágil inserção e por não terem suas documentações no momento do Cadastro Único.

O estudo nacional identificou também o alcoolismo e outras drogas como principal razão por estarem em situação de rua: 35,5%, seguida de desemprego, 29,8% e conflitos familiares 29,1%. Neste dado a pesquisa realizada em Porto Alegre aponta que são as rupturas familiares, com 41,1% a principal responsável por essa situação. Contudo, o estudo ressalta que os fatores são interligados, destacando o caráter multicausal dos fenômenos sociais.

Em 2007, a Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, responsável pela execução da política de assistência social em Porto Alegre realizou em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS outra pesquisa sobre a população adulta em situação de rua. Nesta foram identificados 1203 sujeitos em situação de rua no município e onde se confirmou os índices e dados das pesquisas anteriores.

O estudo demarcou e mais uma vez destacou a questão do tempo em situação de rua como relevante nesse processo.

O tempo de vida em situação de rua é decisivo para a introjeção de uma cultura específica. Os dados assim obtidos que mais de $\frac{1}{4}$ (26,5%) dessa população vive na rua há mais de uma década, o que pode ser considerado um longo prazo de tempo, enquanto, na extremidade oposta, quase $\frac{1}{4}$ (22,5%) dos entrevistados ingressou nesse modo de vida no transcorrer do último ano, Quase $\frac{1}{3}$ (29,7%) estão na condição de rua entre 1 e 5 anos (FASC/UFRGS, 2012, p. 27).

Acolher os sujeitos que estão há uma semana na rua requer ações e estratégias diversas das utilizadas àqueles que já estão há anos. Mesmo que se reconheçam aspectos conjunturais e estruturais que lhes são comuns, a exigência é de articulações que garantem o acesso. Para tanto, é importante que se faça

articulação com as demais políticas públicas, bem como a articulação nos diferentes níveis de proteção social e a forma como se apreende a diversidade.

Os sujeitos vulnerabilizados que utilizam a rua como espaço de sobrevivência, mesmo que de forma imediata e até sem o estabelecimento de outros vínculos, acabam sendo atendidos, acolhidos em serviços da Proteção Social Especial como única possibilidade de obter proteção. Em Alvorada há o entendimento disto, ao menos de alguns profissionais, perceptível através da fala de um gestor quando traz em sua resposta que “existe a situação de rua moradia e a situação de rua sobrevivência [...]. Perambulam na rua durante o dia, mas, voltam pra casa de noite que é um processo, né? Já, tem outros tão morando na rua” (Sujeito A - Gestor).

Machado (2012) problematiza em seu estudo de mestrado que no momento em que se compreendesse o processo de realização como movimento ampliar-se-ia o olhar de intervenção, o que possibilitaria a oferta de outros recursos que poderiam ser disponibilizados ainda dentro da referencia de território e laços comunitários, enfatizando a prevenção, também prevista pela Política de Assistência Social, como parte do processo de proteção.

O fato do espaço da rua só ser acolhido como demanda na proteção especial cristaliza o processo e interdita a viabilidade do sujeito acessar os demais serviços, como os da rede de proteção social básica.

Muitas vezes a trajetória comunitária e a inserção no território são desconsideradas e fragilizadas não respeitando o processo como movimento e o direito a participação comunitária.

Conforme Lefebvre (1999, p. 156) “o estudo das lógicas do espaço conduz ao das contradições do espaço (e/ou do espaço-tempo)”. O sujeito em situação de rua utiliza-se do espaço público para moradia, nessa medida acaba por construir significado social em relação a este espaço como espaço vivido, como espaço de construção de relações, de construção de vínculos, que se torna parte da constituição de sua maneira de ser, sua identidade, seus valores. Na rua os sujeitos estabelecem novas relações, ressignificam vínculos no novo espaço territorial que habitam. Por outro lado a territorialização das políticas, ao reconhecer a necessidade de atender os sujeitos a partir do território admitem sua relevância na constituição de suas identidades, hábitos, valores entre outros aspectos que expressam o seu modo de vida. No caso dos sujeitos em situação de rua não é

diferente, eles conformam os territórios que habitam e são influenciados pelas relações estabelecidas no território, contudo quando necessitam de atendimentos não são referenciados pelo território como os demais beneficiários das políticas sociais.

No presente estudo, também se identificou uma enorme dificuldade à proteção nas demais políticas sociais estagnando-se o olhar sobre o processo de realização e assim prejudicando o acesso de sujeitos que poderiam ser alvo de ações transformadoras na interface com outras políticas, como saúde e trabalho. “Isso nós temos que construir aqui ainda. Então, bom, não tem uma rede. Alvorada ainda tá no processo de montar sua rede de proteção que não tem.” (Sujeito A - Gestor).

Para a realização e desenvolvimento da análise documental, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, a partir de Bardin (1977), tendo como fonte de análise a PNAS, o SUAS, o Plano Municipal de Assistência Social e os Boletins Oficiais MDS (2013), IBGE (2010-2013) e do IPEA (2012).

Iniciou-se pela leitura flutuante dos documentos, a partir de um roteiro de análise, que auxiliou no processo de organização e representação dos dados. O roteiro foi elaborado para nortear o processo de análise. Assim, foi composto pelas seguintes questões: 1) Como o documento prevê o enfrentamento aos processos de realização e situação de rua? 2) Onde aparece a conceituação de realização ou sujeitos em situação de rua ? 3) Quais as ofertas de serviços para o atendimento à população em situação de rua ? 4) Como aparece no documento os processo de protagonismo e participação da população usuária? 5) Dados de realidade utilizados no documento e fontes.

A análise que ora se apresenta tem como fonte a PNAS do ano de 2004, reimpressa em 2013 que expressa exatamente o conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. A PNAS serve como base para a implantação do SUAS.

A Política Nacional de Assistência Social se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo os mais de 5.000 municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de análise, pois se trata de uma política pública, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios. Essa característica peculiar da política tem exigido cada vez mais um reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações (PNAS 2004, 2013, p. 14).

Esta configuração exige o reconhecimento da organização da Assistência Social, baseados na Constituição Federal (1988) e na LOAS (1993) tendo como uma das diretrizes a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis e a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Dentre os objetivos da Política Pública de Assistência Social na perspectiva de enfrentamento às desigualdades, situação de risco e ao provimento de condições para atender contingências sociais, o documento visa assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Verifica-se que a PNAS identifica o público usuário, os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS 2004, 2013, p. 31).

Na definição do público usuário não aparece explicitamente a população em situação de rua, mas desde os princípios da política aparece o atendimento às necessidades sociais, passando pelos objetivos de prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem e na identificação do público amplia para a perda ou fragilidade de vínculos, exclusão, uso de substâncias psicoativas e demais processos de subalternização e violação de direitos, portanto, várias expressões vivenciadas pelos sujeitos que enfrentam os processos de realização.

O documento problematiza, que diferentemente de pobreza, miséria, desigualdade e indignidade, que são situações, a exclusão social como um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogêneo no tempo e no espaço. Diante disso, na Proteção Social Especial mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros,

[...] em especial de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo,

pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social (PNAS 2004, 2013, p. 34).

Ainda no caso da proteção social especial,

à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito (PNAS 2004, 2013, p. 35).

Conforme já destacado pela dissertação de mestrado de Simone Machado (2012, PUCRS), o processo de realização vivido não é reconhecido no documento da política nacional, deixando somente para a proteção especial o atendimento a esse segmento populacional.

A proteção social básica, se considerado o tempo em que os sujeitos estão nesta situação, poderia também viabilizar serviços que trabalhassem a organização de um novo projeto de vida, conforme apontado no texto da política, especialmente para aqueles que ainda não tem vínculos mais profundos com a rua, mas ainda os tem com o seu território de origem (MACHADO, 2012, p. 83).

Na proteção especial de media complexidade são considerados os serviços destinados às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, através da abordagem de rua. Aparece o CREAS como o atendimento dirigido a este público.

Diante destes vínculos ainda não rompidos poderia ser prevista a intervenção em parceria com a proteção básica, proporcionando assim ações de atenção básica, no território de origem e vinculando o atendimento a família também extensa.

A PNAS traz a Abordagem Social dentro do CREAS como um serviço especializado realizado no espaço da rua que possibilita, entre outras questões, a construção de vínculos com esta população no próprio espaço da rua fundamental para o trabalho.

Já os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitário. Tais como: Atendimento Integral Institucional, Albergues e Repúblicas (PNAS, 2004).

No município de Alvorada, não há na proteção social especial de alta complexidade, serviços ofertados a essa população que vivencia os processos de realização, exceto serviços para idosos e pessoas com deficiências. No documento

da PNAS não se identifica, na proteção social básica, serviços voltados a acolher esse segmento populacional ou trabalhar processos preventivos à realização.

A Política Nacional de Assistência Social foi a base de organização do SUAS. Este, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais.

Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm papel efetivo na sua implantação e implementação (PNAS 2004, 2013, p. 37).

O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. A Proteção Social requer a segurança de convivência ou vivência familiar através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares e de vizinhança.

Também, como direitos socioassistenciais a serem assegurados na operação do SUAS a seus usuários aparece o direito ao protagonismo e manifestação de seus interesses e, ainda, reafirma o direito de convivência familiar e comunitária.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (PNAS 2004, 2013, p. 39).

Podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (2008), avança na caracterização desse segmento como aquele que “faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades”, ou seja, para além do habitar o espaço da rua, o conceito ressalta o fato de terem a rua como referência. Assim define a política os sujeitos beneficiários:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade de vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.) áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e ocasionalmente utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, PNIPSR, 2008).

Segundo Prates et al (2013), a conformação dos grupos familiares, contudo, adquire na rua outras formas de organização, o próprio conceito de família parece modificar-se. Alguns moradores de rua identificam como sua família “os irmãos de rua”; outros, apesar de realizarem rupturas com as famílias de origem, estabelecem novos vínculos que supostamente substituem figuras parentais, o que sem dúvida exige um estudo mais aprofundado para avaliação do conteúdo e qualidade destas relações.

O trabalho com famílias tem sido identificado pelos órgãos públicos como fundamental à recuperação da autoestima, de espaços de pertencimento, à potencialização da autonomia dos sujeitos, especialmente no que se refere às estratégias de atenção nas áreas de saúde e assistência social. Reitera-se que as abordagens a partir da matricialidade sociofamiliar tem centralidade na política de assistência social, que reconhece a necessidade de que a oferta de serviços contemple não a um sujeito isolado, mas inserido num grupo familiar e numa comunidade, com direito a este convívio, conforme determina a Constituição Federal. Em se tratando de moradores de rua, no entanto, não existem estudos específicos sistematizados no Brasil que apótem subsídios sobre as questões familiares e sua relação com os processos de rualização.

Conforme destaca o relatório dessa pesquisa (PRATES et al, 2013) a análise de outros estudos confirmam os dados. Em estudo realizado em Nova York (FEITEL, 1992) com uma amostra de 150 moradores de rua visando a obtenção de informações sobre a incidência de distúrbios nas áreas comportamentais e emocionais, foi constatado que a maioria dos pesquisados possuía um passado com pouco suporte emocional ou história de abuso físico ou sexual.

Dos 140 participantes que concluíram o estudo 90% possuíam critérios no DSM-III¹³ para algum distúrbio emocional ou de comportamento; 59% possuíam

¹³ Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais publicado em 1987, como revisão do DSM-III que foi publicado em 1980. O primeiro foi publicado em 1952. É um manual para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association - APA*). É usado ao redor do mundo

distúrbio de conduta, $\frac{3}{4}$ estavam deprimidos, 41% já tinham pensado sobre o fato de cometerem suicídio e mais de $\frac{1}{4}$ já haviam tentado suicídio.

O mesmo estudo aponta percentuais significativos de estressores psicossociais, considerando dados obtidos a partir da história pessoal dos entrevistados, entre os quais se destaca: 72% brigas sérias na família, 66,2% morte de pessoa significante, 43% alcoolismo na família.

Concluem, portanto, os pesquisadores que nos estudos mencionados as relações familiares têm centralidade nos processos de realização ou são condicionantes importantes, cujo desvendamento é fundamental para explicá-lo e, partir de uma apreensão à luz da totalidade, propondo estratégias múltiplas de enfrentamento (PRATES et al, 2013).

É importante, contudo, destacar que aqui não se tem qualquer intenção de culpabilizar a família, ao contrário, dar visibilidade às suas fragilidades como decorrência de contextos estruturais das quais também são vítimas auxilia a pensar alternativas que contemplem o fortalecimento dos grupos familiares, aqui entendidos numa perspectiva ampliada, não só restrita aos laços consanguíneos. Por outro lado é importante reconhecer e enfatizar que a raiz da desigualdade está no antagonismo de classes e, portanto, ultrapassa os territórios locais e os grupos familiares, aspecto fundamental que não pode ser secundarizado.

Além da matricialidade familiar, a concepção da assistência social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersectorialidade.

Ainda conforme a PNAS (2004), é fundamental a promoção de eventos temáticos que possam trazer usuários para as discussões da política fomentando o protagonismo desses atores.

A participação e o controle social sobre as ações do Estado, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, também requer dos trabalhadores um arcabouço teórico-técnico-operativo de nova natureza, no propósito de fortalecimento de práticas e espaços de debate, propositura e controle da política na direção da autonomia e protagonismo dos usuários, reconstrução de seus projetos de vida e de suas organizações (PNAS 2004, 2013, p. 52).

O SUAS propõe a ampliação à cobertura e a universalização de direitos, aperfeiçoando a sua gestão, qualificando e fortalecendo a participação e o controle

por clínicos e pesquisadores bem como por companhias de seguro, indústria farmacêutica e parlamentos políticos. O segundo manual, ou seja, o DSM-II foi publicado em 1968. Após o III (1987) outras revisões já foram publicadas, como a DSM-IV (1994) e DSM-IV-TR (2000). O DSM-5 foi publicado oficialmente em 2013.

social. O SUAS destaca a gestão descentralizada e participativa, tendo o território como base de organização (PNAS, 2004).

Não se identifica no texto referencia a segmentos populacionais, mas sim ao território como base principal de organização de serviços, portanto, é possível interpretar que também deveriam ser abarcados sujeitos que se encontram no âmbito daquele território e, por razões diversas, utilizem a rua como uma estratégia de sobrevivência, mas que ainda não constituíram uma identidade referenciada na rua; ou, ainda, famílias que mantêm seus vínculos, mas que por situação de pobreza perderam seus domicílios, mas sua referencia identitária é o território (MACHADO, 2012, p. 85).

Define-se como gestão descentralizada e participativa, tendo o território como base de organização. A LOAS (1993) já trazia a constituição de uma base nacional de organização da política de assistência social, valorizando e contribuindo para a construção de uma política pública de Estado na defesa e garantia de direitos. O texto traz referencia ao território como a principal base de organização de serviços, não fazendo referência a segmentos populacionais.

[...] Fazer essa interpretação também para sujeitos que se encontram afastados do seu convívio comunitário, utilizando a rua como uma estratégia de sobrevivência, sem ainda ter uma identidade constituída com a rua pelo pouco tempo nesta situação. O Sistema pressupõe atendimentos nos territórios sem mensurar qual população, portanto poder-se-ia consagrar a oferta de serviços desta ordem também para esses sujeitos em situação de rua (MACHADO, 2012, p. 85-86)

A população em situação de rua, a partir do processo que vive, muitas vezes apresenta no território vínculos, ainda não rompidos, nem do ponto de vista comunitários nem mesmo afetivos. Para tanto, será necessário procurar estender o atendimento para dentro de seu território e não somente para serviços especializados, contribuindo para uma vinculação e participação maior na comunidade, impactando no processo de rualização.

A condição de estar em situação de rua como uma vulnerabilidade produzida tira dos sujeitos em processo de rualização, a visão estática de culpabilizá-los por estar nessa condição, portanto possibilita uma leitura de movimento da situação e a oferta de serviços precisa contemplar as necessidades apresentadas de modo mais aberto e menos preconceituoso em relação ao acolhimento dessa população (MACHADO, 2012, p. 89).

Caracterização deste segmento populacional como aquele que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades, ou seja, é um “fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal. São múltiplas as causas de ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua” (BRASIL/PNIPSR, 2008, p. 3).

No município de Alvorada, este estudo não identificou o reconhecimento de ações e serviços ofertados, além da abordagem social, para essa população. Aponta para a importância do tema e do conhecimento acerca do segmento populacional em questão e a necessidade de um compromisso de gestão em desenvolver propostas que se contraponham às históricas ações estigmatizadoras e preconceituosas, principalmente no que diz respeito ao direito ao acesso às demais políticas públicas. Para tanto, avalia-se como prioritário a definição da intersetorialidade reforçando a ideia de que a construção da cidadania se dá a partir de diversas esferas de inclusão.

A abordagem de rua nós temos, né, o grande problema é pra onde encaminhar. É isso que nós temos que construir, entendeu? [...] porque nunca foi criado [...] nós temos que começar a pensar [...] tem que ter um albergue [...] pra poder encaminhar ou um Centro Dia, algo assim, pra nós poder encaminhar [...] de lá começa a trabalhar *linkando* a abordagem com o técnico do albergue ou do Centro dia que *linka* com o CRAS, e tal, que vai fazer toda uma rede abraçar [...] Alvorada, hoje, é muito no paliativo, ainda (Sujeito A - Gestor).

O estudo aponta, assim como esta fala, a necessidade de qualificação ou criação dos serviços ofertados na política de assistência social para essa população, bem como propõe a ampliação de uma rede de serviços e modalidades de atendimento a partir das necessidades e demandas da população em situação de rua na Proteção Social Especial. Ao analisarmos o panorama municipal da assistência social (MDS, 2013), no que se refere a Proteção Social Básica se verifica a escassez da oferta de serviços para a população em situação de rua, considerando o vínculo com os territórios e as ações preventivas ao processo de rualização.

Para tanto, há a necessidade de se reconhecer a diversidade e heterogeneidade das situações que envolvem o segmento populacional e, principalmente, as múltiplas causas do processo de rualização. Ao identificar a intenção de enfrentamento à situação de rua, somente pela forma de serviço de abordagem de rua, sugere que o tempo em que os sujeitos encontram-se nesta condição não é considerado pelo poder local.

Conforme aponta Machado (2012, PUCRS), do ponto de vista das referências e identidades construídas, acredita-se que um tempo maior em que se submetem esses sujeitos ao espaço da rua, maior será sua inserção e identidade com a rua, portanto, o documento imprime veemência em relação à intersetorialidade e integralidade em relação às demais políticas públicas. Porém, dentro da própria

organização da assistência à população, Alvorada acaba ofertando um serviço localizado de forma especializada, ou seja, que tem seu projeto técnico pensado para atender especificamente esses sujeitos dentro da proteção especial sem a interface necessária.

A integralidade pressupõe uma perspectiva que se pauta pela totalidade tanto nos processos de análise como de intervenção a partir de processos interdisciplinares, realização de diagnósticos, planos e ações intersetoriais. Requer antes de tudo um novo modo de ver a realidade (PRATES et al, 2011).

O Plano Brasil Sem Miséria tem dentre suas prioridades a atenção às pessoas em situação de rua e às pessoas em processos de rualização. Os desafios ainda são muitos e requerem o engajamento do poder local, em um esforço coletivo envolvendo o poder público e a sociedade civil organizada num trabalho em rede, com a participação fundamental dos representantes desse segmento populacional.

3.2.1 O poder local e as alternativas de enfrentamento aos processos de rualização

A necessidade de lançar na agenda municipal prioridades em relação aos processos de rualização e sua prevenção é inquestionável, o desafio está no desocultamento deste segmento populacional nos mais diversos bairros e guetos da cidade. Destaca-se a relevância de promover mecanismos para a promoção da participação e ao protagonismo dos sujeitos em processo de rualização, através de alternativas inovadoras e socialmente inclusivas.

Neste sentido, aprovada em dezembro de 2012, a nova NOB/SUAS expressa avanços conquistados no que tange aos princípios da democracia e da participação social, buscando apontar estratégias para a materialidade da participação da população usuária.

Nesta norma são destacados em 07 de seus artigos a importância da participação e em 05 do protagonismo, ou seja, em 12 itens da NOB (2012) o estímulo à participação e ao protagonismo é condição fundamental para viabilizar e garantir os direitos socioassistenciais. A principal novidade da nova NOB/SUAS é o caminho mostrado como formas de participação no artigo 126.

art. 126. Para ampliar o processo participativo dos usuários, além do reforço na articulação com movimentos sociais e populares, diversos espaços podem ser organizados, tais como:

- I – coletivo de usuários junto aos serviços, programas e projetos socioassistenciais;
- II – comissão de bairro;
- III – fórum;
- IV – entre outros (NOB/SUAS2012).

Sugere-se para a garantia de acesso aos direitos que alternativas inovadoras e socialmente inclusivas, com ampliação da participação e protagonismo para este segmento populacional, sejam priorizadas. No caso de Alvorada, é necessária primeiramente a realização de mapeamento em todos os territórios do município, para dimensionar e caracterizar os sujeitos em situação de rua que ali vivem, para que, a partir disso, possam ser pautados e ofertados diferentes serviços. E também fundamental a ampliação, para além do CREAS, serviços também localizados na rede social básica com a devida ampliação da participação comunitária. – “Ninguém da prefeitura, nem essa assistência social aí, nunca vieram aqui [...] Bolsa Família? Nunca tivemos isso” (Sujeito Q - Usuário).

Esta resposta a uma das perguntas da entrevista revela a necessidade de intervenções fora da região central da cidade onde os sujeitos nem sequer tem acesso à informação sobre seus direitos.

Ao analisar o conteúdo das entrevistas, grupo focal e análise de contexto, verificou-se a ausência da política de saúde propondo estratégias de saída da rua. Na medida em que a população em situação de rua não tem acesso na área de saúde, as dificuldades de inclusão nas demais se tornam frustrantes e pontuais, considerando no espaço da rua uma diversidade de situações que envolvem doença mental, uso abusivo de álcool e drogas, sofrimento psíquico, etc. questões já reveladas pelas pesquisas citadas, torna-se inaceitável esse vazio de proposta.

A análise documental permite observar que:

A proteção social especial tem responsabilidade exclusiva na oferta de serviços e atendimento à população em situação de rua, com isso identifica-se pouca ousadia no documento que, ao formular propostas de enfrentamento à questão, deveria considerar a diferença de tempo e vivência na rua (MACHADO, 2012, p. 102).

Do ponto de vista de desafio, está colocado no momento em que os próprios documentos oficiais não legalizam a interlocução, mas deixam lacunas importantes para, ao revisitá-los, se possa propor novas alternativas de acolhimento a esses

sujeitos, ampliando o olhar sob a situação de rua e investindo em processos preventivos, para evitar o processo de rualização.

O debate que se inaugura busca criar alternativas na discussão para que se criem mecanismos importantes junto à gestão municipal, ou seja, ao poder local que tem responsabilidade e participação, sugerindo a interface necessária, respeitando-se assim, a singularidade de cada processo de rualização dos sujeitos. As alternativas de atendimento e acolhimento se ampliam ao considerar esse processo como produto inerente ao sistema capitalista, que gera desigualdades e exclusão social,

deslocando dos sujeitos essa culpabilidade e, também, ao reconhecer o tempo em que se submetem à vivência no espaço da rua, como categoria importante, no que diz respeito a uma maior vinculação desses sujeitos, traduzidos em maiores referências com o espaço da rua, bem como a construção de identidades (MACHADO, 2012, p. 105).

As abordagens sociais realizadas pelo CREAS se revelam como única alternativa na medida em que, através do vínculo estabelecido no espaço da rua, possam incidir no processo de rualização, procurando uma vinculação mais efetiva nos territórios de origem, situações em que os sujeitos ainda não estabeleceram vínculos e identidade com a rua. Neste segmento populacional verifica-se um movimento de ora deslocarem-se para as suas comunidades, ora voltarem para a rua, principalmente no centro da cidade. Segundo um dos conselheiros da assistência social consultados no município, “não tem um trabalho efetivo [...] para as pessoas moradoras de rua”.

Eu acho que a primeira coisa que no município a gente tinha que ter era um CentroPOP [...] os moradores de rua não sendo atendidos. [...] até agora não se conseguiu construir o Albergue Municipal, nem uma Casa de Passagem [...] o próprio CREAS onde fazem a identificação, ele diz que tem umas quase cento e poucas pessoas só na região centro de Alvorada, em situação de rua. [...] Sem isso tu não vai conseguir nem conversar com eles porque não adianta nós só identificar, tá certo? [...] construir ou buscar uma entidade na rede socioassistencial parceira para construir ou o próprio município construir um centro de referencia, um albergue para essas pessoas e lá dentro tu pode começar a construir toda a política de assistência social para conscientizar eles porque com fome, com frio e com sede ninguém pensa (Sujeito C - Conselheiro).

A construção de um plano de atendimento poderia também estar vinculada à rede de proteção social básica, na procura de vinculação nos territórios, potencializando vínculos ainda existentes, porém, fragilizados. O que ocorre é uma intervenção isolada no serviço de proteção social especial de média complexidade,

muitas vezes se valendo da “parceria” do Ministério Público, longe de uma interlocução efetiva.

A dificuldade está em sedimentar esta interlocução que se faz tão necessária. Podem-se construir intervenções compartilhando ações especializadas de proteção social com a proteção social básica, contribuindo para a não desvinculação de processos preventivos e de protagonismo que provocam uma incidência pertinente e participativa nos territórios e na vida comunitária.

O usuário muitas vezes tem sua história de vida marcada por conflitos familiares desencadeadas pelo abuso de drogas ou este abuso motivado pelos conflitos familiares ou amorosos, ou seja, várias possíveis determinações formando um círculo que não será rompido somente com uma ação de abordagem social. Embora esta ação seja importante, a integralidade do atendimento se faz necessária, como se percebe no relato do sujeito I, quando a pergunta é sobre o motivo que o levou a situação de rua.

Bah, isso aí é uma pergunta tri complexa pra mim: Bah, fui casado, irmão. [...] Não é o que me motivou, foi o que me condenou, quando eu fiz 18 anos [...] fiquei com ela e ela cheirava cocaína e eu nem fumava cigarro. Aí resumindo, né mano, aí eu peguei ela, começamos a namorar, aí eu brigava com ela porque eu não queria que ela cheirasse cocaína e nem fumasse maconha. [...] aí foi a primeira vez. Dali começou tudo que tu tá entendendo agora, né meu. Aí foi muita loucura, puxei cadeia, muito problema de saúde, roubei bolsa no centro, morei na Garibaldi, na Farrapos 6 anos, puxei duas semanas.[...] Já faz um ano que não vejo meus filhos. [...] isso aí vicia e isso daí destrói as guria de lá. [...] Vou te dizer que pra mim não era tão tranquilo, só que depois que eu entrei pra droga eu perdi a consciência. [...] Sinto saudade dela e da minha filha. [...] passemos toda aquela vagabundagem, aquela bagunçada. Incomodei minha mãe, incomodou a mãe dela. Incomodou o pai dela [...] (Sujeito I - Usuário).

Continuando o pensamento da integralidade no atendimento, articulamos com a reflexão realizada por um conselheiro quando problematizado acerca das possíveis motivações para os sujeitos vivenciarem os processos de rualização e a permanência na rua, quando diz que “muitas vezes as pessoas não entendem assim, mas a primeira doença mental que se constrói é dentro das pessoas, que é a doença da fome, porque com fome ou com frio ninguém pensa, ninguém quer nada” (Sujeito C - Conselheiro).

Em relação à fome ou frio, buscamos em Marx, nos Manuscritos de Paris, o reconhecimento de que a primeira necessidade humana é a própria manutenção da vida e de que o desenvolvimento das forças produtivas e o próprio desenvolvimento decorrente dessa relação criam novas necessidades e, por outro lado, a sociedade

da mercadoria impõe necessidades fetichizadas para ampliar a mais-valia, o que está na base do processo de consumo.

Marx afirma que são necessárias as condições materiais de existência para que o homem desenvolva consciência e não o inverso. A pobreza e a desigualdade historicamente são resultados da luta de classes, para o pensador alemão.

Processo que se intensifica no modo de produção capitalista, onde a velocidade é uma de suas marcas, a produção de capital é diretamente proporcional à produção da pobreza e da desigualdade, da concentração de renda e do aumento de populações descartáveis [...] A superestrutura criada pelo Estado, como instrumento de dominação, cria as condições para o exercício desses privilégios para a classe que esta no poder (direitos, políticas, impostos, direção da educação, etc.) (PRATES, 2013, p. 1).

Ainda como complemento, destaca-se a fala de um trabalhador da Assistência Social quando, na coleta coletiva, problematizada a necessidade de aprimoramento da rede socioassistencial diz: “presumo que aprimorar nada, que não tem nada construído para aprimorar. Tem que se construir primeiro e, eu acho que a principal coisa que nos afeta é não existir um serviço em rede”. (Sujeito G - Técnico/Educador)

Diante disso, outro trabalhador complementa dizendo que:

Eles têm uma visão muito clara do que a cidade deveria oferecer e não oferece e eles têm um discurso muito competente dizendo que eles querem um lugar para a higiene, para encostar o carrinho de material reciclável, para tomar um banho, para fazer a barba e ir para o trecho fazer as atividades da rua (Sujeito F - Técnico/Educador).

Sobre as necessidades da população usuária, a partir de relatos dos diversos atores sociais participantes deste estudo, ressalta-se a necessidade de investimentos sociais para a garantia do acesso aos direitos. Incluir os processos preventivos para evitar a situação de rua, principalmente no que concernem as intervenções junto aos núcleos familiares e nas regiões de maior concentração de pobreza, considerando também os vínculos estabelecidos com o território e a comunidade. Estudo com meninos e meninas em situação de rua realizado na capital gaúcha (REIS e PRATES, 2001) mostra que 70% relatam um cotidiano familiar de violências, abandono e maus tratos, em muitos casos associados ao uso abusivo de drogas e 84% enfatizam a necessidade de conseguir dinheiro como um dos motivos para permanecerem nas ruas. Estes dados mostram a ausência de serviços de fortalecimento dos vínculos familiares e de prevenção da violência e uso de drogas, além da inclusão precária nas políticas de trabalho e renda.

3.3 COTIDIANO DE RUPTURAS X CONDICIONANTES MATERIAIS NA PERSPECTIVA DE PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATORIOS

Pensar o cotidiano, nos seus múltiplos aspectos, torna-se grande desafio na capacitação para enfrentar a realidade em acelerada mudança, sobretudo com o processo de rualização.

É na vida cotidiana que se constrói a história, e o indivíduo influenciado pelas experiências estabelecidas e armazenadas contribui para a construção desta história. Os pequenos como os grandes acontecimentos humanos representam as tramas das relações que constituem esta história, acontecimentos vividos no particular para o geral e vice-versa, provocando um constante estado de movimento. O homem é um ser histórico e as etapas [...] representam as partes de um todo em sequência, em constante transformação, influenciando o cotidiano das relações humanas (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Essas são relações marcadas por necessidades objetivas e também subjetivas devido à fragilização dos vínculos familiares e ainda, ao uso de substâncias psicoativas, tudo isso associado a situações de perda, fragilizações e vivências conflituosas em seu cotidiano. Ainda conforme Oliveira (2002 p. 157), “a classe dominante estabelece padrões para o desempenho das relações humanas”.

Esta desigualdade pode se apresentar na forma de resistências ao perverso sistema, se expressando como violência, abandono e outras formas produzidas pela ordem societária burguesa.

Evidenciar a contradição entre a aparência e a essência dos fenômenos e da realidade é princípio e condição essencial para apreender a inversão da realidade que se estabelece no processo de representação sobre as relações de produção e as relações sociais (LEWGOY e SILVEIRA, 2007: 245).

Difícil esta leitura complexa da realidade social, econômica, cultural entre dominados e dominadores que, às vezes, se confundem ou se mascaram entre aparência e o real. A partir da compreensão da dinâmica social estabelecida entre o universal e o particular da vida dos sujeitos em seu cotidiano, a intervenção é na direção de identificarem-se as possibilidades de análise da realidade para sua superação. Com isso, viabiliza-se uma compreensão de estrutura e de conjuntura na realidade social da relação capitalista sobre o trabalho.

A partir disso, possibilita-se o desvendamento das mais variadas manifestações da questão social na contemporaneidade. Embora a origem seja a mesma, estas expressões têm se agravado e, ainda, se ocultado cada vez mais

pelas formas de inclusão precária e pelos processos de reprodução das desigualdades de toda a ordem, condicionando um empobrecimento material e simbólico da classe trabalhadora, em especial dos segmentos mais subalternizados. Expressões da questão social que se complexificam e se ampliam através do desemprego estrutural, da precarização do trabalho, da convivência contraditória entre o alto desenvolvimento tecnológico e a manutenção de mazelas como a fome, a indignação, os processos de rualização, a violência e a desagregação de espaços de proteção e referência que exigem novas formas de enfrentamento e preparação daqueles que contribuem para a sua materialização (PRATES et al, 2013).

Toda a prática profissional ou social que tenha a intenção de ser emancipatória, num contexto capitalista e neoliberal, vai se defrontar com um quadro estrutural que limita tal intenção. Contudo, temos alternativas e tendências contra-hegemônicas, as quais precisam ser continuamente recriadas para inverter a configuração hegemônica provocando as rupturas necessárias.

Harvey (1992) argumenta que as revoluções da modernidade representam um processo de rupturas¹⁴. Revoluções entendidas como “rupturas” significativas da história (mesmo com dupla dimensão), que respaldam e fomentam superações. Sem a busca destes fundamentos, seria impossível compreender os caminhos pela busca da emancipação na modernidade.

O enfrentamento das contradições da sociedade capitalista poderá ocorrer pela via cultural e ético-política, mediante o fomento da potencialidade das massas, de seu protagonismo consciente, ativo e organizado – desencadeado por um processo de rupturas [...] (LUIS, 2011, p. 20).

Esta ruptura significa o enfrentamento através do alargamento da democracia, através da socialização da política e do poder nas mais diversas instancias e espaços e na articulação de movimentos com “vocaçao emancipatória” (LOWY, 2000). Através da elevação intelectual e cultural de conhecer, pensar coerentemente e criticamente a realidade, podem-se desenvolver práticas sociais diferenciadas, através de “rupturas moleculares” constitutivas e constituintes de possíveis tendências contra-hegemônicas.

A democracia participativa abre espaços mais diversos para a emergência de processos coletivos. Participação ativa e consciente de grupos e/ou estratos de classe – sinônimo do principio moderno de capacidade humana de autonomia e protagonismo humano-social – desde que instrumentalizada intelectual e eticamente (LUIS, 2011, p. 117).

¹⁴ Termo destacado em nota de rodapé n. 2, pág. 20 desta dissertação, explicado por LUIZ, 2011.

Nesse estudo consideramos rupturas moleculares aquelas ações concretas que, não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos coletivos, de movimentos ou que Marx chama, na obra *A Ideologia Alemã*, de “pequenas convulsões revolucionárias”. Entretanto, é importante afirmar que Marx apontava uma emancipação que só poderia ser alcançada fora da sociedade burguesa, com a superação dos interesses individuais, da dominação e da falta de liberdade. Desta forma alcançaríamos a verdadeira emancipação humana.

Ainda assim, deve-se trabalhar na perspectiva de processos sociais emancipatórios como processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas. Portanto, principalmente para o Serviço Social, a elevação de uma situação de subalternidade a de protagonismo social – que desencadeia ações políticas de caráter crítico-democrático no espaço público – é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de superações vividas pelo grupo ou classe, “sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político de sociedade” (LUIS, 2011, p.121).

Diante disso, são impostos novos desafios à materialização efetiva das políticas de proteção social, que são orientadas por uma perspectiva universalista e integral com o objetivo de dar respostas, com orientação contra hegemônica, aos nossos ainda baixos patamares de sociabilidade. Para tanto, as políticas sociais públicas estão sendo aprimoradas, a partir da luta e do debate com conhecimento acumulado, especialmente nas últimas décadas no Brasil.

Tal aprimoramento percebe-se nos documentos recentes da Política Nacional de Assistência Social, entre outras políticas sociais e para o público específico deste estudo, a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (2008). Ambas preveem a participação ativa de múltiplas áreas, com princípios e diretrizes que buscam a integralidade entendendo a necessidade também de ações concretas a serem realizadas por cada área, incluindo processos de participação da população usuária, com vistas a estimular o seu protagonismo. Estes avanços são necessários para amenizar a pobreza no contexto capitalista, mesmo que sem impactar nos fundamentos que a geram.

Destarte, aponta-se como um primeiro subsídio para contribuir com a transformação social, a investigação da realidade social e o desvendamento dos processos que mascaram a desigualdade através da inclusão precária e o reconhecimento de que a desigualdade é um problema estrutural, sendo seu enfrentamento possível somente a partir da participação e da luta coletiva, na busca pelo protagonismo social, invertendo a lógica do capital e dando prioridade ao ser humano.

Para tanto, buscamos Marx quando ressalta na obra *A Ideologia Alemã*, que é preciso investir na melhoria das condições materiais de existência da população, pois é condição necessária para a transformação da consciência. Consciência que se torna elemento primordial na possibilidade de convívio com a diversidade, para o processo de participação e, portanto, para o fortalecimento dos processos emancipatórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de convívio com a diversidade é o caminho possível para desmistificar a estranheza sugerida no afastamento de tudo aquilo que foge ao pseudocontrole da razão. Os diversos (des)caminhos de concepções e métodos segregatórios e separatistas foram acentuando a não familiaridade com as singularidades pessoais. Não é possível compreender aquilo de que nos afastamos por medo do desconhecimento. A desqualificação relegada a tudo que foge às regras estabelecidas conduziu ao desenvolvimento de relações sociais produtoras da interdição que negam acesso ao mundo, para aqueles que são considerados “diferentes” (FERNANDES, 2003, s/p).

A partir de Fernandes (2003) é possível refletir sobre a sensação de medo do desconhecido que atravessa a convivência com a diversidade, e melhor compreender e familiarizar-se com as singularidades daqueles “que são considerados diferentes”. Assim, o desenvolvimento de relações sociais que se orientem por processos emancipatórios só será possível a partir das rupturas com algumas concepções instituídas e naturalizadas, desocultando as contradições da realidade social.

Reiterando aspectos já apontados neste estudo e por estudos anteriores, pensando em caminhos e rupturas possíveis, necessário se faz a garantia de intervenção junto aos núcleos familiares e priorização de investimentos sociais nas periferias de Alvorada/RS. É preciso pensar na priorização de processos preventivos às vulnerabilidades sociais, além da capacitação de trabalhadores e a interface efetiva entre as políticas públicas e delas com as demais instâncias da sociedade para a garantia de direitos.

A fragilidade de vínculos familiares dos sujeitos que vivenciam os processos de rualização é fator preponderante em suas histórias de vida, sendo o principal motivo que determina a utilização das ruas como estratégia de sobrevivência. Neste sentido, os suportes ofertados pelas políticas sociais têm obtido resultados pouco substantivos no enfrentamento dessa expressão da questão social (PRATES et. al 2013). A mediação de intervenções junto aos núcleos familiares, sejam a família de origem ou as novas formas de constituição familiar construídas na rua, portanto são fundamentais para fortalecer vínculos ou reiniciar novos.

A necessidade de investimentos em processos preventivos para evitar processos de rualização, vem sendo sistematicamente destacada em estudos e pesquisas que versam sobre populações em situação de rua. É, portanto,

indispensável a socialização de pesquisas e realização de debates, que possam contribuir para a superação dos processos de alienação, para desocultar as particularidades dessas condições de desigualdade, para a qualificação das políticas públicas e para a ampliação de processos sociais emancipatórios, de modo que os sujeitos que vivenciam o processo de realização possam ter visibilidade, como sujeitos de direitos.

Na análise dos documentos normativos da política nacional percebe-se não só princípios e diretrizes explicitadas, mas também ações concretas a serem realizadas por cada área, incluindo processos de participação dos sujeitos usuários, com vistas a estimular o seu protagonismo. Diante das respostas ao questionamento e a análise sobre como o município oferta alternativas para o enfrentamento da situação de rua e garante a participação e o protagonismo dos sujeitos usuários, e como os atores sociais a percebem e estimulam, percebe-se como uma ação necessária e urgente a realização de um mapeamento em todo o município de Alvorada/RS, com vistas à dimensionar e caracterizar a população que vivencia em seu cotidiano os processos de realização.

Um dos dados que sinalizam a necessidade da interface entre as políticas públicas citadas anteriormente é de que no município 30,9% dos jovens em extrema pobreza, com 15 a 17 anos de idade estão fora da escola e que Alvorada tem um número superior a 80 casos de HIV por 100 mil habitantes. O desvendamento destas particularidades locais contribui para o planejamento de ações que enfrentem essa realidade concreta.

A integralidade proposta pela política, assim como no Plano Brasil Sem Miséria (2011), ultrapassa a proteção social isolada no âmbito de cada território – SUAS: básica e especial e demais políticas – buscando ações que vinculem os sujeitos, toda a comunidade e articule recursos, o que pressupõe o reconhecimento das relações estabelecidas no território com a criação de espaços públicos para o exercício do protagonismo.

Para os casos de necessidade de afastamento familiar e comunitário o Acolhimento Institucional que contemple as aspirações e características dos sujeitos usuários se transforma em importante recurso. Considerando o alto índice de uso de drogas entre as vulnerabilidades enfrentadas pelos sujeitos, o atendimento a dependência química deve ser também um dos recursos articulados na rede de enfrentamento aos processos de realização em conjunto com as políticas de

habitação, dentre outras, sem segregação, isto tem sido reiteradamente apontado por usuários, profissionais e pesquisadores.

Acolhimento Institucional como alternativa nos casos de afastamento familiar e comunitário e a oferta de repúblicas transitórias ou um Centro POP são serviços reconhecidos como importantes e demandados pelos próprios sujeitos, usuários e trabalhadores. Assim como, a interface efetiva entre as políticas públicas e delas com as demais instâncias para a garantia de direitos, com a contribuição da oferta de alternativas de capacitação para o trabalho e inserção produtiva induzida pelo poder local, como serviços de proteção básica da Assistência Social.

Para tanto, a ação inicial que precisa ser realizada pelo poder local é a efetivação do diagnóstico territorializado para mapear, dentro do município, as zonas de maior vulnerabilidade e risco social e a cobertura da rede prestadora de serviços, conforme previsto pela função de vigilância social que compõe a Política. Por meio do mapeamento os gestores e demais trabalhadores da Assistência Social e outras políticas públicas poderão conhecer a realidade concreta de Alvorada, de modo a melhor planejar as ações que decorrem das políticas sociais. Destaca-se aqui a intenção de garantir o acesso aos serviços ofertados pela rede socioassistencial de forma igualitária, fortalecendo os indivíduos e as famílias na conquista de sua autonomia, dignidade e protagonismo, por meio do desenvolvimento de potencialidades, valorizando sua identidade e seu lugar de pertencimento.

A elaboração de um diagnóstico é uma ação que possibilita ao poder local compreender as particularidades do município no qual estão inseridos os sujeitos e detectar as características e dimensões das situações de precarização que trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, socialização e convívio familiar. Essas informações são fundamentais para conhecer a distribuição das necessidades e demandas em cada território, com a finalidade de direcionar a realização da estratégia de Busca Ativa¹⁵ tão necessária em Alvorada.

Esta necessidade já foi apontada no Censo 2010 e reiterada neste estudo que indica mais de 4 mil famílias em extrema pobreza que ainda não foram inseridas no Cadastro Único dos programas sociais. O Cadastro Único possibilita qualificar e

¹⁵ Estratégia destacada em nota de rodapé n.1, p. 13 deste estudo, através da Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 10, de 25 de outubro de 2011, que orienta os municípios sobre o estabelecimento de parcerias de Busca Ativa nos níveis federal e municipal e sobre o protocolo para inclusão de famílias extremamente pobres no Cadastro Único (BRASIL, 2011).

mapear as carências de comunidades e adequar à disponibilidade dos serviços públicos às necessidades locais.

Com o cadastro é possível caracterizar a realidade socioeconômica das famílias e seus domicílios. Algumas delas, inclusive, úteis na realização do diagnóstico socioterritorial do município. Na caracterização dos sujeitos é possível perceber as necessidades de documentação civil, onde se encontra o público-alvo para o Programa Bolsa Família e acesso a serviços públicos como educação, energia elétrica, água potável e todos os serviços da rede socioassistencial.

A Busca Ativa também auxilia na identificação das regiões com concentração do público-alvo dos programas, no caso deste estudo dos sujeitos em situação de rua e aqueles que estão enfrentando os processos de rualização. Assim, conhecendo estes sujeitos ou famílias torna-se mais fácil cadastrá-las com a finalidade de encaminhá-las aos programas e benefícios a que tem direito. Essa ação determina o planejamento da oferta de uma rede de acordo com a demanda, considera as particularidades de cada caso e a multicausalidade do processo de rualização.

Diante disso, a Busca Ativa pode ser uma estratégia de garantir acesso da população em situação de rua e extrema pobreza aos serviços ofertados, ou o planejamento da ampliação e oferta de serviços, considerando, todavia, o direito a participação e ao protagonismo dos sujeitos usuários das políticas sociais e, portanto, direito que para estes atores sociais é limitado pela falta de condições materiais de existência para que se materialize.

Destarte, o Serviço de Abordagem já existente no município amplia e qualifica sua ação e pode encaminhar cada caso conforme a necessidade real e concreta, a partir disso monitorar e avaliar os resultados das ações, alimentando o processo decisório com informações qualificadas.

Para finalizar, afirmam-se estas ações concretas articuladas com as propostas de participação e protagonismo, afirmativas de possibilidades de acesso ao mundo para aqueles que são, muitas vezes, considerados “diferentes”.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, P. B. et al. **Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua Adultos em Porto Alegre.** Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS/HCPA/FASC, 1999.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **Mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335 – 351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1998** – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais posteriores – Brasília. Série textos básicos, n. 25.

_____. Presidência da República. **Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Brasília. DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília. DF, 2005.

_____. Presidência da República. **Lei 11. 258, de 30 de dezembro de 2005.** Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social para acrescentar o serviço de atendimento às pessoas que vivem em situação de rua. Diário Oficial da União. Brasília, n. 1, seção 1, p. 1,2 jan. 2006.

_____. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudança.** CapacitaSuas volume 1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1. ed. Brasília: MDS, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua.** Volume I – Metodologia. Brasília: MDS/ META. mar. 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua.** Volume II – Resultados. Brasília: MDS/ META. mar. 2008b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua para Consulta Pública.** Brasília: MDS, ago. 2008c. (texto digitado).

_____. Presidência da República, Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional para População em Situação de Rua.** Brasília, dezembro de 2009.

_____. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop.** SUAS e População em Situação de Rua. Volume 3 Brasília, 2011, Gráfica e Editora Brasil LTDA

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB - SUAS 2012.** Brasília, 12 de dezembro de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS / 2004.** Brasília, Novembro de 2005, Reimpresso em 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal. Sistema Único de Assistência Social SUAS.** Ano 2013. Resolução 019/2013. Prefeitura Municipal de Alvorada/RS.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Boletim Dados Municipais. **A extrema pobreza no seu município.** Relatórios de Informações Municipais: Alvorada/RS, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatórios de Informações Sociais – Município: Alvorada/RS. **Diagnóstico Socioterritorial.** http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades Boletim gerado em 18 de outubro de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Boletim Dados Municipais. **Mercado de Trabalho no Censo 2010.** Relatórios de Informações Municipais: Alvorada/RS, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatórios de Informações Municipais. **Panorama Municipal segundo Censo Demográfico 2010.** Boletim Dados Municipais/ Panorama Municipal: Alvorada/RS, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatórios de Informações Sociais. **Relatório de Informação da Proteção Social Básica e Especial – Regime de Competência – Alvorada/RS.** <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> em 11 de novembro de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Boletim Dados Municipais. **Subsídios para**

elaboração do PPA Municipal. Relatórios de Informações Municipais: Alvorada/RS, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatórios de Informações Municipais. O Brasil sem Miséria. Boletim Dados Municipais/ **O Brasil sem Miséria no seu Município: Alvorada/RS, 2013.** <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/texto/proc.php> em 11 de agosto de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatórios de Informações Sociais – Município: Alvorada/RS. **Vulnerabilidade Social e Juventude Negra.** http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades_pop_n Boletim gerado em 18 de outubro de 2013.

BOURGUIGNON, J. A. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social.** Revista Textos & Contextos. Porto Alegre. v. 7 n. 2 p. 302 – 312. Jul./dez. 2008.

BOSCHETTI, I. **Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira.** Psicol. Soc., v. 15, n. 1, p. 57-96, jan./jun. 2003. Disponível em: www.scielo.br/cgi-bin/wxi.exe/iah. Acesso em: 20 jul. 2005.

BURSZTYN, M. **No meio da rua – Nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CARCALHOLO, M. D. ; BARUCO, G. C. da C. **A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições.** In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Vol. 21, n. 1 (2011) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 2011.

CARRANO, P. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: O desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”.** Palestra proferida no IX ENEJA, Curitiba – PR, 2007.

CARVALHO, M. C. B. de. **A política de Assistência Social no Brasil: Dilemas na Conquista de sua Legitimidade.** Revista Serviço Social e Sociedade. Cortez, n. 62, mar/2002.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica ao salário.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e Sociais.** São Paulo, Cortez, 1991.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2010.

COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. Revista de Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, v. 1, n. 1, p. 145 – 165, 1997.

COUTO, B.R. **O direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. São Paulo: Cortez, 2004.

FARIAS, V. C. C de. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua no município de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, PPGSS, 2007.

FASC/PMPA/UFRGS. **Cadastro da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2011/12.

FERNANDES, I. **A diversidade da condição humana e a deficiência do conhecimento: no convívio com as diferenças e as singularidades individuais**. Revista Virtual Textos & Contextos, n. 2, dez. 2003. Textos. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/960/740> em 28 de novembro de 2013.

FEITEL B, et al. **Fundo psicossocial e transtornos comportamentais e emocionais de jovens sem-teto**. Hosp Psiquiatria Comunitária 43 (2): 155-9.1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, T. T. da, GENTILI, P. Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 1995.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M.V. **A Questão Social no capitalismo**. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. **O Serviço Social no capitalismo**. Temporalis, ano II, n. 3, p. 09 – 32. Brasília, ABEPSS, Gráfica odisseia: 2004.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. Ed. São Paulo, cortez: 2007.

_____. **Serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil e Histórico das Cidades 2013. Rio Grande do Sul – Alvorada.** <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430060&search=rio-grande-do-sullalvorada> em 11 de agosto de 2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS/IPEA. **Boletim Conjuntura em Foco.**n. 19, cap. 6, Avaliação Trabalho e Renda, 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética.**5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Horizonte, 1978.

LEWGOY, A.M.B; SILVEIRA, E.M.C. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social.** Revista Textos & Contextos. V. 6 n. 2 p. 233-251. Jul/dez. Porto Alegre: 2007.

LÖWY, M. **Marxismo, modernidade e utopia.** São Paulo: Xamã, 2000.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

MACHADO, S. A. **O processo de rualização e o Sistema Único de Assistência Social/SUAS: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PPGSS/PUCRS, 2012.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, K. 1818-1883. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

MENGA, L.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

NETTO, J. P. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”.** In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NUNES, R. S. **Processo de Rualização como expressão da questão social em Gravataí: A interface da Política de Assistência Social no Herbert de Souza.** Trabalho de Conclusão de Curso. Gravataí: FSS/ULBRA, 2010.

OLIVEIRA, J. L. **A vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância a velhice: um círculo da pobreza a ser rompido.** Canoas: ed. ULBRA, 2002.

PAUGAM, S. **A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza.** São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Por uma nova concepção de seguridade social.** SER Social, n. 07, p. 81-96. Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, jul./ dez. 2000.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs). **História da Cidadania.** São Paulo: Ed. Contexto, 2003. Acessado em http://www.espacoacademico.com.br/023/23res_pinsky.htm em 20 de novembro de 2013.

POCHMANN, M, **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em debate; v. 2).

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais.** Suplemento Assistência Social 2009. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Modelo para apresentação de projetos de pesquisa elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão.** 2011. Disponível em: <www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos>. Acesso em: 01 out. 2012.

PRATES, J. C. **O Planejamento da Pesquisa Social.** Revista Temporalis, nº. 7. Porto Alegre: ABEPSS, 2003.

_____. **As pesquisas avaliativas de enfoque misto e a construção de indicadores para a avaliação de políticas e programas sociais.** Anais do ENPESS, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Neoliberalismo e seus impactos nas condições de vida dos trabalhadores.** Material elaborado para fins didáticos. FSS/PUCRS, Março/2011.

_____. **O método marxiano e o enfoque misto na pesquisa social, uma relação necessária.** Textos e Contextos/PUCRS, v., n. 1, 2012.

_____. **A expressão da pobreza e da desigualdade na obra marxiana.** Material elaborado para fins didáticos. GTEMP/PPGSS/PUCRS. Nov./2013.

_____. et al. **Relatório da pesquisa Estudo avaliativo sobre a Política de Inclusão para População em situação de rua em Porto Alegre e Florianópolis.** Porto Alegre, CNPq/PUCRS, 2013.

PRATES, J. C.; PRATES F. C. **Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito.** Sociedade em debate, Pelotas, 15(2): 111-125, jul.- dez./2009.

PRATES, J. C.; PRATES F. C.; MACHADO S. **Populações em Situação de Rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento.** Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PRATES, J. C.; REIS, C. N.; ABREU, P. B. **Metodologia de pesquisa para população em situação de rua: Alternativas de enfrentamento pelo poder local.** Serviço Social e Sociedade, n. 64, p. 135-164. São Paulo: Cortez, Nov. 2000.

REIS, C. N.; PRATES, J. C., MENDES, J. **A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre.** Porto Alegre: PMPA/FESC – FSS/PUCRS, 1995.

SALAMA, P. **Pobreza: Luz no fim do túnel?** In: GARCIA, M. L. T; RAIZER, E. C. (org). A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

SAMPIERI, R. H. FERNÁNDEZ-COLLADO, C. e LUCIO, P. B. **Metodologia de la investigación.** 4 ed. México, Mc GRAW-HILL, 2006.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos.** São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SPOSATI, A. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **O primeiro ano do SUAS.** In Serviço Social e Sociedade. n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, M. A. C; BEZERRA, E. M. R; ROSA, C.Ç M. M. (orgs.). **População de rua: Quem é, como vive, como é vista.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. **Classes subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012

APÊNDICE A
SÍNTESE (MAPA) DE ENTREVISTAS
 Gestores e conselheiros

	Entendimento sobre o processo de rualização.
Sujeito A	<p>[...] começa pelo menos em volta da tua casa depois vem pra volta do seu bairro depois vai indo pra regiões mais centrais, tal então o processo de rualização vai avançando né. [...] começar a voltar de novo do centro para o bairro do bairro pra vila pra depois pra casa. [...] começa a perder muito o vínculo com a família e tal e começa a ir para o espaço da rua, espaço lúcido da rua, começa a ir pra rualização, ou seja, a gurizada começa a ter um vínculo com a rua. [...] porque tinha uma decepção amorosa ou uma decepção familiar alguma coisa que levou a pessoa pra rua enfim uma depressão [...] começa por algum motivo ter um problema enfim ou alcoolismo ou alguma coisa ou a perda da esposa se é o homem né ou o contrario alguma coisa que mexeu com a pessoa e a pessoa começa a se desvincular das pessoas conhecidas... Existe a situação de rua moradia e a situação de rua sobrevivência... Perambulam na rua durante o dia, mas voltam pra casa de noite que pé um processo né já tem outros já que tem a rua moradia que já tão morando na rua. Nisso o trabalho têm que ser feito também os dois trabalhos, mas a situação de rua, que eles estão indo pra rua tu tem como reverter muito mais rápido do que a rua moradia.</p> <p>N's fatores né. Um monte de fatores. [...] Às vezes tem N's fatores que leva a ele ir pra rua. Porque a estima deles geralmente está lá embaixo, com a depressão ou outros problemas de drogadição, alcoolismo etc e tal. [...] depressão [...] A droga te consola.</p> <p>[...] por causa da drogadição. Por causa do crack. É uma droga pesada.</p>
Sujeito B	[...] muitos têm família tem referencia [...] principalmente o álcool tem muito [...] pela droga também. [...] principalmente a bebida alcoólica.
Sujeito C	O processo de rualização das pessoas na cidade de Alvorada é toda uma trajetória que se vem de outros municípios para dentro de Alvorada... que a grande maioria dos moradores de rua eles vem da questão da drogadição, da questão da saúde mental, da questão do abandono social econômico e financeiro da vida das pessoas e aí é o momento que as pessoas acabam indo pra rua, eles acabam perdendo o apoio da família, o apoio de toda aquela questão do vínculo social ou do vínculo familiar e aí simplesmente... [...] Droga... Deficiência mental... Desilusões amorosas e financeiramente. Os vínculos familiares rompidos [...].
Sujeito D	Varias são as formas que levam, que a pessoa fique neste momento em situação de rua, mas não é permanente. E vai variar também na faixa etária...
	Tempo de rua x intervenção
Sujeito D	Não, o processo de rualização já, como diz, é o próprio processo. [...] Quem já esta há mais tempo o tipo de abordagem ele é diferenciado porque o resgate, o vínculo com a família pode não existir mais.
	Estratégias de enfrentamento no município (rede)
Sujeito A	Não tem para morador de rua. Tens que ter uma rede abraçando, não é só assistência que vai dar conta, não é só saúde, etc. [...] Isso nós temos que construir aqui ainda.

	<p>Então, bom, não tem uma rede. Alvorada ainda tá no processo de montar sua rede de proteção que não tem então, né.</p> <p>Como é que tu vai dar um salto de qualidade com inclusão social. [...] A Dilma fala em erradicar a pobreza, a extrema pobreza, mas em Alvorada são 2 mil pessoas que não recebem o bolsa família ainda.</p> <p>Nós temos que ter uma busca ativa da assistência né. Lá na periferia mesmo.</p> <p>Então tem que ter programas que vai atender as famílias com mais situação de pobreza extrema. Por que justamente essa pobreza extrema, a situação na casa faz com que a gurizada vai pra rua.</p> <p>Se tu não tiver uma rede avançada tu não consegues.</p> <p>A abordagem de rua nós temos né enfim, o grande problema é pra onde encaminhar. É isso que nós temos que construir, entendeu?</p> <p>Garantir os direitos deles mesmo tem que ter uma rede toda estrutural que é cara. Essa rede é muito cara, desde a abordagem, o sistema de albergagem, né, enfim pra ti poder fazer esta vinculação depois a moradia.</p> <p>[...] Tem que ter todo um trabalho de conscientização, de construção que é um trabalho demorado que não é num passo de mágica que tu vai fazendo acontecer é um processo longo né como foi um processo longo dele ir pra rua o processo dele sair da rua é um processo longo também né não é uma coisa tão rápida assim...</p> <p>Alvorada tem que montar essa rede, se Alvorada não conseguir montar essa rede não vai resolver a situação da população toda de rua que tem. Não, não vai resolver.</p>
Sujeito B	<p>A gente tem aqui o CREAS [...] eles fazem a abordagem eles vê se a pessoa tem documento se não têm eles estão fazendo o encaminhamento destes documentos. Teve um caso que eles encaminharam o benefício também [...] o serviço foi até eles e encaminhando ali os documentos e o benefício, vindo de onde eles são, a procedência da onde eles vieram e tentando colocar eles nessas famílias de origem [...] pede junto ao MP a internação compulsória. [...]É essas ações que a gente tá fazendo com a equipe né que tem o CREAS, o SEAS adulto que tá fazendo estas abordagens. [...] dando uma oportunidade deles terem os documentos.</p>
Sujeito C	<p>[...] Não se construiu ainda uma política [...] o município tem enfrentado com muita dificuldade. Não tem um trabalho efetivo dentro da política da assistência social para as pessoas moradoras de rua [...] E até agora não se construiu ainda nada por parte do município da questão dos moradores de rua [...] eu entendo que ainda hoje no município ele tá muito fragilizado e ainda ele não tá com serviço pronto e uma qualidade para oferecer serviço para estas pessoas. [...] Eu acho que a primeira coisa que no município a gente tinha que ter era um CentroPop. [...] Os moradores de rua não estão sendo atendidos. [...] Bom, hoje o serviço para moradores de rua não existe.</p>
Sujeito D	<p>Então, tem que ter uma reestruturação na assistência social com esse olhar para o processo de rualização em Alvorada, que não tem.</p> <p>Agora é que tem um programa, né que vai fazer a abordagem de rua da população adulta. Então, ele é um serviço que existe há meses e ele veio com a reestruturação de um concurso público de 2012 e a partir, lá de julho agosto, é que foi chamado técnico. [...] O Ministério Público ta com o Termo de Ajustamento de Conduta para o município. Então, tem que dar respostas né.</p> <p>Trabalho com situação de rua tem esse programa de abordagem social de rua.</p> <p>REDE: Então, não tem organizada. Não tem, Rodrigo, não tem.</p>
	<p>Nível de participação dos usuários e Protagonismo</p>

Sujeito A	<p>Nós não temos uma construção ainda de ver como é que faz a participação. Hoje alvorada não tem [...] Deve ser pensado. Tu não consegues construir as coisas para as pessoas ter o vínculo de participar, de reivindicar, de cobrar o serviço e coisa né aqui tá muito atrasado nisso e vai começar avançar quando tiver o Centro Dia ou algo assim que as pessoas começam a se vincular a esse serviço a partir do serviço vão começar a fazer. Tá muito longe pro que precisa ser feito ainda. [...] mas, tem que começar a pensar essas alternativas.</p> <p>Tem que ter todo um trabalho, tem que ter toda uma rede de organização até chegar à emancipação dele e aí ele vira protagonista. Daí fica protagonista da sua história [...].</p>
Sujeito B	<p>Tem usuários que a gente atende que eles procuram, que eles voltam lá no SEAS e eles procuram de novo ali o atendimento ou alguma coisa...</p>
Sujeito C	<p>Hoje no município de Alvorada não tem. [...] E hoje no município de alvorada ainda a gente não conseguiu construir isto de fato e de direito. [...] Eu acho que a primeira coisa que nos temos que construir é uma rede socioassistencial [...] começar a construir toda essa política de assistência social.</p> <p>Muitas vezes as pessoas não entendem assim mas a primeira doença mental que se constrói é dentro das pessoas que a doença da fome porque com fome ou com frio ninguém pensa ninguém quer nada.</p> <p>PROTAGONISTA? Morador de rua? Não. Hoje os moradores de rua não.</p>
Sujeito D	<p>Nas ações específicas para a população em situação de rua não tem [...]. Não tem ação e não tem a participação.</p> <p>Ele é abandonado. Né, protagonismo é quando tu tens um espaço e tu tens força de fazer as colocações e bom eu estou em situação de rua porque nesse momento é um desejo consciente meu e eu tenho onde buscar se eu assim necessitar ou desejar. Não tem. Então, senão não há um espaço de confronto não há protagonismo. Os usuários não são protagonistas, eles não têm voz eles são ocultados aqui no município. Eles não são vistos.</p> <p>VISIBILIDADE? [...] Como é que não existe morador de rua, pessoas em situação de rua de população adulta em Alvorada, como que não existe? Cadê esse povo? Bom, eu passo ali na sinaleira da Caetano Dilh e tá lá a criatura na esquina, enroladinho no cobertor, ou seja, acordou àquela hora e tal, né vai se movimentar. Vai pra própria praça, vai não sei pra onde, vai circular.</p>
	<p>Apontamentos – Visão de mundo...</p>
Sujeito A	<p>É a sociedade que nós vivemos. Também, né. Bom, tem além da questão de consumo muitas vezes [...] Então, é um sistema tão capitalista esse também né. Tem isso. [...] É isso. Tem um conceito que é criado que não aparece na sociedade. É isso. É a disputa de classe que não aparece.</p>
Sujeito C	<p>E muitas vezes a gente vê que o sujeito tem essa dificuldade de perceber, de se orientar e de entender isso né. [...] Porque muitas vezes a pior morte é a social, não é a morte da vida, mas sim a morte social. [...] quando muitas vezes a gente vê o morador na rua e já aconteceu o que? A morte social. Ele não tem mais direito a nada. Ele só tá aguardando e vivendo todos os dias pra depois esperar o que? A morte natural.</p> <p>[...] ele também tem a morte social quando a família não se faz presente, quando não se tem todo o trabalho de equipe interagindo junto né.</p>

APÊNDICE B
SÍNTESE (MAPA) DE GRUPO FOCAL
 Gestores, técnicos e educadores

	Entendimento sobre o processo de rualização.
Sujeito E	[...] se inicia já na família [...] estão na rua em algum momento conviveram com familiares, tiveram perto da família, sua residência e isso começa a partir de doenças mentais ou uso de drogas, álcool, desentendimentos familiares que propiciam esse processo, se inicia, esse vinculo familiar vai se desgastando e termina rompendo...
Sujeito F	[...] ele vem de um ponto de desgaste. [...] sua essência, nesse momento os vínculos familiares estão totalmente rompidos, muito além de fragilizados, estão rompidos e muitas vezes até inexistentes.
Sujeito G	[...] processo com a quebra ou a falta desse vinculo. [...] se quebra um vínculo e tu já estás em situação de rua. No momento que quebrou o vínculo e a pessoa se encontra em situação de rua começa o seu processo.
	Tempo de rua x intervenção
Sujeito E	[...] Acho que o que diferencia mais ou menos tempo que a pessoa está na rua vai talvez influenciar no andamento do trabalho né. Vai ser mais difícil tu conseguir achar uma, entre aspas, uma solução pra situação do que uma pessoa que esta há mais tempo. Porque às vezes tu nem consegue localizar mais nenhum familiar, não tem mais vínculos, é mais difícil de restabelecer algum vínculo, né, uma pessoa que esta há pouco tempo talvez seja mais fácil à condução do trabalho, se é isso que entendi.
Sujeito F	[...] com pessoas que estão na rua há pouco tempo [...] a partir da entrevista e a formação de vínculo, [...] outros fenômenos que fizeram com que o sujeito fosse pra rua, que á a história que daí a gente acaba não tendo interface com outras políticas públicas que é a história que tá muito próximo do lado que é o fenômeno do alcoolismo e drogadição.
	Estratégias de enfrentamento no município (rede)
Sujeito E	[...] agora esta sendo atendida pelo CREAS. A prefeitura, gestão nunca deu muita importância para esse público [...] porque é uma população invisível né ninguém quer ver. [...] um serviço que escuta eles, que atende a demanda deles...
Sujeito F	Não vejo por parte da gestão grande interesse em atender esta população...
Sujeito H	Aumentou o número, aumentou até a procura pelo serviço. Até porque o serviço esta sendo bem divulgado porque a gente tenta fazer tudo que é possível né a gente consegue fazer os documentos pra ele, a gente consegue fazer cadastro, a gente consegue em alguns casos mais extremos conseguir colocar eles em algum lugar, tirar da rua, mas isso acontece muito através de parcerias. Não é com apoio da nossa Secretaria. Ta, então, a gente faz um serviço, tenta fazer o melhor possível, mas porque a gente tem essa vontade. Não que a gente receba um apoio pra isso, seja valorizado que não é o caso. E a gente sente isso no dia a dia, a dificuldade mesmo de realizar as nossas demandas.
	Nível de participação dos usuários - protagonismo

Sujeito E	<p>[...] são as alternativas usada para a participação [...]. Quando que há algum tempo atrás ia se vê alguém em situação de rua vir até o CREAS, por exemplo, procurar atendimento.</p> <p>Mas, aqui no serviço ele é. Porque é um serviço que escuta eles, que atende a demanda deles né.</p>
Sujeito F	<p>Então, assim nós temos um bom vínculo com a população. Eles nos conhecem, sabem que a referencia somos nós para este serviço. Eles têm uma visão muito clara do que a cidade deveria oferecer e não oferece e eles têm um discurso muito competente dizendo que eles querem um lugar para a higiene, para encostar o carrinho de material reciclável, para tomar um banho, para fazer a barba e ir para o trecho fazer as atividades da rua. E em contrapartida a gente tentou, fez o nosso movimento no sentido de que a gestão visse que isso é uma demanda importante pra assistência e por enquanto nós não logramos êxito até agora. = (DEMANDAS)</p> <p>O usuário tem acesso enquanto a porta do Serviço tiver aberta, do CREAS tiver aberto, ele vai ter acesso.</p> <p>Dentro do CREAS sim, até porque é um dos princípios do atendimento ao usuário sim.</p> <p>[...] Então, nós focamos muito do nosso tempo em demandar pra que a política da saúde que é da rede protetiva, que teria que tá junto, e que não temos eco, e de outras políticas públicas no sentido de fazer com o sujeito saia do sofrimento de estar neste processo de rualização.</p>
Sujeito G	<p>[...] a gente conta muito assim com o boca a boca deles, com nosso cartãozinho distribuindo pra eles mesmos se articularem porque existem grupos muito bem articulados de moradores de rua. Agora no momento a gente não tá fazendo, mas a gente fazia uma reunião com todos na praça central.</p> <p>Alternativa a participação enquanto município não tem nenhuma.</p> <p>No processo que eles estão hoje no município eles não são protagonistas. [...] Pela falta de recurso não se permite que eles tenham toda essa autonomia aí.</p> <p>[...] nosso serviço se tornou tão divulgado no boca a boca por eles. Porque a gente sabe assim, se ele quer sair da rua, eles mesmos sabem que a gente vai tirar. Porque a gente vai até o fim até conseguir tirar.</p> <p>Ele seria e teria toda essa autonomia de ser esse protagonista se a gente tivesse toda essa rede.</p>
	<p>Observações</p>
Sujeito F	<p>[...] Então, se nós fossemos para as periferias da cidade nos seus 70km², aí em cada canto nós teríamos uma demanda exponencial [...] e nós temos aí um número em proporções geométricas, a cada mês, só no quadrante central da cidade que vai da parada 46 à parada 50 em média [...]</p>
Sujeito E	<p>Talvez assim tenha que ter uma forma, assim, de sensibilizar todo o poder público e mostrar que essa população existe. A gente tá há pouco com este trabalho aqui e agora que a Saúde começou a enxergar né, essa população assim como a própria Assistência Social, né, como eu te disse na reunião como o prefeito e o prefeito disse: olha, mas a gente não tem população de rua né? ? No CMAS também ouvi: Ah, não, mas população de rua deve ter uns 15 em Alvorada, né, daí eu disse: - não, só na região central tem mais de 40 né. Então, acho que em 1º lugar essa população tem que sair da invisibilidade, né?</p>

APÊNDICE C

SÍNTESE (MAPA) DE GRUPO FOCAL

Usuários - no espaço da rua

Sentimento em relação ao Processo de Realização	
Sujeito I	Meu irmão o caso é assim ó, eu morei um tempão na rua meu, e foi bom porque é só curtidão né, mas ao mesmo tempo o cara sempre tem trabalho né. Tem que tá correndo atrás disso, daquilo, daquele outro. Tem que tá dormindo com uma garrafa d'água do teu lado porque tu não tem água, não tem torneira do teu lado. E, sei lá, é bom, mas ao mesmo tempo o cara tá se destruindo. Sei lá, não é se destruindo, o cara se sente meio esquisito mas é o que, sei lá, é o que tem.
Sujeito J	Vou fala pra ti, tá ligado que a gente mora na rua, mas seguinte, não gostemo muito né.
Situação hoje (vínculos)	
Sujeito I	Agora eu tive a chance de voltar pra baía da coroa e tô tentando me comportar né. E eu acho que eu tô conseguindo um pouco.
Sujeito J	Hoje posso morar com minha mãe. Ela mora com meu pai. Tenho irmãos. Meu irmão mora na frente da minha casa.
Ajuda da Prefeitura (Poder Local)	
Sujeito I	Só a assistência social tem ajudado nós aqui [...]. A assistência social tá se esforçando, a equipe do Fabiano e companhia. Bah eles tão fazendo um esforço geral com nós [...] Só que eles falam que não tem verba né irmão... Pra arrumar um albergue pra quem precisa meu. Porque bah, no inverno todo mundo precisa, no verão é festa e festa né.
Sujeito J	A assistência social sim... Mas só aquela equipe ali né.
Sujeito L	A assistência social ta tentando ajudar e eles não querem deixar [...] O que pode e o que não pode [...] É só eles (equipe SEAS) que tem de apoio aqui. Eles se preocupam com nós. Esse pessoal da assistência se preocupa com nós pra caramba. É autoajuda. Qualquer um de nós vai falar o que eu tô falando. É autoajuda. Fabiano principalmente [...] A igreja ali da uma força também. Eles apoiam em roupa e calçado. É nos apetrechos de vestimenta. Zero, do governo apoio zero. Que nem a fome zero, fome zero o escambau.
Sujeito M	A prefeitura não ajuda com nada. De vês em quando querem fazer um showzinho. Bah ...
Participação	
Sujeito L	Só a assistência social que vem aqui conversar com nós. O Fabiano e companhia, ali da Americana que a gente tá conversando. Os únicos que vem conversar com nós [...] <u>O problema é que eles... começando não dão nem espaço [...]. PARTICIPAÇÃO: podia ser um espaço pra gente poder da uma palavra do que falta, tipo da um auxílio pra gurizada [...]</u> Ah, mas não tem espaço.

Sujeito M	Se conseguisse curso, conseguisse emprego.
Sujeito I	É eles aparecem falam pra nós esperar um pouquinho que eles vão chamar e nunca mais voltam. Nunca mais voltam... Pra gurizada da uma opinião [...] O que que eu falo: eles prometem que vão vim[...] Quem entende, quem sabe o que precisa mesmo eles não convidam[...] sei lá, acho que não tem isso dai, não existe isso daí. Porque é nós que entendemos do que precisa mesmo na 48 aqui, eles não chamam.
Outras!!!	
Sujeito I	Que nem aqui ó, omano aqui trabalha com construção[...] nós que tivemos que arrumar ali a pista de skate porque eles aparecem ali dão uma olhadinha, dizem que vão vim e não voltam. Agora a gurizada trouxe cimento trouxe tudo ali [...] Nós que cuidemo da praça. Porque bah!
Protagonismo	
Sujeito I	Ã ã Eu não sou protagonista... Tem que ser uma decisão em conjunto. Porque duas cabeças pensam melhor do que uma. Dependendo de qual é o objetivo da pergunta [...] Na política tu não é livre.
Sujeito J	Eu também não sou... Bah com a polícia o negócio é fosco.
Sujeito L	Eu também não. Mas não ta certo isso ai né o sangue bom? Pior que não ta certo mesmo [...] Porque eles tão errado e devemos. O caminho de cada um é livre, o problema é que eles escravizam, é um monopólio. Na política tu não é livre, tu não pode nem querer abri a boca [...] Com a assistência social na boa, nada a falar mal... Tudo de bom, eles se preocupam com a gente [...] É os únicos que tão dando as cara ai né, de apoio. Tudo de bom eles se preocupam com o pessoal que ta na rua.
Noção de Território	
Sujeito I	Aquela equipe é da região aqui [...] Lá embaixo não aparece ninguém [...]
Sujeito J	Tem aqui também no Mutirão. Lá onde eu moro lá. No ginásio descendo pra baixo. Não leva a mal a minha região é lá [...] Eu tô sempre aqui. Minha região é aqui. E faz anos, desde os meus 12 anos. Tenho 35 viu.
Tempo de Rua	
Sujeito J	(Roberto) Eu tenho 35 anos e desde os 12 anos eu to nessa região aqui. Só nasci em Porto Alegre e vim pra Alvorada.
Sujeito L	(Jackson) Eu tenho 34 e to na rua todos esses anos também.
Sujeito I	(Rudinei) Eu to com 32, uns 10 anos de 48 (praça central) aí.
Estratégias de Sobrevivência	
Sujeito L	Tu te desdobra, agora quem é novato, bah, pena. E quem não tem o conhecimento é aí que eu me refiro. Aqui a gente não tá brincando. A gente fala o que rola no sistema [...] A prefeitura não ajuda com nada. Não apoiam em nada e só querem colocar o nome na ficha do apoio [...] Não tem. Tem que olhar e saber que tá apanhando e apanhar

	<p>quieto. É por isso que anda isso daí ó: uma bosta [...] A farmácia pública aqui chega dar ate nojo meu irmão. Vai tirar uma ficha ali pra tu ver [...]. Passa um ali um desdobra um real ali outro desdobra cinquenta. E tá todo mundo feliz. Naquelas... Ninguém rouba, um da um real outro da outro [...] Assim como ele sabe fazer o artesanato eu tenho o dom de vender. Ele faz o artesanato e eu vendo.</p>
Sujeito I	<p>Aqui nós estamos no paraíso, meu. Começando assim [...] Ninguém rouba nada de ninguém [...] Cada um consegue alguma coisa. Tu tendo conhecimento. Tem que chegar humilde pra poder conquistar. A gente já tem os contato certo quando precisa [...] A maneira mais fácil é cuidando de carro. E aqui é todo mundo profi [...] Vendedor é esse cabecinha aí.</p>
Sujeito J	<p>Um da uma moeda e nós fizemos um ajunte e [...] Um cuida de carro ali [...] O bagulho é mais rápido né mano. Mas, tu faz um artesanato. Tão tentando trazer o sindicato dos guardadores como tem em Porto Alegre.</p>
Visão	
Sujeito I	<p>Pelos olhos do sistema mundial nós não tamo na merda [...] Podia ser melhor [...] Nós não podemos reclamar muito [...] Tem que ter um olhar mundial. Não pode olhar só pra ti. Tu que só o teu conforto. A chuva não cai em cima de ti. Não falta a tua maconha. Não falta nosso bebes.</p>
Sujeito L	<p>Mas não ta bom [...] Tem gente pior, mas não por isso que eles vão pisotear no cara também [...] Não cai na minha mas cai das dos outros. E [...] isso daí não rola em torno de tudo cara [...] Mas ninguém rouba nada de ninguém tudo é honestidade tanto que a gente fica bem sentado na nossa. Porque a gente sabe que a cabeça ta tranquila. Mas o apoio é zero, prefeitura zero virgula zero zero.</p>
Motivação para a rualização	
Sujeito J	<p>Sai pra rua mesmo depois minha mãe veio me buscar tá ligado. Foi quando roubaram a bicicleta do meu pai. Meu pai me emprestou uma bicicleta, emprestei a bicicleta pra outro sem vergonha. O sem vergonha roubou a bicicleta e sabe de uma coisa, bah, vou ter que ficar na rua como é que eu vou explicar pro meu pai. Como é que eu vou dizer que roubaram. Vão dizer: bah, fumo toda a bicicleta [...] Depois veio minha mãe e meu pai e meu filho, vamos pra casa [...] Bah, pai não fui pra casa porque, seguinte, pensei que tinha emprestado a bicicleta e o chinelão me levou a bicicleta.</p>
Sujeito L	<p>É, e foi verdade mesmo o cara chineliou a bicicleta e ele ficou constrangido de ir pra casa e o pai dele ia xingar ele porque bah tu fez coisa errada com a bicicleta</p>
Sujeito I	<p>Bah, isso aí é uma pergunta tri complexa pra mim: Bah, fui casado, irmão. Ai o seguinte: Não é o que me motivou, foi o que me condenou, quando eu fiz 18 anos a minha irmã trabalhava no sex shop lá do Madrigal e ela me arrumou um serviço lá dentro e no primeiro dia passou uma mina coisa mais linda na minha frente. Ela trabalhava lá dentro e ai já me deu aquele <i>back</i> né [...] Daí eu morava aqui em cima, nos b7, daí na primeira semana de folga minha, de lá, eu trabalhava na parte da choperia só com dinheiro, na primeira semana eu fui no Radar, lembra do Radar? Aí eu tô na fila com meu cunhado e a mulher dele ali. Eu vi a mina na fila. Aí eu fiquei com ela lá dentro e ela cheirava cocaína e eu nem fumava cigarro. Aí resumindo, né mano, aí eu peguei ela, começamos a namorar, aí eu brigava com ela porque eu não queria que ela cheirasse cocaína e nem fumasse maconha. Tanto que eu brigava com ela. Um dia eu briguei, ela chegou de</p>

	<p>manhã em casa e foi dormir e eu abri a bolsa dela e tinha duas buchas de cocaína. Daí eu acordei ela e aí meu tu não disse que tinha parado, agora quem vai cheirar vai ser eu. Aí foi a primeira vez. Dali começou tudo que tu tá entendendo agora, né meu. Aí foi muita loucura, puxei cadeia, muito problema de saúde, roubei bolsa no centro, morei na Garibaldi, na Farrapos 6 anos, puxei duas semanas. Ela tá liberta, casou de novo tá cuidando do meu casal de filhos [...] Tenho contato só através da minha irmã [...] Já faz um ano que não vejo meus filhos. Minha filha tá com 10 e meu filho com 6 [...] La dentro do Madrigal que eu conheci ela. Eu brigava com ela porque quer fazer o que tu faz, faz, mas não usa droga né meu. Questão de grana, é luxuria né, todo dia 200, 300 reais e só champanhe e roupa boa e luxuria. Só os gringo de gravata e carrão sabe, isso aí vicia e isso daí que destrói as guria de lá e outra daí eu fiquei 6 anos morando lá e depois que nós entramos pra droga bah. Vou te dizer que pra mim não era tão tranquilo, só que depois que eu entrei pra droga eu perdi a consciência. Perdi a consciência depois que eu me vivi eu só queria mais e mais. E como eu era novato, hoje eu sou malandro. Hoje eu to aqui e não vou ali fumar porque já era. No começo é uma coisa, o cara não da bola. Mas, eu gostaria de não ter usado e tá com ela até hoje... Sinto saudade dela e da minha filha. Mas fazer o quê... A primeira droga que eu usei foi na frente do foro ali. Aqui meu! Aqui! Lembra que tinha dois bancos aqui? Aqui foi a primeira maconha que eu fumei com ela. Primeira droga da minha vida foi aqui. Tipo esses banco de concreto aí do caralho. Fumei a primeira maconha aí o seguinte: não me deu nada. Eu quero mais maconha. Aí tinha o irmão do Betinho ali, o falecido ali. Ali que ela pegava. Fomos ali não tinha. Aí fomos lá no Mutirão pega e voltamos pra cá fumar mais um baseado. Aí me enlouqueci. Fui pra baía e via passarinho deitando, voando na minha frente. Até o organismo acostumar né... Bah foi bem aqui que eu fumei o primeiro baseado, primeira maconha, primeira droga da minha vida. Bah que coincidência. Que coincidência! Que coincidência! Bem aqui meu. Tá louco meu. 12 anos atrás. Fui casado 6 anos, passemos toda aquela vagabundagem aquela bagunçada. Incomodei minha mãe ela incomodou a mãe dela. Incomodou o pai dela... To no mesmo lugar mano. A primeira droga que eu usei na minha vida foi aqui. Eu briguei com ela na baía da coroa do lado do Dica ali. Ela ah vou lá fumar um baseado. Então vou contigo, chegou aqui discutimos de novo. Vou da um pega nessa porra. Não, tu não vai fumar, vou fumar sim. Primeira droga.</p>
Sujeito J	Essa praça é um bagulho que chama o cara [...] Morador de rua dorme em qualquer lugar. Onde tu vê um lugar.
Sujeito L	É um repuxo [...] Pra poder se ostentar. Pra poder tomar uma canha. Na boa, nós não mentimos. Não precisemos mentir. Mas é falta de respeito do governo.
Sujeito I	Naquela obra ali morei quatro anos ali. Não tenho vergonha de falar. Acho que a maioria da praça dormiu ali algum dia. Agora fecharam para moradores de rua. Eu cuidava carro. Acordava e já saía pra rua e cuidava carro ali [...] Tem história aquela obra ali. Muita bagunça fizemos ali. Quanta comida fizemos ali.

APÊNDICE D

SÍNTESE (MAPA) DE ENTREVISTAS Usuários - no espaço da rua	
Sentimento em relação ao Processo de Rualização	
Sujeito N	Revolta! É política. É polícia. É só humilhação. Não confio nem em políticos, nem na polícia.
Sujeito R	Não tá muito bem não. Não atendo canha, nem cigarro e ainda tô com dor no peito, nos pé, perna e as mão dormente.
Situação hoje (vínculos)	
Sujeito N	38 anos, mais de 5 de rua, sempre morei em Alvorada [...] Meu pai morreu há uns três anos. Minha mãe mora com meu padrasto. Tenho uma irmã. Eles vêm aqui na praça [...] Às vezes vou com eles. Até durmo lá um dia, mas, não consigo com essa coisa de hora pra chegar, hora pra comer um rango. Muita regra [...] Acordo no outro dia e já saiu e volto pra praça [...].
Sujeito O	(Valdir) 38 anos, tenho um barraco que às vezes poso lá no umbu [...] Vivo sozinho, meus velhos já morreram... Tenho uns irmãos por aí. Mas, eles trabalham [...]A é trabalho, mas com carrinho.
Sujeito P	Me chamo Borracha [...] tenho 24 anos [...] moro aqui, embaixo desse carrinho. Tenho este colchão que coloco aí em baixo e durmo.
Sujeito Q	Tenho 40 anos (aparentava ter mais). Eu moro aqui no Ferro-velho [...] espero eles fechar e entro pra cuida [...] Tenho só uma cunhada [...] tem uma casa nos fundos, mas não dá pra morar lá. Não consigo.
Sujeito R	Durmo no carrinho com aquele moreno ali. Ele coloca um colchão embaixo pra ele [...] Aqui mesmo.
Sujeito S	(André, 33 anos) Me sinto sozinho, longe da mulher e da filha [...] Minha filha tem 3 anos [...] Briguei com a sogra em Canoas e agora, faz uns dois meses, de novo to na rua [...] Aqui todo mundo me conhece [...] to de bem com a mulher, mas não posso trazer a pequena. Dois motivos: vou sofrer vendo ela sofrer e ninguém vem aqui perguntar como eu tô mas se ela tiver aqui o Conselho Tutelar vem me tirar. Aí vão ter que me matar para levar minha filha [...] Eu e minha mulher temo HIV [...] Minha filha não. Foi imunizada. Faço tratamento [...] Tenho também dois duplo j, levei um tiro de 12 na barriga e mutilou o canal dos rins [...] Sinto muita dor e não consigo fazer nenhuma força, nem correr daqui ali no poste [...] Faz uns 8 anos, briguei no Leopoldina fui até a Timbaúva e o cara me deu um tiro [...] Não tenho problema com a polícia... tenho documentos e bons antecedentes [...] Tomo até dois comprimidos para dor, juntos. Antes eu tomava morfina, mas viciava [...] Cachaça não adianta. Na hora até ameniza a dor, mas depois dá infecção nos rins e a dor é muito pior [...] Não vou mentir pra ti, mas uma cervejinha eu até tomo. Mas é só de vez em quando.
Ajuda da Prefeitura (Poder Local)	
Sujeito N	Somente a Igreja ajuda com roupa e com lanche de noite [...] A prefeitura? Prefeitura não ajuda com nada.
Sujeito O	A prefeitura, assistência social nunca foi lá... Não tenho Bolsa Família.
Sujeito P	Prefeitura? Assistência social? Que nada ninguém vê nós. É nós por nós!
Sujeito Q	Ninguém da prefeitura, nem essa assistência social aí, nunca vieram aqui [...] Bolsa Família? Nunca tivemos isso.

Sujeito R	Esse pessoal da prefeitura e da assistência não preciso deles não [...] Não preciso desse Bolsa Família [...] Aqui me dão comida as vezes e fico bem por aqui. Me sinto assim, bem.
Sujeito S	Só quem me ajuda às vezes é o pessoal ali do Allan Kardec que me apoia num alimento e outras vezes o pastor ali da frente na igreja me alcança uma comida [...] Nunca recebi ajuda do governo [...] Nem Bolsa Família [...] Prefeitura pra mim não oferece nada.
Participação	
Sujeito N	De vez em quando vem um pessoal aí da assistência e diz que vai voltar [...] Tem um ali da prefeitura que vem todo engravatado. Sai ali da prefeitura e vem aqui falar com a gente. Diz que quer ajudar. Sabe até onde a gente dorme [...]
Sujeito O	Não participo!
Sujeito Q	Não quero. Tá bom assim. Não precisamos [...] eu participo aqui cuidando das coisas aí.
Sujeito R	Participar, se eles me convida eu participo. Se eles me oferecer ajuda eu quero. Senão não precisa. Pedi eu não vou.
Sujeito S	Participar? Nada, nada. Aqui ninguém me procura pra nada.
Protagonismo	
Sujeito O	Não tenho documentos [...] Nunca falaram comigo na rua.
Sujeito Q	Fui um dia ali naquele prédio perto da cancha e pedi minha certidão.
Sujeito R	Também pedi minha certidão de nascimento [...] tá guardada aí nessa casa do lado.
Sujeito S	Eu faço por mim mesmo. Não me sinto coagido.
Estratégias de Sobrevivência	
Sujeito P	[...] Tenho que ir lá. Tô trabalhando [movimentação de trabalhadores em um ferrolho / estavam carregando os caminhões com PET prensados – parecem pesados os fardos de pet's].
Visão	
Sujeito S	[...] Me dando um trabalho de qualquer jeito seria participar... Emprego bom para ganhar o suficiente para pagar um aluguelzinho. Não que eu não queira, mas, não posso fazer serviço pesado, tipo obra.
Motivação para a realização	
Sujeito O	Trabalhava numa firma que faliu e comecei na cata de reciclável.
Sujeito S	Em Alvorada vários anos de idas e vindas [...] Agora foi conflito com a sogra e os irmãos da mulher. Preferi sair de lá, mas não posso trazer ela.

APÊNDICE E

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
Faculdade de Serviço Social – FSS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social.
Pesquisa: **A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local**
Mestrando: Rodrigo dos Santos Nunes.
Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates.

Instrumento de Pesquisa 1

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL:

1 Identificação do documento:

- Tipo de documento:
- Local e Data:
- Referências:

2 Breve Resumo e Contextualização:

3 Como o documento prevê o enfrentamento aos processos de rualização e situação de rua?

4 Onde aparece a conceituação de rualização ou sujeitos em situação de rua?

5 Quais as ofertas de serviços para o atendimento à população em situação de rua?

6 Como aparece no documento os processos de protagonismo e participação da população usuária?

7 Dados de Realidade utilizados no documento e fontes:

8 Outras Observações relevantes.

APÊNDICE F

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
 Faculdade de Serviço Social – FSS
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social.
 Pesquisa: **A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local**
 Mestrando: Rodrigo dos Santos Nunes.
 Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates.

Instrumento de Pesquisa 2

ROTEIRO DE GRUPO FOCAL **Gestores / Técnicos / Conselheiros da Assistência Social**

Nº do Instrumento:.....

Data:.....

Sexo: () F () M Idade:.....

Escolaridade:

Profissão:.....Cargo/Função:.....

Roteiro Norteador

1 Processo de realização:

2 Considerando o processo de realização como um fenômeno condicionado por múltiplas determinações do qual além daqueles que habitam as ruas, abarca aqueles que tem a rua como referência para a sobrevivência e de ordenação de suas identidades, de que modo o município tem enfrentado o fenômeno?

3 Tempo na rua x intervenção:

4 Estratégias de enfrentamento no município – rede:

5 Nível de participação/protagonismo dos usuários:

6 Alternativas utilizadas para estimular a ampliação da participação dos usuários nas propostas/projetos/ações:

7 Considerando protagonismo o ato de se colocar como principal sujeito de uma ação, é ser autor, ou seja, é conduzir com autonomia sua própria vida, sem coerção, manipulação ou dependência, entendes que o usuário é protagonista?

De que modo? Por quê?

8 Na tua opinião o que deve ser aprimorado pelo poder local para ampliar a participação e o protagonismo dos usuários?

APÊNDICE G

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
 Faculdade de Serviço Social – FSS
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social.
 Pesquisa: **A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local**
 Mestrando: Rodrigo dos Santos Nunes.
 Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates.

Instrumento de Pesquisa 3

FORMULÁRIO DE GRUPO FOCAL Usuários

Nº do Instrumento:.....
 Data:.....

- 1 Sentimento em relação ao processo de viver na rua:
- 2 Situação atual:
- 3 Ajuda da prefeitura (poder local):
- 3 Participação:
- 4 Considerando que ser protagonista é se colocar como principal sujeito de uma ação, é ser autor, ou seja, é conduzir com autonomia sua própria vida, sem coerção, manipulação ou dependência, tu te sentes protagonista?
- 5 Tempo na rua:
- 6 Estratégias de sobrevivência:
- 7 Motivação para a realização:

Idade:..... Tempo de rua:..... No município:.....
 Quem ajuda:.....

APÊNDICE H

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
 Faculdade de Serviço Social – FSS
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social.
 Pesquisa: **A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local**
 Mestrando: Rodrigo dos Santos Nunes.
 Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates.

Instrumento de Pesquisa 4

FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS **Gestores / Técnicos / Conselheiros da Assistência Social**

Nº do Instrumento:.....

Data:.....

Sexo: () F () M Idade:..... Escolaridade:

Profissão:.....Cargo/Função:.....

Roteiro de Questões.

- 1 O que entendes por processo de rualização?
- 2 Considerando o processo de rualização como um fenômeno condicionado por múltiplas determinações do qual além daqueles que habitam as ruas, abarca aqueles que tem a rua como referência para a sobrevivência e de ordenação de suas identidades, de que modo o município tem enfrentado o fenômeno?
- 3 Na tua opinião o maior ou menor tempo em que a pessoa ou grupo esta na rua deve ser considerado na oferta de serviço?
- 4 Como os usuários têm participado dos serviços e processos?
- 5 Que alternativas são utilizadas para estimular a ampliação da participação dos usuários nestas propostas/projetos/ações?
- 6 Considerando protagonismo o ato de se colocar como principal sujeito de uma ação, é ser autor, ou seja, é conduzir com autonomia sua própria vida, sem coerção, manipulação ou dependência, entendes que o usuário é protagonista? () S () N. Caso sim, de que modo? Caso não, por quê?
- 7 Na tua opinião o que deve ser aprimorado pelo poder local para ampliar a participação e o protagonismo dos usuários?

APÊNDICE I

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
 Faculdade de Serviço Social – FSS
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social.
 Pesquisa: **A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local**
 Mestrando: Rodrigo dos Santos Nunes.
 Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates.

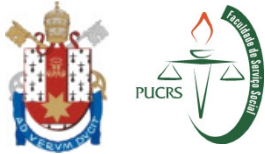
Instrumento de Pesquisa 5

FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS Usuários

Nº do Instrumento:.....
 Data:.....

- 1 Como tu te sentes neste processo de viver na rua?
- 2 Como a prefeitura tem ofertado apoio pra quem está vivendo na rua?
- 3 Como tu tens sido chamado a participar, pelos serviços da prefeitura?
- 4 Qual o significado de participação para ti?
- 5 Considerando que ser protagonista é se colocar como principal sujeito de uma ação, é ser autor, ou seja, é conduzir com autonomia sua própria vida, sem coerção, manipulação ou dependência, tu te sentes protagonista?

Idade:..... Tempo de rua:..... No município:.....
 Quem ajuda:.....



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 25 de outubro de 2012

Encaminho o projeto de pesquisa sob o número 29/2012 intitulado “**A RELAÇÃO ENTRE SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA E O PODER LOCAL**” do mestrando Rodrigo dos Santos Nunes.

De acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

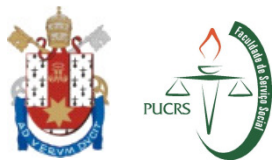
- (X) Aprovado
- () Com pendências – anexar parecer
- () Não aprovado – anexar parecer

Atenciosamente,

Prof^ª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães
Coordenadora da Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social –
FSS/PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6681–P. 15–sala 330–CEP90619-900
Porto Alegre – RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucls.br
www.pucls.br/fss/pos



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 18 de Outubro de 2012.

PROJETO DE PESQUISA: A Relação entre Sujeitos em Situação de Rua e o Poder Local

Mestrando: Rodrigo dos Santos Nunes

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates

PARECER

1. O projeto de pesquisa apresentado insere-se na linha de pesquisa do PPGSS Serviço Social e Políticas na medida em que se propõe a analisar a relação entre a situação de rua e o poder local referindo-se a oferta de serviços no âmbito da política de assistência social.
2. O Mestrando justifica a opção pelo objeto de pesquisa a partir da experiência profissional com a política de assistência social desde a abordagem social de rua até o acolhimento institucional, o que lhe dá credenciais para discutir a temática.
3. O tema é apresentado na perspectiva de subsidiar a política social visando à proteção dos sujeitos em situação de rua e a prevenção do processo de rualização.
4. O projeto apresenta referencial teórico desenvolvido sobre os conceitos que pretende investigar. Tratando-se de um projeto de pesquisa, considera-se que a revisão do referencial teórico encontra-se satisfatória.
5. Para atingir a proposição de subsídio a política social, prevê a triangulação do método de pesquisa (dialético), do tipo de pesquisa caracterizado como misto, (coerente com a proposta de Creswell), onde será realizada etapa quantitativa e qualitativa.

6. Prevê, como técnicas de coleta de informações, pesquisa documental e entrevistas.
7. A pesquisa será realizada no município de Alvorada/RS e não se encontra, no projeto, outras referências ao município que o credencie sobre a relevância específica deste estudo no lugar. Entende-se que a escolha do lugar da pesquisa atende critérios estabelecidos pelo autor, entre eles – provavelmente – seu *lócus* de trabalho. Sugere-se que este aspecto seja revisado pelo autor, reforçando os elementos de sua escolha.
8. Consta, como anexos, o orçamento de pesquisa, os instrumentos para coleta de dados, o modelo de TCLE, ofícios e modelo de carta de autorização do Conselho Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social e do Centro CREAS.

Entende-se que o projeto “**A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local**” atende aos critérios desta Comissão, no que se refere à adequação metodológica e teórica bem como pressupostos éticos de pesquisas em Serviço Social. Sendo assim, o referido projeto é considerado **APROVADO.**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Relação entre Sujeitos em Situação de Rua e o Poder Local
Pesquisador: Jane Cruz Prates
Versão: 1
CAAE: 10442613.5.0000.5338
Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 022547/2013
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto A Relação entre Sujeitos em Situação de Rua e o Poder Local que tem como pesquisador responsável Jane Cruz Prates, foi recebido para análise ética no CEP Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS em 12/04/2013 às 14:45.

Endereço: Av.Ipiranga, 6681
Bairro: CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (513)320-3345 Fax: (513)320-3345 E-mail: cep@pucrs.br



Projeto de Pesquisa: A Relação entre Sujeitos em Situação de Rua e o Poder Local

Informações Preliminares
Responsável Principal

CPF: 42498333053	Nome: Jane Cruz Prates
Telefone: (51) 9952-4882	E-mail: jprates@puccrs.br

Instituição Proponente

CNPJ: 88.630.413/0002-81	Nome da Instituição: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA
--------------------------	---

E um estudo Internacional? Não

Assistentes

CPF	Nome
949.270.060-34	Rodrigo dos Santos Nunes

Área de Estudo
Grandes Áreas do Conhecimento (CNPq)

Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas

Título Público da Pesquisa: A Relação entre Sujeitos em Situação de Rua e o Poder Local

Contato Público

CPF	Nome	Telefone	E-mail
94927006034	Rodrigo dos Santos Nunes	(51) 9240-7509	rodrigo.s.nunes@hotmail.com

Contato Jane Cruz Prates

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

Desenho:

Esta pesquisa se propõe a analisar a relação entre a situação de rua e o poder local no que se refere à oferta de serviços no âmbito da política de assistência social. A situação de rua decorre de múltiplas determinações que compõe à trajetória de vida de cada pessoa atingida por esse processo e que tem origem na base estrutural da sociedade capitalista, que produz desigualdades sociais. Considerando o poder local constituído por instâncias legislativas, executivas, judiciárias e da sociedade civil, o estudo aborda a política social de assistência social no contexto atual, tendo como lócus o município de Alvorada/RS. Busca problematizar como esta política tem ofertado alternativas para o enfrentamento dos processos de rualização, garantido e estimulado a participação e o protagonismo dos sujeitos em situação de rua no município uma vez que o processo de participação é previsto no próprio texto da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. A participação é abordada enquanto processo social que se expressa na própria realidade cotidiana dos sujeitos da pesquisa. A proposta de pesquisa surge a partir da experiência obtida ao longo de mais de três anos de trabalho na Política de Assistência Social, experiência que se torna desafiadora através do estágio curricular na Proteção Social de Alta Complexidade, passando também pela abordagem social de rua e atualmente no trabalho profissional com o Acolhimento Institucional onde o objeto de intervenção se expressa em processos de rualização. A partir deste contexto, o estudo pretende desnudar as contradições histórico-estruturais que perpassam este fenômeno, mediando os aspectos da universalidade com aspectos locais. Desta forma, visa apresentar de que modo se constitui a política de assistência social na perspectiva da garantia de direitos no âmbito do município e a caracterização da participação e do protagonismo vivenciados pelos sujeitos em situação de rua no seu cotidiano. A situação de rua pode ser caracterizada como um processo pelo qual passam algumas pessoas que não possuem um lugar próprio para o estabelecimento da sua moradia ou quando não têm salário/renda para poderem suprir suas necessidades básicas de sobrevivência tornando-se esta condição de pobreza material/simbólica uma expressão da questão social. A partir desta realidade, o estudo problematiza o caráter contraditório das políticas sociais que foram importantes conquistas da classe trabalhadora através do tensionamento com o Estado na luta pela garantia de direitos, mas que também expressam processos de conformação. Considerando o exposto, delimita-se o tema de estudo a fim de problematizar as alternativas para o enfrentamento dos processos de rualização e estímulo ao protagonismo dos sujeitos em situação de rua, oferecidos pela política de assistência social no município de Alvorada. O método utilizado neste estudo é o método dialético e a partir dessa perspectiva pretende-se utilizar o tipo de pesquisa caracterizada como estudos mistos ou quanti-qualitativos. Cabe destacar que a escuta de sujeitos será uma das técnicas desta pesquisa onde serão entrevistados usuários da política de assistência social, gestores, técnicos e conselheiros. Para complementar, terá a leitura de documentos e leis além da análise de contexto. Assim será contemplada a triangulação de pesquisados e a triangulação de técnicas conforme destacam Sampiére, Lucio e Collado (2006). Ainda quanto ao método dialético destaca-se que as categorias contradição, totalidade, historicidade e mediação serão transversais ao estudo que, assim, poderão contribuir para a explicação de categorias da realidade. Destarte a pesquisa vem contribuir com subsídios para o processo emancipatório, na medida em que será disponibilizada para o conjunto dos agentes, ofertando um aporte de dados que desvenda as particularidades locais em relação ao poder executivo e se impõe para que algumas medidas sejam viabilizadas no sentido da superação do instituído.

Palavra Chave

participação e protagonismo
processos de rualização e situação de rua
política de assistência social e poder local

Detalhamento do Estudo

Resumo:

Esta pesquisa insere-se na linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais do PPGSS/PUCRS na medida em que se propõe a analisar a relação entre a situação de rua e o poder local no que se refere à oferta de serviços no âmbito da política de assistência social. A situação de rua decorre de múltiplas determinações que compõem à trajetória de vida de cada pessoa atingida por esse processo e que tem origem na base estrutural da sociedade capitalista, que produz desigualdades sociais. Considerando o poder local constituído por instâncias legislativas, executivas, judiciárias e da sociedade civil, o estudo aborda a política social de assistência social no contexto atual, tendo como lócus o município de Alvorada/RS. Busca problematizar como esta política tem ofertado alternativas para o enfrentamento dos processos de rualização, garantido e estimulado a participação e o protagonismo dos sujeitos em situação de rua no município uma vez que o processo de participação é previsto no próprio texto da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. A participação é abordada enquanto processo social que se expressa na própria realidade cotidiana dos sujeitos da pesquisa. O estudo pretende desnudar as contradições histórico-estruturais que perpassam o processo de rualização, mediando os aspectos da universalidade com aspectos locais. Desta forma, visa apresentar de que modo se constitui a política de assistência social na perspectiva da garantia de direitos no âmbito do município e a caracterização da participação e do protagonismo vivenciados pelos sujeitos em situação de rua no seu cotidiano. A situação de rua pode ser caracterizada como um processo pelo qual passam algumas pessoas que não possuem um lugar próprio para o estabelecimento da sua moradia ou quando não têm salário/renda para poderem suprir suas necessidades básicas de sobrevivência tornando-se esta condição de pobreza material/simbólica uma expressão da questão social. A partir desta realidade, a pesquisa problematiza o caráter contraditório das políticas sociais que foram importantes conquistas da classe trabalhadora através do tensionamento com o Estado na luta pela garantia de direitos, mas que também expressam processos de conformação. Diante deste contexto, delimita-se o tema de estudo a fim de problematizar as alternativas para o enfrentamento dos processos de rualização e estímulo ao protagonismo dos sujeitos em situação de rua, oferecidos pela política de assistência social no município de Alvorada. Destaca-se que o método de pesquisa é dialético, tendo como categorias contradição, totalidade, historicidade e mediação sendo transversais ao estudo que, assim, poderão contribuir para a explicação de categorias da realidade explicitadas nos fundamentos teóricos, como a participação e o protagonismo, os processos de rualização ea situação de rua, a política de assistência social e o poder local. Destarte a pesquisa vem contribuir com subsídios para o processo emancipatório, na medida em que será disponibilizada para o conjunto dos agentes, ofertando um aporte de dados que desvenda as particularidades locais em relação ao poder executivo e se impõe para que algumas medidas sejam viabilizadas no sentido da superação do instituído.

Introdução:

O presente projeto insere-se na linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais do PPGSS/PUCRS na medida em que se propõe a analisar a relação entre a situação de rua e o poder local no que se refere à oferta de serviços no âmbito da política de assistência social. A situação de rua decorre de múltiplas determinações que compõem à trajetória de vida de cada pessoa atingida por esse processo e que tem origem na base estrutural da sociedade capitalista, que produz desigualdades sociais. Considerando o poder local constituído por instâncias legislativas, executivas, judiciárias e da sociedade civil, o estudo aborda como esta política tem ofertado alternativas para o enfrentamento dos processos de rualização, garantido e estimulado a participação e o protagonismo dos sujeitos em situação de rua no município uma vez que o processo de participação é previsto no próprio texto da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. A participação é abordada enquanto processo social que se expressa na própria realidade cotidiana dos sujeitos da pesquisa. A proposta de pesquisa

surge a partir da experiência obtida ao longo de mais de três anos de trabalho na Política de Assistência Social, experiência que se torna desafiadora através do estágio curricular realizado na Proteção Social de Alta Complexidade, passando também pela abordagem social de rua e atualmente no trabalho profissional com o Acolhimento Institucional onde o objeto de intervenção se expressa em processos de rualização. A partir deste contexto, o estudo pretende desnudar as contradições histórico-estruturais que perpassam este fenômeno, mediando os aspectos da universalidade com aspectos locais. Desta forma, visa apresentar de que modo se constitui a política de assistência social na perspectiva da garantia de direitos no âmbito do município e a caracterização da participação e do protagonismo vivenciados pelos sujeitos em situação de rua no seu cotidiano. A situação de rua pode ser caracterizada como um processo pelo qual passam algumas pessoas que não possuem um lugar próprio para o estabelecimento da sua moradia ou quando não têm salário/renda para poderem suprir suas necessidades básicas de sobrevivência tornando-se esta condição de pobreza material/simbólica uma expressão da questão social. A partir desta realidade, o estudo problematiza o caráter contraditório das políticas sociais que foram importantes conquistas da classe trabalhadora através do tensionamento com o Estado na luta pela garantia de direitos, mas que também expressam processos de conformação. Considerando o exposto, delimita-se o tema de estudo a fim de problematizar as alternativas para o enfrentamento dos processos de rualização e estímulo ao protagonismo dos sujeitos em situação de rua, oferecidos pela política de assistência social no município de Alvorada. Destarte a pesquisa vem contribuir com subsídios para o processo emancipatório, na medida em que será disponibilizada para o conjunto dos agentes, ofertando um aporte de dados que desvende as particularidades locais em relação ao poder executivo e se impõe para que algumas medidas sejam viabilizadas no sentido da superação do instituído.

Hipótese:

Como a política de assistência social em âmbito municipal tem ofertado alternativas para o enfrentamento dos processos de rualização e garantido a participação e o protagonismo dos sujeitos em situação de rua, em Alvorada/RS? Como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) preveem o enfrentamento aos processos de rualização e situação de rua? Como os sujeitos percebem sua participação e protagonismo na sua vida e mais especificamente na relação como o poder local? Como os gestores, técnicos e conselheiros percebem e estimulam o enfrentamento do processo de rualização e o processo de participação e protagonismo dos usuários? Como a política de assistência social municipal tem ofertado serviços para prevenção/enfrentamento dos processos de rualização e estimulado os sujeitos para que possam ampliar sua participação e protagonismo?

Objetivo Primário:

Caracterizar o protagonismo e participação dos sujeitos em situação de rua atendidos pela política de assistência social no município de Alvorada-RS, com vistas a contribuir para a ampliação desses processos emancipatórios.

Objetivo Secundário:

Verificar o modo como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) expressam o direito de participação e protagonismo dos sujeitos em situação de rua. Conhecer o significado que os sujeitos em situação de rua dão ao processo de participação e ao protagonismo vivenciado. Verificar de que forma os gestores, técnicos e conselheiros percebem as estratégias de enfrentamento aos processos de rualização e estimulam o processo de participação e protagonismo dos usuários. Analisar o estabelecimento das garantias na Política de Assistência Social municipal e sua materialização para o atendimento de sujeitos em processo de rualização.

Metodologia Proposta:

A metodologia proposta se constitui no caminho a ser utilizado pelo pesquisador para realizar o estudo. O método escolhido aporta os principais valores que orientam a pesquisa e o modo como se apreende a realidade. Pretende-se no presente estudo contribuir para a transformação da realidade a partir de subsídios que qualifiquem a política social para a proteção de sujeitos em situação de rua e a prevenção/intervenção junto a processos de rualização. Nesse sentido o estudo se propõe a contribuir para a superação de desigualdades e para o fortalecimento dos sujeitos vulnerabilizados, no caso, adultos em situação de rua. A escolha do método dialético, portanto, tem este caráter transformador, preocupação com a relação teoria-prática e com a superação das desigualdades que são fruto da questão social. O método dialético prioriza o desvendamento da realidade, à luz da sua contextualização histórica, para que seja possível captar as conexões e o movimento, a partir da totalidade concreta, que não se revela a um primeiro olhar, mas necessita ser desvendada em suas tramas constitutivas e contraditórias (PRATES; REIS; ABREU, 2000). Uma das características do método dialético é exatamente a não separação entre fato e valor, objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade. A partir dessa perspectiva pretende-se utilizar o tipo de pesquisa caracterizada como estudos mistos, quanti-qualitativos ou multimetológicos (CRESWELL, 2010; SAMPIÉRE, LUCIO E COLLADA, 2006) que trabalham com ambos os dados de modo complementar, mesmo que, em algum momento enfatize um ou outro. No caso do estudo que ora se apresenta é de fundamental importância realizar um mapeamento e caracterização dos sujeitos em situação de rua no município, mesmo que de modo aproximado o que contempla principalmente dados quantitativos, mas também escuta de sujeitos usuários, gestores, técnicos e conselheiros. Os estudos mistos podem ser efetivados a partir de etapas ou da coleta concomitante (CRESWELL, 2010). Além de se contemplar a escuta dos sujeitos, a leitura de documentos e leis e a análise do contexto, conforme Triviños (2007) será também contemplada a triangulação de pesquisados (técnicos, gestores, usuários e conselheiros) e a triangulação de técnicas (grupo focal, entrevistas, e análise documental) conforme destacam Sampiére, Lucio e Collado (2006). Ainda quanto ao método dialético destaca-se que as categorias contradição, totalidade, historicidade e mediação serão transversais ao estudo que, assim, poderão contribuir para a explicação de categorias da realidade explicitada nos fundamentos teóricos deste estudo. Sendo elas: a participação e o protagonismo, os processos de rualização e a situação de rua, a política de assistência social o e poder local. O universo da pesquisa é composto por adultos que habitam circunstancialmente ou permanentemente as ruas do município de Alvorada, técnicos e gestores da proteção Especial na Política de Assistência Social municipal e também, conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social. A amostra será não probabilística e dirigida, ou seja, intencional conforme Triviños(2007), buscando contemplar subdividindo em pequenas regiões do município onde há concentração de pessoas que vivenciam o processo de rualização no município de Alvorada. Considerando que não existem dados sobre a população de rua em Alvorada/RS, para os recortes de amostra se utilizará a experiência dos técnicos do CREAS, único equipamento da gestão pública para atendimento na proteção especial da política de assistência social no município. A partir disso, se caracterizarão os sujeitos da pesquisa. As entrevistas com os sujeitos usuários, gestores, técnicos e conselheiros terão o objetivo, além de embasar a pesquisa com todos os seus propósitos, de ser um instrumento de problematização e mobilização, necessárias, embora não suficientes, para uma parte da transformação social.

Critério de Inclusão:

O universo da pesquisa é composto por adultos que habitam circunstancialmente ou permanentemente as ruas do município de Alvorada, técnicos e gestores da Proteção Especial na Política de Assistência Social Municipal e também, conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social no período entre abril de 2013 a julho de 2013, tempo previsto para a coleta de dados. A amostra será não probabilística e dirigida, ou seja, intencional conforme Triviños (2007), buscando contemplar subdividindo em pequenas regiões do município onde há concentração de pessoas que vivenciam o processo de rualização no município de Alvorada. Considerando que não existem disponíveis dados sobre a população de rua em Alvorada/RS, para os recortes de amostra se

utilizará a experiência dos técnicos do CREAS, único equipamento da gestão pública para atendimento na proteção especial da política de Assistência Social no município. A partir disso, se caracterizarão os sujeitos da pesquisa. Ainda serão entrevistados Secretário municipal de assistência social, o coordenador do CREAS, dois técnicos que atendam a população em situação de rua, preferencialmente, um psicólogo e um assistente social. Também serão entrevistados dois técnicos trabalhadores de instituição filantrópica situada no município e ainda dois conselheiros de assistência social, sendo um representante do governo e outro da sociedade civil. Farão parte da amostra oito sujeitos em situação de rua selecionados a partir do mapeamento e que aceitem participar do processo, totalizando dezesseis (16) pesquisados. De acordo com Gaskell (2004), o tamanho das amostras qualitativas (2ª etapa do estudo) deve conter em média de 14 a 25 entrevistas.

Critério de Exclusão:

Para a realização do processo de coleta junto a técnicos, gestores e conselheiros serão previamente agendadas entrevistas a serem realizadas nos locais de trabalho. Quanto às abordagens com a população em situação de rua, as entrevistas serão no próprio espaço da rua, nos locais identificados a partir da indicação dos técnicos do CREAS. Durante o processo de abordagens será estabelecida a interação e o ambiente de confiança. O pesquisador se apresentará e explicitaremos os objetivos, importância de estudo, a relevância da colaboração de estudo, a relevância da colaboração do entrevistado. O entrevistado terá o direito de participar ou negar-se, assegurado.

Riscos:

Não há riscos em relação a este estudo.

Benefícios:

As entrevistas com os sujeitos-usuários, gestores, técnicos e conselheiros terão o objetivo, além de embasar a pesquisa com todos os seus propósitos, de ser um instrumento de problematização e mobilização, necessários, embora não suficientes, para uma parte da transformação social.

Metodologia de Análise de Dados:

Depois de coletados, os dados serão organizados e classificados de forma sistemática, a partir da seleção, codificação e tabulação. Com isso, conforme Marconi e Lakatos (1996), serão analisados de forma a explicar o fenômeno e estabelecer relações comprovando ou não as questões norteadoras e aportando novos conteúdos ao tema trabalhado. Os dados quantitativos a partir da tabulação serão tratados estatisticamente e mediados com as teorias que fundamentam o presente estudo. Para os dados qualitativos será utilizada a técnica de análise de conteúdo, cujas etapas contempladas por Bardin (1977) são a pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Conforme o autor, este conjunto de técnicas consiste na organização de conteúdos aportando na coleta, sob a forma de um corpus de análise, sobre a qual nos debruçamos visando identificar categorias, relações, frequências, juízos valorativos, entre outras possibilidades de mediação para a efetivação do processo de análise propriamente dito. Reitera-se que todo o conjunto é orientado pelas categorias analíticas que emanam do método e do tema deste estudo, que poderão ser complementadas por categorias empíricas que surgem da expressão dos sujeitos ou dos documentos. A classificação dos conceitos, a codificação dos mesmos e a categorização são procedimentos indispensáveis na utilização deste corpus (BARDIN, 1977). Destarte, organiza-se o material para a revisão bibliográfica articulando-os aos dados sinalizados pela pesquisa. No momento seguinte serão analisados com profundidade os documentos a partir de roteiro norteador.

Desfecho Primário:

Pretende-se devolver os resultados através de entrega de cópia da dissertação à Prefeitura Municipal de Alvorada/RS, proposta de realização de um seminário ou oficina para técnicos, conselheiros, gestores, aberta à rede e ao público/usuários e através da publicação de artigos em revistas e eventos científicos. Destaca-se que para a perspectiva dialética a devolução dos dados é fundamental e para o Serviço Social um compromisso ético.

Desfecho Secundário:

A pesquisa vem contribuir com subsídios para o processo emancipatório, na medida em que será disponibilizada para o conjunto dos agentes, ofertando um aporte de dados que desvende as particularidades locais em relação ao poder executivo e se impõe para que algumas medidas sejam viabilizadas no sentido da superação do instituído.

Tamanho da Amostra no Brasil: 16

Países de Recrutamento - País de Origem do Estudo: Sim

País: BRASIL

Nº de Sujeitos 16

Outras Informações

Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc)?

Sim

Detalhamento:

Uma das técnicas deste estudo será a análise documental onde serão esmiuçados e aprofundados aspectos relacionados à participação, protagonismo dos usuários, proteção especial e situação de rua nos documentos da Política Nacional de Assistência Social- PNAS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Destaca-se que nestes documentos buscamos informações factuais orientadas pelos elementos que norteiam este estudo.

Indique o número de indivíduos que serão abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofreram algum tipo de intervenção neste centro:16

Grupos em que serão divididos os sujeitos de pesquisa neste centro

ID Grupo	Nº de Indivíduos	Intervenções a serem realizadas
adultos em situação de rua	8	entrevistas
secretario municipal de Assistência Social	1	entrevista
coordenador do CREAS	1	entrevista
técnicos provenientes da rede pública	2	entrevistas
tecnicos provenientes da rede filantrópica	2	entrevistas
conselheiros de Assistência	2	entrevistas

O Estudo é Multicêntrico no Brasil?

Não

Propõe dispensa do TCLE?

Não

Haverá retenção de amostras para armazenamento em banco?

Não

Cronograma de Execução

Identificação da Etapa	Início (DD/MM/AAAA)	Término (DD/MM/AAAA)
revisão da literatura	20/03/2013	30/12/2013
avaliação pela Plataforma Brasil	20/03/2013	22/04/2013
testagem dos instrumentos de	23/04/2013	30/04/2013

pesquisa		
coleta de dados	01/05/2013	31/07/2013
análise de dados	01/05/2013	23/08/2013
banca de qualificação	20/09/2013	20/09/2013
relatório final/elaboração da dissertação	23/09/2013	16/12/2013
defesa final da dissertação	30/12/2013	30/12/2013

Orçamento Financeiro

Identificação de Orçamento	Tipo	Valor em Reais (R\$)
material de consumo	Custeio	R\$ 1.000,00
gravador digital	Capital	R\$ 200,00
revisão de português	Custeio	R\$ 500,00
transcrição de entrevistas	Custeio	R\$ 2.000,00
passagens	Custeio	R\$ 500,00
Total em R\$ R\$ 4.200,00		

Bibliografia:

- ABREU, P. B. et al. Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua Adultos em Porto Alegre. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS/HCPA/FASC, 1999.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Edições 70, 1977. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1998 / Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais posteriores, Brasília. Série textos básicos, n. 25.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica / NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social / PNAS/2004. Brasília. DF, 2005.
- _____. Presidência da República. Lei 11. 258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social para acrescentar o serviço de atendimento às pessoas que vivem em situação de rua. Diário Oficial da União. Brasília, n. 1, seção 1, p. 1,2 jan. 2006.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua para Consulta Pública. Brasília: MDS, ago. 2008. (texto digitalizado)
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2010.
- COUTO, B.R. O direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?. São Paulo: Cortez, 2004.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W; GASKELL, G.(ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. GIL, A. C. Métodos e Técnicas de pesquisa Social. 4. ed. São Paulo, Atlas, 1995.
- GOHN, M. da G. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. Técnicas de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. PONTES, R. N. Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. Modelo para apresentação de projetos de pesquisa 29 elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão.2011.

Disponível em: biblioteca/trabalhos acadêmicos >. Acesso em: 01 out. 2012. PRATES, J. C. As pesquisas avaliativas de enfoque misto e a construção de indicadores para a avaliação de políticas e programas sociais. Anais do ENPESS, ABEPSS, Rio de Janeiro, 2010.

PRATES, J. C.; PRATES F. C. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. Sociedade em debate, Pelotas, 15 (2):111-125, jul.-dez./2009.

PRATES, J. C.; PRATES F. C.; MACHADO S. Populações em Situação de Rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PRATES, J. C.; REIS, C. N.; ABREU, P. B. Metodologia de pesquisa para população em situação de rua: Alternativas de enfrentamento pelo poder local. Serviço Social e Sociedade, n. 64, p.135-164. São Paulo: Cortez, Nov. 2000. SAMPIERI, R. H. FERNÁNDEZ-COLLADO, C. e LUCIO, P. B. Metodologia de la investigación. 4 ed. México, Mc GRAW-HILL, 2006.

SOUZA, M. L. de. Desenvolvimento de comunidade e participação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Revista CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Ano 2, n. 1, 2008 ç Brasília: MDS, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, M. A. C; BEZERRA, E. M. R; ROSA, C.Ç M. M. (orgs.). População de rua: Quem é, como vive, como é vista. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. YASBEK, M.C. Classes subalternas e assistência social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Upload de Documentos

Arquivo Anexos:

Folha de Rosto

Folha de Rosto Pesquisa.jpg

Folha de Rosto

Folha de Rosto.jpg

TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCLE.docx

TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCLE.docx

Outros

Carta Aprovação Comissão Científica.jpg

Outros

Autorização Conselho Municipal.jpg

Outros

Endereço Eletrônico - Currículo

Lattes.doc

Outros

Autorização CREAS.jpg

Outros

Autorização Secretaria Municipal.jpg

Outros

Orçamento da Pesquisa.jpg

Outros

Autorização Secretaria Municipal.jpg

Outros

Autorização Conselho Municipal.jpg

Outros

Autorização CREAS.jpg

Outros

Carta Aprovação Comissão Científica.jpg

Outros

Endereço Eletrônico - Currículo

LATTES.doc

Projeto de Pesquisa (Anexado pelo Pesquisador)

Projeto de Pesquisa COMPLETO.doc

Projeto de Pesquisa (Anexado pelo Pesquisador)

Projeto de Pesquisa (Plataforma Brasil).doc

Finalizar: Manter sigilo da integra do projeto de pesquisa: Não

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Relação entre Sujeitos em Situação de Rua e o Poder Local

Pesquisador: Jane Cruz Prates

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 10442613.5.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 264.021

Data da Relatoria: 19/04/2013

Apresentação do Projeto:

A RELAÇÃO ENTRE SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA E O PODER LOCAL, projeto de Pesquisa apresentado com vistas à aprovação do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e PUCRS. O presente projeto insere-se na linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais do PPGSS/PUCRS na medida em que se propõe a analisar a relação entre a situação de rua e o poder local no que se refere à oferta de serviços no âmbito da política de assistência social.

Objetivo da Pesquisa:

Caracterizar o protagonismo e participação dos sujeitos em situação de rua atendidos pela política de assistência social no município de Alvorada-RS, com vistas a contribuir para a ampliação desses processos emancipatórios. Objetivos Específicos:

¿ Verificar o modo como a política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) expressam o direito de participação e protagonismo dos sujeitos em situação de rua.

¿ Conhecer o significado que os sujeitos em situação de rua dão ao processo de participação e ao

Endereço: Av. Ipiranga, 6681
Bairro: CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)320-3345 Fax: (51)320-3345 E-mail: cep@pucls.br

protagonismo vivenciado.

¿ Verificar de que forma os gestores, técnicos e conselheiros percebem as estratégias de enfrentamento aos processos de rualização e estimulam o processo de participação e protagonismo dos usuários.

¿ Analisar o estabelecimento das garantias na Política de Assistência Social municipal e sua materialização para o atendimento de sujeitos em processos de rualização.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não apresenta riscos, seus resultados contribuirão para a política de assistência social em relação à temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Protocolo formulado com adequação metodológica e ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta todos os previstos: aprovação da Comissão Científica da Unidade; Termo de consentimento Livre e esclarecido, Termos de conhecimento do projeto de todos os órgãos e conselhos do município de Alvorada envolvidos no estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma.

Recomendações:

Nenhuma

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS

Continuação do Parecer: 264.021

PORTO ALEGRE, 06 de Maio de 2013

Assinado por:
Caio Coelho Marques
(Coordenador)

Endereço:Av. Ipiranga, 6681

Bairro: CEP:90.619-900

UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345**E-mail:** cep@puhrs.br